



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 123

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 27 de janeiro de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos

Agenda da Reunião:

1 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 2/2012 “pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre os destinos das verbas resultantes da aplicação das reduções remuneratórias e suspensão de subsídios previstos no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Justificada a urgência e a dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, a mesma foi aprovada por unanimidade.

2 - Projeto de Resolução n.º 2/2012 “pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre os destinos

das verbas resultantes da aplicação das reduções remuneratórias e suspensão de subsídios previstos no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Apresentado o Projeto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Na sequência das intervenções dos Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*) usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o projeto foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Berto Messias (*PPM*) e António Marinho (*PSD*).

3 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012 – “empréstimo de manuais escolares”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Após a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima para justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão, usou da palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O pedido de urgência e a dispensa de exame em Comissão foram rejeitados por maioria.

4- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução - Resolve recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que no âmbito das suas competências apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de reforma da Administração Local na Região, apresentado pelos Srs. Deputados Artur Lima, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, e Berto Messias do Grupo Parlamentar do PS;

Justificado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, novamente pelo Sr. Deputado Artur Lima usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires

(PCP), Zuraída Soares (BE) e Paulo Estêvão (PPM), passando-se posteriormente à votação que registou a aprovação por unanimidade.

5- Projeto de Resolução - Resolve recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que no âmbito das suas competências apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de reforma da Administração Local na Região, apresentado pelos Srs. Deputados Artur Lima, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, e Berto Messias do Grupo Parlamentar do PS;

Após a apresentação do projeto pelo Sr. Deputado Artur Lima, iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Cláudio Lopes (PSD), José San-Bento (PS), Aníbal Pires (PCP), Zuraída Soares (BE), Paulo Estêvão (PPM), Berto Messias (PS) e do Sr. Secretário Regional da Presidência (André Bradford).

Usou da palavra para um protesto a Sra. Deputada Zuraída Soares (BE), seguida de um contraprotesto pelo Sr. Deputado José San-Bento (PS).

Encerrado o debate passou-se à votação tendo o referido projeto sido aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputado Aníbal Pires (PCP), Zuraída Soares (BE), Paulo Estêvão (PPM), Cláudio Lopes (PSD), José San-Bento (PS) e Artur Lima (CDS/PP).

6 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução nº 4/2012 - recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da reforma da Administração Local na Região, apresentado pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM, e Zuraída Soares, do Grupo Parlamentar do BE.

Aberto o debate, proferiram intervenções os Srs. Deputados Berto Messias (PS), Paulo Estêvão (PPM), Zuraída Soares (BE) e Artur Lima (CDS/PP).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM).

7 - Pedido de autorização para prestação de depoimento do Deputado Artur Manuel Leal de Lima, na qualidade de arguido, no processo de inquérito n.º 3796/11.OTDLSB, que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo;

Usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), para justificar a sua decisão, e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Submetido à votação o relatório da Comissão foi aprovado por unanimidade.

Seguiram mais três relatórios, os quais também foram aprovados por unanimidade sobre:

8 - Pedido de autorização para prestação de Depoimento da Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira, na qualidade de testemunha, nos autos de processo comum (Tribunal Singular) n.º 47/09.ITAPVC, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação;

9 - Pedido de autorização para prestação de depoimento do Deputado Carlos Alberto Medeiros Mendonça, na qualidade de testemunha, no processo de inquérito n.º NUIPC 56/11.OFPDL, que corre termos junto da Esquadra do Nordeste das Brigadas de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública;

10 - Pedido de autorização para prestação de depoimento do Deputado Francisco Manuel Vital Gomes do Vale César, na qualidade de testemunha nos autos de processo comum (Tribunal Singular) n.º 47/09.ITAPVC, que corre termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação.

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação**, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa da RAA, **que declara findo o período legislativo de Janeiro.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 05 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente do Governo.
Vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje.
Vamos começar com a chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

Joe Valadão **Rego**

José Gabriel **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar para a nossa Agenda.

Temos como primeiro ponto o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 2/2012 “pronúncia por iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre os destinos das verbas resultantes da aplicação das reduções remuneratórias e suspensão de subsídios previstos no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O pedido de urgência fundamenta-se na necessidade de clarificar a situação de que é objeto o Projeto de Resolução. Tem a ver com uma norma do Orçamento Geral do Estado e posteriormente de uma Proposta de Decreto-Lei que, em que a República fica com as verbas que advêm do corte do subsídio de natal e do subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Face a esta questão, uma vez que tem implicações diretas no próprio Orçamento Regional e no próprio Orçamento da Região Autónoma que aprovámos aqui em Dezembro último, julgamos que é fundamental que este assunto seja trazido a esta câmara e debatido. Sobretudo, que a Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, no uso das suas competências próprias, se pronuncie, clara e inequivocamente, sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, passamos de imediato à substância do diploma cuja urgência acabámos de aprovar.

Para tal dou a palavra a Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Orçamento de Estado, recentemente aprovado na Assembleia da República é a materialização do credo ideológico da direita e dos liberais: Desmantelar o Estado e as suas funções sociais, isentar e favorecer os grandes grupos económicos, empobrecer os trabalhadores para tornar mais baratos os custos do trabalho.

E, quando se acaba a criatividade para inventar maneiras mais subtis de tirar direitos e rendimentos aos portugueses, parte-se para o saque puro e simples. Foi esse o caso no Orçamento de Estado de 2012. É esse o caso que resultado do acordo celebrado entre a UGT, o Governo e os empresários.

Já sem ideias de como depauperar ainda mais as famílias do nosso país, o PSD e o CDS-PP, com a abstenção do PS (abstenção que passou de violenta a bem meiguinha), limitaram-se pura e simplesmente a roubar – é esta a palavra correta – os subsídios de férias e de natal dos portugueses!

Uma medida que é de uma brutalidade e de uma violência inútil. Aliás como fica provado pelos 876 milhões de Euros que ficaram por gastar em 2011.

Mas trata-se também de uma anti constitucionalidade gritante. Mas não pelas razões invocadas pelo PS e pelo BE no seu requerimento de verificação sucessiva da constitucionalidade. Não, meus senhores! O problema não é o de

se cortar apenas aos funcionários públicos. O problema é pôr-se continuamente em causa o direito constitucional à retribuição pelo trabalho. Não é uma questão de discriminação, é uma questão de justiça!

Mas, a pressa atrapalhada do PSD e do CDS-PP de sacar o mais possível a toda a gente para cumprir o ditame da *Troika*, teve um acidente: tropeçou nas autonomias regionais e no direito das regiões a disporem das suas próprias receitas.

"Que chatice!" Terão dito, certamente. Então agora não podemos agora embolsar calmamente o que roubámos aos açorianos? Não pode ser!"

E, vai daí, coloca-se no Orçamento de Estado mais uma regrazinha, que sob o ar inocente de um mero aditamento explicativo, atropela de uma vez só a lei geral, o Estatuto Político-Administrativo e a Constituição! É obra!

A atrapalhação esbaforida do fanatismo *troikista* continua a tropeçar e a passar olímpicamente por cima de todas as regras do Estado de Direito Democrático. PSD, CDS-PP, continuam a fazer tábua rasa do edifício democrático português em função dos seus próprios objetivos,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que infelizmente não são os interesses nacionais, mas os interesses do capitalismo e dos grupos financeiros apátridas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O alvo agora é o próprio cerne da autonomia financeira dos Açores. A substância material que permite que a Autonomia seja mais do que uma palavra e que este Parlamento seja mais do que um mero organismo simbólico.

Quando o Governo da República dispõe a seu belo prazer das receitas próprias dos Açores estamos perante o desabar de todo o edifício laboriosamente construído por tantas gerações de açorianos. Recusamo-nos, por isso, a derramar lágrimas de crocodilo e a deixarmo-nos ficar de braços cruzados. Sempre que PSD e o CDS-PP quiserem entregar aos interesses estrangeiros a substância da Autonomia, o património dos Açores, contarão sempre com firme oposição do PCP-Açores!

Ao contrário, defendemos que se usem os mecanismos da Autonomia para proteger o Povo Açoriano das malfeitorias do Governo de Lisboa. Foi para isto que criámos a Autonomia, para nos proteger do despotismo centralista, para assumirmos, com maturidade política, o que é que queremos para os Açores, qual o rumo que queremos seguir, que medidas queremos aplicar nas nossas ilhas.

Que não restem dúvidas em relação à substância política da nossa posição: Somos radicalmente e de maneira absoluta contra o roubo dos subsídios aos trabalhadores. Defendemos que a serem cobradas, essas receitas têm de ficar na Região e têm de ser devolvidas, da forma mais direta possível, a quem pertencem: aos trabalhadores açorianos. Essa é a vontade do nosso Povo. Cumprir-la é a única forma de honrarmos o nosso mandato.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Subscrevemos na íntegra a posição da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, ao recusar a grosseira ilegalidade e falta de respeito institucional do Governo da República quando envia para parecer apenas fragmentos do Projeto de Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado.

A Subcomissão fez muitíssimo bem ao não pactuar com esta atuação e ao recusar emitir qualquer parecer e não queremos, com a nossa proposta, desvalorizar de nenhuma forma a sua posição. Mas entendemos que o assunto, ao colocar em causa, como disse, os fundamentos do Regime Autónimo, exige, por parte dos Órgãos de Governo próprio da Região uma resposta política forte, que é este plenário que está em condições de dar.

Ao jurídico o que é do jurídico. À política o que à política pertence. E é justamente nesse campo que achamos que a questão tem de ser colocada.

Não é admissível que o Governo da República pretenda usurpar as verbas que pertencem aos Açores sem que a sua Assembleia Regional se pronuncie.

Aquilo a que temos de dar resposta não é, sobretudo, à flagrante ilegalidade da pretensão governamental. Aquilo que temos de afirmar é a nossa recusa do

ataque ao adquirido autonómico que tem marcado a atuação do Governo de Passos Coelho e Paulo Portas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Desengane-se!

O Orador: Aquilo que temos de decidir hoje é se permitimos, em obediente silêncio, que os açorianos sejam duplamente penalizados, ao verem cortados os seus subsídios sem que a receita resultante seja investida em seu benefício.

Quanto ao PCP, não temos dúvidas: É do lado da Autonomia, é do lado dos açorianos que sempre estaremos.

Disse.

Deputado Costa Pereira (PSD): Tem dias! Antes não era assim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Bom, se não houver inscrições... Há! Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se não houver inscrições eu inscrevo-me. Não há problema!

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Perante o silêncio total e absoluto das bancadas dos partidos que compõem a maioria do Governo da República...

Deputado João Costa (PSD): Até parece que a bancada do PS já falou!

O Orador: ... e depois da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires que fez um conjunto de referências explícitas em relação à intervenção desses partidos,

...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estavam de costas!

O Orador: ... particularmente em relação ao PSD, gostaria de salientar, no início deste debate, o total silêncio do PSD sobre a matéria e as preocupações legitimamente levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já é habitual!

O Orador: Permitam-me, Srs. Deputados, que dê conhecimento a esta Assembleia das diligências que o Governo Regional fez sobre esta matéria.

Efetivamente, no âmbito do Decreto de execução do Orçamento de Estado para 2012, existia duas normas, concretamente, que considerávamos que podiam levantar legitimamente a dúvida que o Sr. Deputado apresentou.

Efetivamente, essas normas podiam permitir a interpretação de que o Governo República, em relação a algumas entidades públicas concretas (também tem que se referir, nomeadamente institutos públicos e funcionários públicos que exerçam a sua atividade em empresas do Sector Público Empresarial, e apenas em relação a esses casos, poderia levantar a dúvida legítima) se preparava para ficar com receitas que são próprias da Região ou, por outro lado, ficar com não despesa no âmbito do Orçamento da Região aprovado recentemente nesta Assembleia.

Neste sentido o Governo Regional contactou o Ministério das Finanças levantando essas dúvidas e a questão de que não concordava com essa posição.

Isso foi feito no dia 16 de janeiro de 2012. Contatei pessoalmente o Secretário de Estado do Orçamento que me informou de que não era essa a intenção do Governo da República, que essa interpretação era possível e que iriam corrigir essa situação.

Comprometeu-se comigo em mandar um documento oficial onde tem escrito exatamente essa posição.

Assim, no dia 18 de janeiro pelas 13 horas e 59 minutos, o Sr. Secretário de Estado do Orçamento mandou-me um *mail* que passo a ler para conhecimento de todos:

“Na sequência da nossa conversa mantida na segunda-feira venho esclarecer que a norma do Projeto de Decreto-Lei de execução orçamental para 2012 não tem, nem nunca foi nossa intenção que não tivesse, um âmbito de aplicação alargado às Regiões Autónomas.

Creio que as dúvidas legítimas sobre esta questão surgiram por uma inserção sistemática menos feliz da norma.

De facto, estando a mesma inserida no capítulo reservado à Administração Local e Regional, prestava-se a essas dificuldades interpretativas, não obstante por via interpretativa rapidamente se concluir que o âmbito de aplicação da norma não era aplicável às Regiões Autónomas.

No entanto, decidiu-se deslocalizar aquela norma para um capítulo autónomo conforme foi apresentado em anexo, para que nenhuma dúvida reste quanto ao seu âmbito de aplicação.”

Isto é, o Governo da República comunicou ao Governo Regional que alterou a inserção desses dois artigos para um outro capítulo, nomeadamente para o Capítulo V, passando a ser os artigos 62º e 63º e com isso ficou corrigido aquilo que podia levar a uma dúvida de interpretação.

Quero dar conhecimento à Assembleia desta questão, aliás, já o fizemos publicamente. Eu já o referi e o Sr. Presidente do Governo já o referiu, mas o que é importante nesta matéria penso que são duas questões essenciais:

Efetivamente foi uma colocação na estrutura do Decreto de execução orçamental que poderia levar a várias interpretações, como o próprio Governo da República o reconhece, como também reconhece que nunca foi sua a intenção que as verbas resultantes desses dois subsídios revertissem para os cofres do Estado.

Neste contexto, penso que é uma matéria que está esclarecida e essencialmente também é uma matéria que mostra que é possível, em diálogo entre o Governo Regional e o Governo da República, no âmbito do relacionamento institucional correto, resolver os problemas.

Por um lado, isto permite fazer crer que é possível, em diálogo, no espírito de cooperação entre a Região e a República, resolver alguns dos problemas, que só seriam problemas se não houvesse diálogo.

Por outro lado (e também é importante), este é um exemplo claro que demonstra que ao contrário do que alguns dizem, o que o Governo dos Açores pretende sempre é defender os Açores.

Estaremos ao lado do Governo da República quando o Governo da República defender os Açores; estaremos contra o Governo da República quando o Governo da República atentar contra os direitos dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Hoje, demos mais um exemplo que com o diálogo conseguimos resolver um problema que poderia ser um problema grave para a Região que, não sendo na sua essência uma vontade do Governo da República, uma norma menos feliz introduzida no diploma, podia levar a um problema de relacionamento institucional e podia, inclusivamente, permitir a alguém que se retirasse direitos da Região.

Àqueles que no passado disseram que queríamos e procurávamos apenas conflitos com o Governo da República, está aqui a resposta...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e a demonstração que com diálogo defendemos os Açores.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Também tem dias! Isso é uma questão de dias! Um dia é de uma maneira, outro dia é de outra! Depende!

O Orador: Esse diálogo não é necessário ser feito apenas virado para os órgãos de comunicação social.

Muitas das conquistas que conseguimos, muito do trabalho feito é feito no recato dos gabinetes, é feito no trabalho árduo de reuniões e com isso consegue-se grande parte das vitórias que conseguimos.

Quando o Governo da República não defender os interesses da Região estaremos aqui para denunciar, como também estamos aqui, como hoje, para elogiar o Governo da República, nomeadamente o Ministério das Finanças, quando respeitou integralmente os direitos da Região e corrigiu e assumiu um erro que teve, como todos também erramos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Julgo que ao longo do debate iremos ter oportunidade de ouvir a voz do PSD e do CDS/PP, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não sei se vão falar!

O Orador: ... mas para já e enquanto os Srs. Deputados do PSD estão de costas para o problema queria colocar aqui algumas questões em função daquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional nos disse e informou esta câmara.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Registo pávido e sereno!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu não tenho dúvidas, aliás já o afirmei publicamente, nem tenho nenhum motivo para duvidar das palavras de V. Exa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não são minhas!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente informou-nos que o problema estava resolvido.

Eu não tenho nenhuma dúvida relativamente às afirmações que V. Exa. fez, mas tenho aqui outras dúvidas.

Para já, porque pelos vistos não foi má-fé do Governo da República. Foi incompetência!

Mas permita-me, Sr. Vice-Presidente, que lhe diga uma outra coisa. Isto é claro e não há recato dos gabinetes, nem conversa de corredor, nem *mails* trocados entre V. Exa. e o Secretário de Estado das Finanças que contrariem o que está na lei. O que está na lei é claro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Consta!

O Orador: Portanto, esta intenção foi clara. Não deriva sequer da incompetência, que até poderia ser justificada, do Governo da República, mas deriva (decorre!) de uma intensão clara de que o Governo da República, isto é,

o PSD e o PP querem saquear os trabalhadores, mas querem ir mais longe, querem saquear também o Orçamento Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é verdade!

O Orador: Se me dão licença...

Deputado Berto Messias (PS): Com certeza!

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Vice-Presidente, para nós a questão é muito clara, senão estamos aqui a voltar a antes de 1998 em que a Região andava nos gabinetes do Governo da República a esmolar o financiamento para o Orçamento Regional. Esse tempo, felizmente, já lá vai.

Que a intenção do Governo da República seja essa, de nos obrigar novamente a andar a esmolar o financiamento para o Orçamento Regional, é lá com o PSD e com o PP. Agora, eu não duvido das palavras de V. Exa. O que eu duvido é do Governo da República. Não considero que o Governo da República corresponda a uma pessoa de bem. Aliás, aquilo que tem vindo a acontecer, comprova-o claramente.

O Governo do PSD e o Governo do PP têm não só saqueado os trabalhadores portugueses como pretendem e ultrapassam o quadro do Estado de direito para fazer aquilo que os grupos financeiros pretendem, os chamados mercados perante quem V. Exas. se ajoelham e esquecem os interesses do país e, neste caso particular, não se importam de entregar os interesses do povo açoriano a interesses que não são nossos.

Sr. Vice-Presidente, o problema não pode ser resolvido no recado dos gabinetes nem nos passos perdidos dos corredores. O quadro legal é para ser cumprido.

Peço a V. Exa que esclareça esta questão.

Há ou não, na norma do Orçamento do Estado, uma intenção declarada de que ficam com o dinheiro que é roubado, que é saqueado aos trabalhadores da Administração Pública Regional?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Aquilo que V. Exa. conseguiu foi um acordo de corredor.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Oh, paciência!

O Orador: Para já, é aquilo que V. Exa. tem na mão, é um acordo de corredor e eu, se tenho confiança em V. Exa., não tenho confiança no Governo daqueles senhores.

(Aparte inaudível do Deputado Clélio Meneses)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Está incomodado, Sr. Deputado Clélio?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Não! Até me estou a divertir!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Está a divertir-se? A diversão vai começar agora, quer ver?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Paciência!

(*) Deputado António Marinho (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Espero que o Sr. Deputado Aníbal Pires se acalme um bocadinho.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Estou calmíssimo, Sr. Deputado. O incómodo é vosso, não é meu!

O Orador: O senhor parece uma personagem de Cervantes a lutar contra os moinhos de vento ...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E o pior é que não é o D. Quixote!

O Orador: ... imaginando aquilo que os outros vão dizer.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Pois é!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Só que não é o D. Quixote!

Estamos aqui, não de costas voltadas, mas bem de frente.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): V. Exa. vendeu-se ao capital, vendeu-se ao capitalismo!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires deixe as outras pessoas falarem. Não roube a palavra aos outros.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Eu pelo menos tenho respeito e olho para V. Exa. Não lhe volto as costas!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo. Sr. Deputado António Marinho faça favor de continuar.

O Orador: Vamos fazer um exercício de memória, naturalmente também acompanhado por parte dos outros partidos representados na Comissão de Economia.

O Decreto de execução orçamental veio à Comissão de Economia para parecer. Veio com as normas que tinham influência direta na Região Autónoma dos Açores e inclusivamente com algumas que até nem se destinavam aos Açores.

A Comissão de Economia, em coerência com o que fez no passado, entendeu não dar parecer. O PSD, também em coerência com o que fez no passado, acompanhou os restantes partidos nesse sentido. Não foi dado parecer!

O PSD fez agora com o Governo do PSD e do CDS, tal como tinha feito antes relativamente aos Governo do Partido Socialista.

A coerência foi total. Não foi pelo facto do PSD, no nosso caso concreto, estar no Governo, que deixámos de considerar anormal a prática do Governo da República.

Entretanto, o Sr. Presidente do Governo deu a garantia que hoje foi aqui reafirmada por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo – esta norma, inclusivamente, falava numa deslocalização da norma – de que havia a garantia por parte do Sr. Secretário de Estado do Orçamento de que a questão não se aplicava. Agora, foi lido inclusivamente o *email* enviado ao Sr. Vice-Presidente do Governo no dia 18 de janeiro (já não me lembro das horas que o senhor disse, peço desculpa por não me lembrar).

Deputado Pedro Gomes (PSD): 13:59!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem uma memória, Sr. Deputado Pedro Gomes!

O Orador: 13:59!

Não a conhecíamos até agora. Ficámos a conhecer o teor neste momento.

Obviamente, entendíamos que o Sr. Presidente do Governo estava a falar a verdade, como acreditamos que o Sr. Vice-Presidente do Governo esteja a falar a verdade.

Contudo, entendemos que esta é uma questão absolutamente importante em termos da Autonomia açoriana.

Como tal, entendemos que é importante que se salvaguardem inclusivamente situações futuras e que este primeiro órgão da Autonomia tome uma posição clara relativamente a esta matéria.

É uma questão importante para a Autonomia e estamos sempre do lado da Autonomia.

Entendemos que é importante aqui discutir e tomar uma posição em relação à iniciativa do PCP, independentemente de haver uma garantia já na situação precisa do ano de 2012, que daria origem às duas normas que constam do Decreto de execução orçamental e que obrigavam a entregar aos cofres do Estado o produto resultante da redução dos subsídios.

A coerência que revelámos relativamente a não emitir parecer pelo facto de não conhecermos todo o decreto de execução orçamental é a coerência que mantemos também relativamente a esta questão, defender as questões da Autonomia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que tristeza! No que o PSD/Açores se tornou!

O Orador: Faço lembrar que já o dizíamos quando em algumas outras situações se verificou a retirada de verbas pertencentes à Região por parte de anteriores governos. Já nessa altura considerávamos, e aliás defendemos em determinadas situações aqui a nível da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que eram verbas que pertenciam à região e que por isso, o facto de haver retenção de verbas por parte do Governo da República, era algo com que não concordávamos, assim como o fazer neste momento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi o que dissemos. Aliás, também na altura do debate do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012, dissemos inclusivamente que as verbas resultantes das poupanças, designadamente ao nível do subsídio de férias e do subsídio de natal, relativas a 2012 (um valor que inclusivamente o Sr. Vice-Presidente do Governo na altura não conseguiu quantificar em Comissão e não conseguiu quantificar perante os jornalistas, não

sei se atualmente já está em condições de o fazer, julgamos que hoje em dia já saberá qual será esse valor, pena foi que na altura não soubesse) deveriam ser aplicadas – como? – em favor das famílias, das empresas, da redução da dívida do Sector Público Empresarial Regional e até na redução da dívida da saúde. Ou seja, defendíamos na altura, como defendemos hoje em dia, que as verbas resultantes da redução dos subsídios de férias e de natal deviam ser aplicadas na Região Autónoma dos Açores.

Somos coerentes hoje como fomos em Novembro passado, aquando da discussão do Plano e do Orçamento, e como fomos no outro passado que era o passado do Partido Socialista no Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado já percebemos que o senhor anda às voltas!

O Orador: Mantemos exatamente a mesma posição.

Entendemos que estas verbas são verbas da Região Autónoma dos Açores, queremos que estas verbas fiquem na Região Autónoma dos Açores, queremos que estas verbas fiquem afetas em benefício dos açorianos. É isso que entendemos.

Como tal, relativamente a esta iniciativa em concreto, achamos perfeitamente adequada, independentemente da garantia que já foi dada, a iniciativa do PCP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ai Jesus!

O Orador: Consideramos que é importante que o primeiro órgão da Autonomia manifeste aqui uma posição clara em relação a essa matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Em termos institucionais entendemos que é fundamental que este primeiro órgão da Autonomia se pronuncie em relação a esta questão, na defesa, designadamente, da estabilidade financeira da Região Autónoma dos Açores, em defesa dos princípios de autonomia financeira que estão vertidos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da própria Constituição.

Entendemos que é importante fazer a defesa em qualquer momento desses princípios. Por isso, há pouco, na intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, não

nos conseguimos rever em certo discurso mais violento que o senhor tem por hábito utilizar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Violento não, Sr. Deputado!

O Orador: Não concordando, não significa que não vamos votar os considerandos do próprio Projeto de Resolução que utilizam igualmente terminologia relativamente à qual não nos revemos de forma nenhuma.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ontem votaram contra por causa dos considerandos, agora estão a favor!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não queria! É uma chatice!

O Orador: Entendemos que relativamente ao texto resolutivo eventualmente abordaríamos a questão de uma forma relativamente diferente, mas que no essencial revemo-nos em muito daquilo que ali vem.

Julgamos que é bom que haja uma pronúncia por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então vote a favor!

O Orador: Por isso iremos votar claramente naquilo que consideramos ser a defesa da própria Autonomia, sendo certo que manteremos a coerência em relação àquilo que fizemos no passado.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Primeira questão:

Não estou aqui, nem é essa a função, a defender o Governo da República, Sr. Deputado Aníbal Pires, mas não considero que tenha sido incompetência do Governo da República. Tratou-se de colocar duas normas no articulado num capítulo diferente daquele que se pretendia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E isso é o quê?

O Orador: É um erro.

Não me cabe a mim estar a defender um Governo de coligação de outros dois partidos.

Deputado Aníbal Piros (PCP): A questão não é essa!

O Orador: Não devemos estar a explorar um erro, que foi um erro administrativo, que já foi explicado, justificado e já foi corrigido.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Mas não está corrigido!

O Orador: Há aqui uma coisa que o Sr. Deputado não percebeu.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Está no *mail*!

O Orador: Não é o *mail*, Sr. Deputado.

Repare: o que o Sr. Deputado teve conhecimento foi de uma proposta de Decreto-lei para parecer e para consulta.

Quando se faz uma consulta a uma proposta é precisamente para que as outras entidades se possam pronunciar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

Deputado Aníbal Piros (PCP): Não é claro, é escuro!

O Orador: ... e dar a sua opinião e com base nessa opinião e na identificação dos erros, as corrigir.

No dia em que se coloca uma proposta de decreto ou uma entidade se pronuncia, se a entidade que faz a proposta reconhece o erro e corrige e continuamos a criticar a proposta base e não a proposta corrigida, que é a proposta que vai ser aprovada, ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Onde é que está a proposta corrigida!

O Orador: ... o que o senhor está a dizer, por outras palavras, é que não faz sentido haver audição, não faz sentido haver consulta.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sr. Vice-Presidente, essa não pega!

O Orador: Se as pessoas erram, se reconhecem o erro e se corrigem antes da proposta ser aprovada, neste caso concreto devemos congratularmo-nos pela correção.

Neste contexto, quando o Sr. Deputado fala, está a falar como se estivéssemos perante o Decreto-lei aprovado, quando estávamos a falar de uma proposta de Decreto-lei que foi entretanto corrigida e essa situação foi resolvida por via

dessa correção e, neste caso concreto, através da intervenção do Governo Regional dos Açores. É este o cerne da questão.

O senhor teria toda a razão na questão que está a colocar se estivéssemos aqui a analisar a versão inicial do Decreto-lei.

Tendo o Decreto-lei sido corrigido, neste momento o Decreto-lei que será aprovado ou foi aprovado em Conselho de Ministros...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem consta!

O Orador: Como?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não dei conta de ter sido aprovado em Conselho de Ministros!

O Orador: Será aprovado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ela não foi!

O Orador: O senhor está a pronunciar-se sobre um documento que, primeiro era uma versão inicial e não uma versão final; segundo, já oficialmente o Governo da República reconheceu o erro e já o corrigiu, porque, sendo uma iniciativa legislativa do Governo, cabe ao Governo obviamente corrigir a situação.

Nesta questão concreta penso que estamos perante uma situação que, neste momento, não é um caso e se nos concentrarmos naquilo que é o essencial que é esta matéria do ponto de vista de direitos da região.

Neste contexto permita-me que lhe diga, Sr. Deputado que, independentemente de todas as outras questões que não me pronuncio, independentemente daquilo que é a salvaguarda ou não das questões da região, temos que ser justos e elogiar quem, primeiro (e é muito importante em política) reconhece o erro e, segundo, corrige o erro.

Essencialmente, também neste contexto, devemos elogiar quem preferiu primeiro resolveu o problema junto da entidade que tem competência legislativa para tal e resolveu o problema, que foi o Governo Regional dos Açores.

São estes os aspetos essenciais sobre esta matéria.

Sendo este decreto de execução orçamental referente ao Orçamento de 2012 ficam estas matérias claramente salvaguardadas no âmbito daquilo que

estávamos a discutir, que é o decreto de execução orçamental de 2012. Que não reste dúvidas sobre isso, partindo sempre do pressuposto claro – eu não o coloco em questão – de que evidentemente aquilo que foi o compromisso escrito do Sr. Secretário de Estado do Orçamento irá ser vertido na versão do Decreto-lei que será aprovado em Conselho de Ministro. Isso não questiono de maneira nenhuma, porque confio integralmente na palavra do Sr. Secretário de Estado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Julgo que estamos hoje a assistir aqui ao Partido Comunista no seu melhor, ou seja, propaganda e demagogia do mais alto nível.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A argumentação começou mal!

O Orador: O Sr. Deputado do Partido Comunista Português já sabia, quando entregou este Projeto de Resolução, que o assunto estava resolvido.

O Sr. Deputado do Partido Comunista Português perdeu já a capacidade de fazer política regional.

O Sr. Deputado do Partido Comunista Português dedica-se agora às questões nacionais. O Sr. Deputado do PCP/Açores eleito nas listas da CDU, dedica-se agora às questões nacionais...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... porque o PCP/Açores não tem uma única proposta para resolver o problema dos açorianos. Então, resolveu agora, nesta cantilena de escárnio e de maldizer, maldizer do Governo da República. É isto que o Partido Comunista nos tem habituado e foi isto que o Partido Comunista disse daquela tribuna.

Isto não faz nenhum sentido estar a ser discutido, não faz nenhum sentido ser aprovado porque a 16/11, como o Sr. Vice-Presidente bem disse, o assunto estava resolvido. Isto entrou no dia 19. A 18 do 11 resolvidíssimo estava.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 18/1!

O Orador: 18/1, muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Partido Comunista vem aqui fazer um número, mas isto aqui é uma Assembleia Legislativa não é uma coisa para fazer números políticos, confessando a sua total incapacidade para a política regional, o que aliás nos vem habituando desde algum tempo.

Depois ainda desconfia do Governo Português e desconfia do Governo dos Açores.

O Sr. Deputado do Partido Comunista Português desconfia das palavras do Sr. Vice-Presidente e não aceita as palavras do Sr. Secretário de Estado.

Nós não vivemos em Cuba, nem na União Soviética.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Vivemos num estado de direito onde as pessoas têm palavra.

O Sr. Vice-Presidente foi claríssimo ao revelar (e congratulo-me com isto) o bom entendimento e o diálogo institucional entre o Governo da República e o Governo dos Açores. Pese embora as naturais diferenças políticas, são capazes de se entender nas questões que dizem respeito à Região.

O Governo Regional esteve bem ao pedir esclarecimento ao Ministério das Finanças e esteve bem o Ministério das Finanças em dar os esclarecimentos que o Governo Regional pediu de modo a resolver este problema da verba, se fica ou não nos Açores. Aliás, havia uma questão de interpretação. Nunca houve a certeza de que as verbas ficavam no Continente. Isto tem que ser dito e tem que ser desmascarada aqui a demagogia e a desfaçatez do Partido Comunista Português e do Sr. Deputado Aníbal Pires ao vir aqui hoje.

Isto não vale nada porque já perdeu a validade há muito tempo.

Aprovar uma coisa destas... Acho que fica mal a esta casa, aprovar isto, porque todos nós já afirmámos em outros fóruns, em outras situações, em outras circunstâncias de que este dinheiro era receita dos Açores e devia cá ficar.

O Partido Comunista é que ainda não percebeu isso e agora, tarde e a más horas, depois do assunto resolvido, vem fazer este número.

Se isto for aprovado envergonha a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porque não tem nenhum efeito prático. Todos nós já defendemos isto e sabemos que o dinheiro vai ficar cá.

Outra coisa podia o Sr. Deputado Aníbal Pires perguntar: que utilidade vai o Governo dos Açores dar ao dinheiro? Mas isso era outra pergunta que o senhor e o seu partido não estão preocupados. O senhor só está preocupado em guerrilha política, em destruir o país e em afundar este país com a suprema ambição, aliás antiga, disto cair num regime comunista para o senhor ser Rei e Senhor.

Muito obrigado.

Deputados Paulo Rosa e Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando mesmo por tecer alguns comentários à brilhante intervenção...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado!

O Orador: Brilhante intervenção enquanto mestre da propaganda e da demagogia. Foi, de facto, mais uma excelente peça de propaganda e de demagogia, mas ainda assim com cada vez menos qualidade porque de facto V. Exa. está a perder algumas qualidades com as suas referências à geografia política planetária.

A questão é a seguinte:

Sr. Deputado Artur Lima, queria lembrar a V. Exa. que quanto ao destino do dinheiro que tem que ficar nos Açores, o PCP propôs aqui, em sede de Orçamento Regional, que ele deveria ser devolvido aos trabalhadores e que essa era a melhor forma de apoiar as famílias e a economia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como?

O Orador: Devolvendo-o aos trabalhadores, não pela forma como foi adotada pelo Governo, de arranjar uns saquinhos azuis para que em ano eleitoral o fosse distribuindo a seu belo prazer.

Deputado João Costa (PSD): Aí o Sr. Deputado já está a chegar lá!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado Aníbal Pires, qual é o Governo que tem um saco azul?

O Orador: Não vou perder mais tempo consigo.

Sr. Vice-Presidente, eu disse-o hoje já aqui, disse-o já no espaço público regional que não tenho nenhuma dúvida de que lhe foi dada essa garantia. A questão é esta:

O Governo da República habituou-nos a não respeitar sequer a legalidade, a estrutura e os pilares do Estado democrático.

Habituou-nos a isso. Ultrapassa tudo isso para atingir os seus objetivos.

V. Exa. fica descansado com o *mail* do Secretário de Estado as Finanças?

V. Exa. pode até ter confiança naquilo que o Secretário de Estado das Finanças lhe diz.

O Governo da República, a mim, ao Partido Comunista Português, não merece nada de confiança.

A verdade, Sr. Vice-Presidente é que não está escrito ainda em lado nenhum. Ontem fiz uma pesquisa exaustiva e ainda não foi aprovado em Conselho de Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estamos à espera que seja aprovado!

O Orador: Ainda não veio. O que veio à Região foi outra coisa. Não veio a correção.

Veio por *mail* para o Sr. Vice-Presidente. Não veio a este órgão.

Sr. Vice-Presidente, aquilo que se trata, como muito bem disse o Deputado António Marinho, é que esta Assembleia se pronuncie sobre uma questão, porque o objeto resolutivo é claro, límpido e cristalino: que a Assembleia se pronuncie sobre esta questão sobre a qual havia uma intenção que é a que todos conhecemos.

Há aqui uma outra questão:

Gostaria que V. Exa., Sr. Vice-Presidente, respondesse e informasse a câmara:

Vai haver cortes nos subsídios de natal e de férias dos trabalhadores da Administração Pública.

Desse dinheiro, qual é o que fica na Região e qual é que vai para fora?

Desse dinheiro – eu estou a generalizar, da Administração Pública central, regional e local – qual é o que fica e qual é o que vai para fora?

Até posso adiantar alguma coisa ao argumento:

O que é da Administração Central, naturalmente irá para fora, mas se cá ficasse e não houvesse corte havia tributação e a tributação era receita da Região.

Gostaria que o Sr. Vice-Presidente me esclarecesse.

Muito obrigado, Sr. Presidente:

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada.

Vamos fazer esse intervalo. Regressamos às 11 horas e 30 minutos.

Até já.

Eram 11 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Continuando o nosso debate dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria o PPM já teve a oportunidade de pronunciar-se no âmbito da discussão do Orçamento.

A nossa posição era que o Governo Regional tinha as competências necessárias para impedir que os subsídios de férias e de natal fossem retirados aos trabalhadores açorianos. Não só tinha as competências do ponto de vista legal, como, até tendo em conta as declarações do Governo Regional sobre esta

matéria e outras matérias afins, tinha a obrigação moral, a obrigação política de ter defendido os trabalhadores açorianos nestas dramáticas circunstâncias.

Como dizia há muito pouco tempo o Prémio Nobel da Economia, o que sucede é que não há recuperação económica possível se as pessoas não têm dinheiro. É impossível! Não há nenhuma economia que recupere, de maior dimensão ou de menor dimensão, se é retirado às pessoas o dinheiro para poder subsistir, criar os seus negócios, poder consumir e viver de forma condigna. É isto que lhes é retirado.

Na altura, o Governo Regional não teve a coragem política de se colocar ao lado dos trabalhadores açorianos e de defender a manutenção dos subsídios de férias e de natal – primeira questão.

Segunda questão:

Sr. Deputado Aníbal Pires deixe-me que lhe diga isto:

Acho que o PCP nesta matéria não está a agir de acordo com aquela que foi a posição inicial.

A posição inicial do PCP era idêntica à posição do PPM, que é vamos defender a manutenção dos subsídios de férias e de natal nas mãos dos trabalhadores e não há mais conversa. Esta foi a posição e a minha posição continua a ser a mesma.

Agora, utilizando o seu conceito, Sr. Deputado, o senhor sabe que há o Ali-Babá e os 40 ladrões.

O senhor agora está preocupado em saber para onde foi o subsídio de férias ou de natal. Está preocupado com a gruta onde eles vão meter o roubo, utilizando as suas próprias palavras, do subsídio de natal e de férias.

Para mim, a questão de princípio continua a ser mesma.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é o Ali-Babá? É o Passos Coelho ou o Paulo Portas?

O Orador: A minha discordância não é com o local onde eles vão meter o roubo, mas com o roubo na substância, ou seja, de ser retirados os subsídios de férias e de natal aos trabalhadores.

A minha posição continua a mesma em relação a essa matéria.

Uma terceira nota sobre a substância da questão.

A troca de *mails* que o Governo Regional deu nota demonstra também que, em relação à substância da questão, a questão está ultrapassada. Há um *mail* que se vier depois a não ser concretizado pois seria muito complicado qualquer governo deste mundo poder justificar uma coisa destas. Aí poderia ser acusado de má-fé.

A questão na substância parece-me perfeitamente ultrapassada.

Em relação à questão de princípio, na nossa perspectiva, não nos movemos um milímetro de onde estávamos.

Onde é que estávamos?

Estávamos e estamos nesta posição, que é a posição de condenar o roubo dos subsídios e de natal aos trabalhadores portugueses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o PCP aqui traz não deixa de ser legítima e parece-me que do ponto de vista dos princípios daquilo que está vertido neste Projeto de Resolução, não podemos discordar.

No entanto, tendo em conta a matéria em concreto que está em causa, tendo em conta também o esclarecimento que o Sr. Vice-Presidente já teve oportunidade de fazer sobre as diligências que o Governo Regional desenvolveu para esclarecer esta matéria, parece-nos que esta proposta, sendo aprovada, seria inconsequente tendo em conta aquilo que está em causa.

Naturalmente que o Partido Socialista, do ponto de vista dos princípios e da defesa da nossa Autonomia e com grande sentido de vigilância e de alerta sobre aquela que tem sido a relação institucional e até financeira entre o Estado Português e a Região Autónoma, concorda, no entanto, quanto à matéria em concreto, quanto àquilo que está em causa, não poderemos apoiar esta proposta porque é totalmente inconsequente.

Esta questão está resolvida. Esta questão está perfeitamente encerrada.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Tendo em conta os esclarecimentos do Sr. Vice-Presidente, parece-nos que este assunto está absolutamente encerrado.

Também não posso deixar de saudar o comportamento, que aliás tem sido apanágio deste Governo Regional, na relação que tem mantido com o Governo da República, sempre pronto para dialogar, sempre pronto para arranjar consensos e entendimentos com o Governo da República num diálogo que se quer profícuo em defesa dos Açores e dos nossos interesses, contrariando até muitas acusações que eram feitas num período de campanha eleitoral e no período que se seguiu às eleições legislativas nacionais acusavam que o Partido Socialista e o Governo Regional iriam fazer uma guerrilha constante ao Governo da República.

Está aqui mais uma prova de que não é assim e o Governo Regional está sobretudo preocupado em resolver os interesses dos Açores.

Agora uma coisa é indiscutível. Para haver um diálogo tem que existir duas pessoas, duas entidades.

Deputada Zuraída Soares (BE): É como o tango!

O Orador: Esse diálogo tem que ser recíproco. É como o tango. Para haver um tango tem que haver dois.

Esta proposta que aqui traz o PCP permite-nos também abordar aquele que tem sido esse relacionamento e os episódios que temos assistido no âmbito dessa relação financeira e institucional.

Não podemos deixar de manifestar preocupação com muitos episódios que infelizmente têm acontecido nesse âmbito e com algumas posturas e afirmações de membros do Governo da República que tem tentado, parece-nos, desresponsabilizar-se sobre as suas obrigações nos serviços que devem ser, na nossa perspetiva, assegurados pelo Estado na nossa Região Autónoma.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Naturalmente que sobre essa matéria não podemos deixar de manifestar a nossa profunda preocupação.

Temos o exemplo do caso da RTP-Açores, temos o exemplo do processo de privatização da ANA, temos também as questões relacionadas e que ainda não são conhecidas, como a possibilidade de encerramento de alguns serviços de finanças.

Tendo em conta todos os serviços do Estado e que devem ser assegurados pelo Estado na Região, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação e de estar sempre alerta, sempre vigilantes, garantindo o cumprimento das obrigações do Estado sobre essas matérias.

Tendo em conta aquilo que já percebemos por parte do Governo República, tendo em conta a conceção que este Governo da República tem do Estado, da relação dos cidadãos com o Estado e do Estado com os cidadãos, e a agenda política e ideológica que quem hoje está no Governo da República defende, temos que estar naturalmente vigilantes.

Sob a capa da austeridade, com o argumento da necessidade de equilíbrio das contas públicas, muitas das vezes temos membros do Governo da República que atropelam completamente aquilo que consta na Constituição da República Portuguesa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fundamente isso!

O Orador: ... e aquilo que consta também no Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Além disso, também com a passividade a que temos assistido por parte daquele que deve ser o principal regulador e árbitro nestas relações como tem tido o Sr. Presidente da República, naturalmente que estamos preocupados e cá estaremos para, sempre que for necessário, defender os interesses da nossa Região, defender os Açores e não deixar que sob o argumento da austeridade e sob o argumento da necessidade do equilíbrio das contas públicas se possa usar isso como argumento para atropelar direitos adquiridos que para nós são inquestionáveis.

Sobre essa matéria naturalmente que manifestamos a nossa preocupação.

Estamos alerta!

Apelamos também a todos os partidos e a todos os agentes políticos que, sobre esta matéria, não cedam, não sejam coniventes com posturas antiautonómicas, nem sejam coniventes com uma postura do Governo da República que muitas vezes atropela princípios básicos constitucionais e estatutários.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são?

O Orador: Neste âmbito não apoiaremos esta proposta.

Apesar de concordarmos com os princípios que defende, tendo em conta a matéria em apreço, tendo em conta aquilo que está efetivamente em causa, parece-nos que esta proposta será absolutamente inconsequente.

No entanto, não podemos deixar de cumprimentar e saudar o PCP por ter trazido aqui a defesa destes princípios que nos parecem fundamentais e que não tenho a mínima dúvida que continuarão a estar no centro da agenda política, tendo em conta a postura e a perspetiva que o Governo da República tem do Estado e das regiões autónomas, no caso da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada o PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Mas não falou sobre o saco azul e as acusações do saco azul!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foi bastante clara a posição do CDS sobre essa matéria. Relativamente ao Sr. Deputado Aníbal que aqui apresenta as suas razões e obviamente não concordamos, mas gostaria de fazer uma pergunta ao Governo Regional, para os açorianos ficarem esclarecidos, uns sabem outros não, de que quantia é que estamos a falar e como tenciona o Governo Regional, aplicar o excedente desse dinheiro?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participar também neste debate, começando por dizer desde logo que para o BE este projeto de resolução, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, parece-nos justo, pertinente e sobretudo um sinal de defesa intransigente do interesse dos Açores.

Dito isto, significa que não subscrevemos, de maneira nenhuma, afirmações já feitas nesta câmara, durante este debate, de que não faz sentido, apresentar esta proposta e que menos ainda fará sentido aprová-la porque ela é inconsequente.

Gostaria de explicar por que é que o BE não concorda com estas afirmações e pelo contrário, mais uma vez, repito, lhe reconhece justiça e pertinência.

A prova que este projeto de resolução do PCP não é inconsequente, é que foi aqui neste plenário, durante esta manhã, durante o debate suscitado, por este projeto de resolução, que nós ficámos a saber pela boca do Sr. Vice-Presidente, que no dia 18 de janeiro, pelas 13 horas e 59 minutos, o Governo Regional recebeu um *mail* do Sr. Secretário do Estado, dizendo-lhe que a incorreção, o erro existente, iria ser corrigido, no sentido de garantir que os subsídios de férias e natal, que vão ser confiscados aos trabalhadores da administração regional, ficariam na Região.

Curiosamente, não disse, penso eu, o que aconteceria aos mesmos subsídios dos trabalhadores da administração central, é que provavelmente esses vão para o continente e não ficam aqui de nenhuma maneira, nem através dos impostos, nem na mão dos trabalhadores, nem na economia açoriana, já agora, porque quando está na mão dos trabalhadores eles gastam aqui dentro. Portanto não fica cá de nenhuma maneira. Mas já foi muito bom e muito consequente, termos ouvido esta informação clara, cristalina, da boca do Sr. Vice-Presidente e o BE não duvida minimamente daquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Já tinha dito isso!

A Oradora: Portanto já teve alguma consequência este projeto de resolução.

Por outro, lado afirmar e reafirmar nesta casa que os partidos, portanto os representantes do povo açoriano, não estão distraídos, nem estão disponíveis para serem coniventes com qualquer atropelo às nossas competências, ao nosso

Estatuto e à própria Constituição da República, é uma mais-valia e todas as vezes não serão vezes de mais, tendo em conta o Governo da República, que nós temos.

Portanto, mais uma vez parece-nos pertinente e justa a apresentação deste projeto de resolução.

Dizer ainda que nas palavras do Sr. Vice-Presidente, há um diálogo, digamos, institucional, feito com outras entidades e nomeadamente com o Governo da República que não tem que passar pela comunicação social e pelos holofotes da comunicação social. Nós concordamos Sr. Vice-Presidente.

Agora, há um local, onde esse diálogo institucional, tem que passar: é nesta casa! É nesta casa!

Cá estamos, porque este projeto de resolução que alguns deputados consideram inconsequente, trouxe como consequência que o assunto seja aqui debatido nesta casa.

Mais uma vez, Sr. Vice-Presidente, porque também não serão vezes de mais, teremos de perguntar, à semelhança do que andamos a fazer há uns meses, onde é que está e qual é o conteúdo do Acordo de Cooperação e Entendimento que o Governo Regional está a negociar com o Governo da República, que provavelmente agora dentro em breve se chamará Lei de Finanças dos Açores, se calhar. Eu aceito que não passe pelos holofotes da comunicação social, durante algum tempo, mas não aceito, nem o BE aceita, que não passe por esta casa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Cá estamos!

A Oradora: Na realidade, Sr. Vice-Presidente, continua a passar, à margem desta casa, que é como quem diz os açorianos e açorianas não sabem coisíssima nenhuma do que é que se anda a negociar e eu não estou, nem o BE, a partir do princípio, que está a ser um mau negócio. Estamos a dizer é que ele continua opaco, fora da fiscalização desta casa e fora do conhecimento dos açorianos e açorianas.

Finalmente dizer também, para que não restem dúvidas e porque esta situação, embora à margem do projeto de resolução, foi referida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires da tribuna, na sua intervenção, que o BE/Açores, subscreve na íntegra os termos em que foi pedida a fiscalização sucessiva de algumas normas do Orçamento dos Açores para 2012, pedido feito por todos os deputados do BE na Assembleia da República e por alguns deputados do PS.

O BE subscreve na íntegra esses termos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que a deputada Zuraida Soares colocou na parte final da sua intervenção, não me vou pronunciar sobre isso, aliás já tive oportunidade de o fazer, quer aqui, quer noutros fóruns.

De qualquer forma, espero que o Sr. Vice-Presidente venha a terreiro responder às questões que fiz na minha intervenção anterior, aliás não duvido que venha.

Relativamente à intervenção do Deputado do PPM, julgo que o Sr. Deputado, não sei se ainda toldado pelo serão da noite dos amigos, mas a verdade é que me parece que não compreendeu o objeto deste projeto de resolução, mas penso que depois de um próximo intervalo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Compreendi!

O Orador: ... ficará certamente em melhores condições de o entender, uma vez que aquilo que está em causa, como ficou perfeitamente claro, é que a posição de princípio do PCP é esta: somos contra os cortes dos subsídios.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ponto final.

O Orador: Somos contra tudo aquilo que venha a baixar o rendimento dos trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ponto final.

O Orador: Consideramos e já o dissemos (até o Deputado Berto Messias ter vindo a terreiro sobre o assunto) que a economia regional perdeu cerca de 20 milhões de euros com o imposto extraordinário sobre o 13.º mês.

A economia regional perde cerca de 30 milhões pelo facto deste roubo ser exercido.

Aliás, isso serve de resposta ao CDS/PP, que aliás começo a ter algumas preocupações, em particular com o Deputado Artur Lima e aconselhava-o eventualmente a ir fazer uma consulta de otorrinolaringologia porque eu já repeti isto tantas vezes e o Sr. Deputado Artur Lima continua a fazer, ou ouvidos de mercador, ou então está com algum problema de diminuição de acuidade auditiva.

Sr. Deputado Artur Lima, a questão é a seguinte: o senhor perguntou-me, como é que esse dinheiro que o senhor quer na mão dos cidadãos, na mão das famílias, pode ajudar a economia regional?

Sr. Deputado, julgo que o senhor tem capacidade para perceber que se esse dinheiro tiver na mão das famílias, se não houver diminuição de rendimento, o consumo não sofrerá a retração ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima).

O Orador: Oh Sr. Deputado, precisa que eu lhe explique isto?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Preciso!

O Orador: Homessa! - utilizando aqui uma expressão que não sei de quem é a autoria, mas que é utilizada quer pelo Deputado Clélio Meneses, ...

Deputado Mark Marques (PSD): É da autoria dele!

O Orador: ... quer também por outros deputados, até julgo que também por membros do Governo, como o Sr. Secretário Regional da Economia, que eu até acho muita piada. Por isso mesmo: Homessa Sr. Deputado! Homessa!

Sr. Deputado, ainda tenho aqui outra questão.

A responsabilidade pela destruição da economia nacional e pela perda de soberania não é responsabilidade do PCP, é muito mais do CDS/PP. O CDS/PP é que tem contribuído e está contribuindo para isso Ar. Deputado.

Aliás, posso dizer-lhe que tenho alguma saudade do antigo CDS/PP, patriótico, que defendia a soberania nacional e não se vendia aos interesses do estrangeiro,

designadamente era contrário ao caminho do federalismo europeu e este novo CDS/PP deixou cair.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aí estamos de acordo!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, a Deputada Zuraida Soares, acabou por colocar a questão naquilo que é o cerne.

O Governo Regional procura passar aqui uma imagem de grande abertura e diálogo com o Governo da República. Não temos nada contra.

O diálogo deve ser permanente, mas o diálogo tem de ser no quadro do relacionamento institucional, não pode ser nem por telefone, nem por *mail*, nem longe dos holofotes ...

Deputado Francisco César (PS): A carta é inconstitucional!

O Orador: ... e sobretudo o grande problema é que nós continuamos a desconhecer os termos do pacto do memorando, do acordo, daquilo que Vs. Exas. lhe quiserem chamar, que o Governo Regional está a construir com o Governo da República, à sombra daquela coisa que nós chamamos de pacto de agressão externa ao País. O grande problema é esse.

Eu gostaria que houvesse algumas explicações do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Relativamente ao sentido de voto do PS, lamento. Lamento, porque a parte resolutiva é má afirmação clara, de defesa dos princípios da autonomia e das nossas competências.

Portanto é apenas uma declaração política da qual deve ser dada conhecimento. Se concorda com os considerandos e até concorda com a parte resolutiva, mas porque há um *mail* do Sr. Secretário do Estado das Finanças que garante não sei muito bem o quê, garantias do Governo da República não acredito em nenhuma, não é pessoa de bem e o Sr. Vice-Presidente devia ter algum cuidado no relacionamento com esses senhores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, apenas lhe posso dizer, que saudades eu tenho do PCP do antigo, em vez deste PC moderno, só para lhe responder à sua questão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já não estamos fuzilados, congelados, Já não estamos empedernidos!

O Orador: Que saudades que eu tenho do PCP antigo, coerente, com hábitos populares, que defendia o povo, que não era como S. Tomás “faz o que ele diz e não o que ele faz”, era um partido coerente, porque agora a vossa coerência ficou fossilizada. Essa sim.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o que eu esperava do seu projeto de resolução, que o senhor trouxe aqui hoje, da parte resolutiva era o seguinte: o Governo Regional dos Açores, afirmando a autonomia, como os senhores todos se arrogam, em grandes defensores, devolve aos açorianos o subsídio de férias e de natal. Isso é que era o seu projeto de resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fiz isso em sede de orçamento!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esse é que era o seu projeto de resolução.

Não venha para aqui agora dizer o que não quer e fazer um número para atacar o Governo da República.

O que o senhor devia fazer era: o Governo Regional afirma a autonomia, o Governo Regional devolve aos açorianos o subsídio de férias e o subsídio de natal, se é isso aquilo que o senhor acredita.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso é o que o senhor devia fazer. Não é o que eu concordo, mas é o que o Sr. Deputado Aníbal Pires defende, é o que o Sr. Deputado Aníbal Pires concorda e era isso que devia fazer: política regional. Fazer política contra ou a favor do Governo Regional. Fazer política a favor dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que é política!

O Orador: Isso é que era a coerência que não é demonstrada aqui pelo PC moderno.

Sr. Deputado Berto Messias, não chega aqui dizer que os membros do Governo da República violam a Constituição, violam o Estatuto. É preciso fundamentar.

O que o senhor disse aqui, eu não aceito. O senhor tem que fundamentar onde é que está a violação do Estatuto, a violação da Constituição, em que momentos é que foram feitas estas violações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta segunda intervenção é só para aclarar algumas questões que referi inicialmente.

Há uma questão aqui, que é a questão relativa a 2012. Esta questão, e obviamente, acreditando naquilo que o Sr. Vice- Presidente do Governo nos transmitiu e que já tinha sido transmitido pelo Sr. Presidente do Governo, é uma questão que está resolvida. Acreditamos nas palavras do Sr. Secretário de Estado do Orçamento, no e-mail enviado ao Sr. Vice-Presidente do Governo. É uma questão que está resolvida e com a qual naturalmente nos congratulamos.

Outra questão muito mais ampla é a questão da salvaguarda do futuro, é a questão da afirmação de um princípio. A afirmação deste princípio é, em nosso entender, cara à autonomia.

Por isso, independentemente dum preâmbulo e de considerandos que achamos excessivos, consideramos violentos, independente até de um texto resolutivo, que consideramos que não fosse exatamente aquele que nós proporíamos, consideramos que no essencial (nós concentramo-nos no essencial) o que está ali é uma proposta clara de defender a autonomia e isso para nós é que é importante nesta iniciativa apresentada pelo PCP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma cambalhota, Sr. Deputado!

O Orador: É a reafirmação de um princípio que nos interessa, é reafirmar um princípio que interessa que seja perfeitamente definido aqui nesta casa, aqui no parlamento açoriano e por isso consideramos que é dessa forma que afirmaremos uma maior durabilidade, uma maior perenidade numa questão fundamental, numa questão importante ao nível da autonomia financeira dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Muito claramente aquilo que nos parece e aquilo que consideramos sempre é que afirmar princípios nunca é inconsequente. Afirmar princípios é fundamental, é a base de tudo o resto, da conduta que teremos em termos futuros, por isso votaremos favoravelmente a iniciativa do PCP.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Esqueceram-se de falar do ofício!

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que se recusa a falar do saco azul falado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuo à espera da resposta do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e continuo à espera que o PS justifique a inconsequência...

Deputado Berto Messias (PS): Não perguntou, mas posso responder!

O Orador: Não perguntei, mas V. Ex^a. disse que esta iniciativa era inconsequente.

Aliás, ela não é inconsequente, ela pretende na sua parte resolutiva afirmar um princípio que devia ser sagrado para todos nós que somos representantes do povo açoriano. É um princípio sagrado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é!

O Orador: Isto não tem nada de inconsequente.

Sr. Deputado Artur Lima, uma notazinha, à margem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda à minha pergunta!

O Orador: O Sr. Deputado tem não só de dar mais consistência, ao seu discurso, como acrescentar-lhe alguma criatividade.

A coerência do seu discurso, tem a ver com as apreciações que faz ao PCP. Afinal de contas nós somos um partido fossilizado, empedernido, enfim, a adjetivação que V. Ex^a. costuma fazer, ou afinal somos um partido que está atento às alterações que se fazem?

Por outro lado, há alguma criatividade, porque julgo Sr. Deputado, que toda a gente começa a ficar farta do discurso do COMPAMID e de outras medidas assistencialistas que V. Ex^a. tem para aí produzido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os idosos não estão!

O Orador: Relativamente à pergunta é muito simples: o orçamento da Região está aprovado. Em sede de orçamento, o PCP propôs que a Região assumisse o pagamento do subsídio de natal e do subsídio de férias. V. Ex^a. votou contra. Em sede de orçamento, o PCP aprovou ou propôs o alargamento do pagamento da remuneração compensatória a todos os funcionários, independentemente do valor do seu salário.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estamos a falar do subsídio de férias e de natal!

O Orador: Em sede de orçamento o PCP propôs um aumento superior para o complemento regional de pensão. Propôs um aumento superior para o complemento do abono de família, propôs um aumento superior para a remuneração complementar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas é preciso legislar sobre isso!

O Orador: V. Ex^a. reprovou todas estas medidas propostas pelo PCP. Portanto V. Ex^a. é que tem que se justificar.

Aliás, se a sua memória não o tivesse traído, eventualmente não teria feito estas perguntas, porque V. Ex., é que reprovou isto e o orçamento da região está em vigor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esclareça a pergunta! Responda à pergunta!

O Orador: O PCP, durante esta legislatura, continuará a fazer propostas no sentido de introduzir na Região uma maior justiça na distribuição da riqueza, nomeadamente, transferir para o trabalho aquilo que é o trabalho que tem vindo a ser roubado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que fui perfeitamente claro na minha primeira intervenção.

Referi e reitero aquilo que disse, que os princípios que constam, deste projeto de resolução, materializam, aliás, uma postura de defesa da autonomia regional e dos mais elementares princípios autonómicos. Naturalmente que o PS concorda com esses princípios.

Aquilo que disse, e volto a referir, é que quanto à matéria substantiva deste projeto de resolução, quanto àquilo que está em causa, essa matéria está completamente resolvida e digo isto baseado no esclarecimento que nos deu o Sr. Vice-Presidente do Governo, depois das diligências efetuadas junto do Governo da República e também das declarações públicas do Sr. Presidente do Governo, sobre esta matéria, aliás, declarações essas proferidas, antes de ter dado entrada esta proposta do PCP, no Parlamento Regional.

É por isso que digo que este projeto de resolução, referente àquilo que efetivamente recomenda, é inconsequente, porque esta matéria está resolvida. Foi isso que disse e parece-me absolutamente fácil de compreender.

No entanto, naturalmente, tem sido esse o apanágio do PS nesta matéria. Estaremos sempre prontos e cá estaremos sempre para afirmar princípios que nos parecem básicos e fundamentais em defesa dos interesses dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Vai ignorar a questão do saco azul?

O Orador: Quanto aos atropelos constitucionais e estatutários do Governo da República sobre a Constituição, o Estatuto Político- Administrativo, vários diplomas legais, é inquestionável que este Governo da República, sobre a capa da austeridade, não está muito disponível para ter que cumpri-los.

Recordo-me, por exemplo, da afirmação do ilustre Ministro Miguel Relvas, quando sobre uma determinada matéria na Assembleia da República, um jornalista dizia-lhe: Sr. Ministro, isso não consta da lei! O Ministro respondia: isso não está na lei? Vamos mudar a lei.

Isto para mostrar a perspetiva que alguns membros do Governo da República têm sobre aquele que é o enquadramento legal e a estrutura constitucional e legal do nosso país.

Dou alguns exemplos: o caso da RTP Açores, é perfeitamente claro. O caso daquilo que foi feito pelo Governo da República no pagamento de IRS às autarquias dos Açores é também perfeitamente claro, uma ingerência claríssima nas receitas próprias da Região, por parte do Governo da República. Isso é absolutamente claro e sobre essa matéria, aliás, foi público que o PS entregou um pedido de fiscalização sucessiva ao Tribunal Constitucional sobre essa matéria, sobre o qual aguardamos resposta.

Sobre esta matéria e tendo em conta aquilo que nos disse há pouco o Sr. Deputado António Marinho, não posso deixar de dizer, para que fique registado, ...

Deputado João Costa (PSD): Também ficou registado uma questão do saco azul e não vi ninguém defender!

O Orador: ... porque também tem acontecido e temos percebido ao longo dos últimos meses, que o PSD/Açores não tem estado à altura da defesa da autonomia e não tem conseguido afirmar-se junto do Governo da República e junto do PSD nacional.

Espero (fica registado, no dia de hoje, no diário das sessões), que esta postura do PSD não seja uma mera encenação, ...

Deputado João Costa (PSD): E eu espero que quando falar de sacos azuis o senhor fique aí caladinho!

O Orador: ... porque já percebeu que a proposta do PCP não tem qualquer resultado prático e vem agora encenar uma suposta defesa de princípios de defesa da autonomia.

Deputado João Costa (PSD): Onde é que o senhor aprendeu esse teatro? Aprendeu nalgum bailinho de carnaval?

O Orador: Portanto fica aqui registado porque, parece-me que não passa de uma mera encenação para preparar o futuro e para preparar o que aí vem, que não serão mais que atropelos constantes por parte do Governo da República e do PSD nacional sobre a Constituição da República Portuguesa e sobre o Estatuto Político Administrativo dos Açores.

Cá estaremos para discutir essas matérias quando aqui vierem.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Que fique registado que quando se falar em sacos azuis o senhor também fica calado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, desta não escapa! Desta contradição o Sr. Deputado não escapa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Peço-lhe imensa desculpa, com toda a amizade que lhe tenho, politicamente o senhor meteu-se num beco sem saída e não escapa desta forma. O PPM teve oportunidade de apresentar, com o PCP, propostas no âmbito do orçamento para que os subsídios de férias e de natal não fossem retirados aos trabalhadores açorianos. Essa foi a proposta de V. Ex^a. e foi também a minha proposta.

Este Governo Regional e este PS que daqui a seis ou sete meses vai confrontar o Governo da República, dizendo-lhes: estes senhores são tão maus que retiraram à população os subsídios de férias e de natal! Vão dizer-lhes isto?

Nós não temos culpa nenhuma.

Estes senhores Deputados, este Governo Regional quis ficar, com o subsídio de férias e de natal dos trabalhadores açorianos e desta responsabilidade os senhores não saem. Cada vez que vierem criticar, como o Sr. Deputado Berto Messias, muito assustado e muito preocupado, com o exercício de hipocrisia política, ...

Deputado José San-Bento (PS): Hipócrita é o senhor!

O Orador: ...que é: os subsídios de férias e de natal é uma má decisão. Já viram os milhões de euros que perde a economia açoriana? Estou muito preocupado, não concordo!

Não concorda, mas vota a favor. Aqui na RAA foi o que o seu Grupo Parlamentar fez.

É importante que esta contradição do seu discurso, de tentar passar despercebido, que condenam muito aquilo que é só da responsabilidade do Governo da República, era da vossa responsabilidade aqui, tanto que vão ficar com o dinheiro. Os senhores podiam ter impedido isso e não o fizeram.

Por isso essa contradição é o ponto número um daquilo que eu quero referir.

Ponto número dois: Sr. Deputado Aníbal Pires, não escapa.

O que o senhor devia estar a dizer, de acordo com aquilo disse anteriormente era: este dinheiro é dos trabalhadores açorianos e todas as iniciativas que o PCP desenvolve nesta Assembleia, têm um único e exclusivo caminho, que é devolver este dinheiro aos trabalhadores açorianos.

É isso que o senhor está a defender? Não está.

Não fica também alguma suspeição que o seu caminho já não deve ser o mesmo, porque o PSD que nesta matéria esteve contra, está a acompanhar V. Ex^a.?

Então não acha que esta companhia e este caminho conjunto não indiciam que o senhor saiu do seu e o PSD continua no dele? Não acha?

Eu acho que isto é evidente Sr. Deputado! É esta a enorme contradição do seu discurso. Tinha que lhe dizer isto, porque o senhor meteu-se, nesta matéria, numa enorme contradição e não precisa cair da bancada, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, se não fosse a gravidade das acusações que V. Ex^a. tentou fazer, eu até nem viria a debate porque percebo que esteja perturbado. Percebo que um chazinho de cidreira ou uma aguinha das pedras talvez lhe fizesse bem.

Mas como V. Ex^a. faz aí algumas acusações de grande gravidade, só lhe posso dizer uma coisa: V. Ex^a. nem soube ler o Projeto de Resolução, nem ouviu a minha intervenção de tribuna, porque se assim acontecesse V. Ex^a. percebia que o PCP não abdicou (desde logo e em primeiro, lugar) do princípio, reafirmou e reafirma permanentemente.

Vs. Exas. costumam utilizar o termo “lá está a cassete do PCP”, que por acaso já não há cassete é *blu-ray*, V. Ex^a. hoje não conseguiu perceber isto, não sei o que lhe possa fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os trabalhadores também ainda não perceberam!

O Orador: V. Ex^a. leu a parte resolutive da resolução?

É a afirmação dum princípio de defesa da autonomia.

V. Ex^a., não leu, não soube ler, não quis ler ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os trabalhadores também ainda não perceberam!

O Orador: ... e entretanto arranjou aí um número circense para tentar encontrar alguma brecha na minha coerência política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é uma brecha, é um buraco, uma cratera!

O Orador: V. Ex^a. terá de se esforçar muito, para encontrar brechas na minha coerência política e na defesa dos trabalhadores dos Açores.

Portanto, V. Ex^a. não soube ler, não percebeu, não quis perceber e está incomodado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Incomodado com a sua incoerência!

O Orador: Sr. Deputado, não lhe posso resolver os seus incómodos. Isso é um problema que V. Ex^a. terá que resolver por si mesmo.

Relativamente a contorcionismos e números de circo, V. Ex^a. é um grande mestre.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falta de argumentos!

O Orador: De facto, por muito que me esforce, estou muito longe das qualidades que V. Ex^a. aqui tem demonstrado.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sei no circo (Sr. Deputado Aníbal Pires tem já reiteradamente se referido a esta casa como um circo), não sei qual é o seu papel?

Presidente: Não foi isso que o Sr. Deputado Aníbal Pires disse, Sr. Deputado.

O Orador: Oh Sr. Presidente, várias vezes refere que não estamos num circo, que eu saiba estou num Parlamento.

Portanto eu entendo assim e acho que a linguagem deve ser mais moderada, porque não é a primeira vez, já é por três ou quatro vezes que o Sr. Deputado se refere ao comportamento das outras pessoas como estando num circo, que isto não é um circo. Efetivamente não é, mas é o Sr. Deputado Aníbal Pires que o diz.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu parto já para outra coisa!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal, sei que já não tem tempo, mas queria dizer-lhe o seguinte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho, tenho, Sr. Deputado!

O Orador: Tem? Então posso falar.

O Sr. Deputado Aníbal Pires fez propostas no âmbito do Plano e Orçamento, que nós votámos contra e continuaremos a votar, porque somos coerentes com as nossas posições.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fazem parte do bando do roubo aos trabalhadores!

O Orador: Agora o senhor não é coerente e muito menos consequente, porque sabe que aquela verba a ter sido aprovada o senhor tinha que ter iniciativa legislativa. O senhor continua a ter que ter iniciativa legislativa para materializar as verbas que propôs no Plano e Orçamento, isso o senhor ainda não fez. Era isso que o senhor devia ter feito hoje, aqui, propondo que os subsídios de férias e de natal não fossem tirados aos açorianos. Isso é que era a sua proposta coerente e consequente. Isso o senhor não fez. Obviamente o senhor não gosta de ouvir isto, mas é a realidade.

Sr. Deputado Berto Messias: atropelos à autonomia houve, e não ouvi o PS manifestar-se, nos PEC's, quanto retirou os ordenados À função pública, 10%, mais 5%, mais , etc., etc.

Deputado Berto Messias (PS): Volta PEC porque está perdoado!

O Orador: Nessa altura os senhores apoiavam o Governo de José Sócrates. Nessa altura os senhores apoiavam. são questões de princípio, Sr. Deputado Berto Messias, questões de princípio.

Mas agora gostaria que o senhor me explicasse o seguinte, já que falou no IRS das autarquias, e já que o Sr. Deputado fez um pedido de fiscalização sucessiva ao Tribunal Constitucional, mas foi relativamente ao Governo Regional ou relativamente ao Governo da República?

Eu vou ler-lhe um anúncio do Governo dos Açores: “o Governo dos Açores, anunciou ontem que decidiu transferir para as autarquias açorianas, os montantes correspondentes à comparticipação variável de 5% do IRS, referente ao ano de 2011”. O Governo dos Açores é que transferiu.

Sr. Deputado Berto Messias, concorda com esta posição do Governo dos Açores, já que discorda da do Governo da República? Mais à frente o Governo Regional dos Açores, ao ter transferido o dinheiro para as autarquias, diz assim: “o Governo dos açores espera que este apoio da Região (mas este apoio é da Região, Sr. Deputado Berto Messias?) ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Obviamente que é da Região!

O Orador: ... seja totalmente canalizado pelos municípios para ainda este ano liquidarem parte das suas dívidas, que tem com os seus fornecedores e assim reduzirem os prazos médios de pagamento”.

Pois, eu também espero, Sr. Deputado Berto Messias, e quero que me esclareça nesse assunto, se o dinheiro do subsídio de natal e subsídio de férias, também vai ser usado para abater na dívida dos Açores.

É isso que temos que saber e em que parte? Se vai ser usado para abater, por exemplo, na escandalosa dívida da SAUDAÇOR, abater a dívida da saúde; se vai ser usado para abater a escandalosa dívida dos hospitais. Onde é que os senhores vão usar o dinheiro?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para defesa da honra.

Presidente: Fundamente Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O papel que o Sr. Deputado Artur Lima me destinou naquilo que ele chamou de circo.

Presidente: Tem 3 minutos Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não vale a pena!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima vai desculpar-me, eu nunca lhe faltei ao respeito, portanto agradeço que V. Ex^a. tenha o mesmo tipo de comportamento comigo.

A forma como eu me referi foi a uma determinada atitude do Deputado Paulo Estêvão.

Portanto, V. Ex^a. pegou nessa minha intervenção para fazer uma afirmação de que eu considerava este parlamento um circo.

Como V. Ex^a. sabe muito bem toda a minha atuação tem sido no sentido de dignificar o trabalho parlamentar e esta câmara.

Aquilo que se trata aqui, por muito que V. Ex^a. faça esses exercícios de contorcionismo, é efetivamente da afirmação dum princípio de defesa do nosso adquirido autónomico.

O PCP estará ao lado do PSD, do PPM, do CDS/PP, do BE, do PS, desde que se trate de defender este princípio e é de facto aquilo que hoje se está aqui a verificar, é que há alguns partidos políticos que vão manter essa sua posição de coerência; há outros partidos políticos que, em nome não se sabe de muito bem de quê, venderam essa posição.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima não sei se quer responder.

Creio que não se justifica.

Vamos prosseguir.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para pedir um esclarecimento, porque de facto não percebi aquilo que disse o Sr. Deputado do PPM sobre aquilo que eu teria dito

acerca do corte dos subsídios, dizendo depois que eu seria contra e esta bancada seria contra, mas tinha votado a favor.

Gostaria de saber em que é que nós votámos a favor, porque confesso que não percebi a acusação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu explico!

O Orador: Manifestei publicamente que era contra a sobretaxa extraordinária, que surgiu para supostamente colmatar uma derrapagem que afinal não havia e também manifestei-me publicamente contra o corte dos subsídios porque não são uma imposição da *Troika* e o PS assume as suas responsabilidades naquilo que consta no Memorando de Entendimento.

Tudo aquilo que extravasa esse Memorando de Entendimento nós naturalmente discordamos, no caso concreto do corte dos subsídios.

Disse que era contra, mas que esta bancada tinha votado a favor, gostaria de saber em quê?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder à questão do Sr. Deputado Berto Messias, penso que está muito claro para a população açoriana.

O Sr. Deputado, o que veio afirmar, por diversas vezes, mais do que uma vez, foi que não concorda, que acha até, do ponto de vista económico, contraproducente, o corte dos subsídios de natal e de férias. Certo?

O Sr. Deputado afirmou isso.

O que eu lhe assinalei foi a contradição de V. Ex^a., quando aqui no Orçamento e no Plano da RAA. Podia criar mecanismos, como foram aliás propostos quer pelo PCP, quer pelo PPM e parcialmente também pelo BE, em relação a que essa medida não penalizasse os trabalhadores açorianos, porque nós temos autonomia para o fazer.

Aliás, recordar-se-á que coloquei por diversas vezes essa questão, perguntei ao Governo: os senhores têm ou não competência?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não!

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem!

O Orador: O Governo nunca respondeu, nunca teve a coragem.

O que lhe fiz foi uma pergunta retórica, porque esta pergunta não se faz, a resposta nós já a sabemos e a resposta é: tem!

Não o fez por falta de coragem política. A questão foi esta.

A sua contradição Sr. Deputado é defender uma coisa para a República e defender depois a aplicação dessa mesma coisa na RAA, quando podia fazer diferente. Essa é a sua enorme contradição, é a contradição do seu partido e é a contradição do Governo Regional dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Não esclareceu nada! Aquilo que diz não faz sentido!

O Orador: Faz muito sentido, até para todos os trabalhadores açorianos, que não são tontos.

Os políticos às vezes pensam que os trabalhadores açorianos são tontos.

Deputado Berto Messias (PS): Não são tontos e sabem quem é que cortou o subsídio de férias e de natal!

O Orador: As pessoas não são tontas e sabem bem o que são truques de retórica, sabem bem os seus direitos e sabem bem quem é que está a fazer tudo para preservar esses direitos.

Deputado Berto Messias (PS): As acusações sobre o corte do subsídio de férias e de natal são para o PSD e para o PS!

O Orador: Não tenho muito tempo, deixe-me só terminar, porque tenho que responder ao Sr. Deputado do PCP.

O Sr. Deputado Aníbal Pires quando não tem argumentos começa a pessoalizar as questões e vem com estas coisas do circo.

Isto não se trata de circos. O senhor alterou a sua posição, Sr. Deputado! É isto.

O Sr. Deputado apresentou esta proposta, se calhar, com a melhor das boas intenções e quer que as pessoas percebam. Nem com lupa! Nem com lupa se consegue perceber!

Não se pode ler o que aqui não está escrito.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado não percebeu, não tenho culpa!

O Orador: Só posso ler o que aqui está escrito e digo-lhe uma coisa. O Sr. Deputado não é um homem do circo, mas se fosse. o seu nome era “homem de elástico”.

Presidente: Eu já disse, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que não quero, nem é permitido aqui, que se entre no campo pessoal. Temos que fazer um debate com elevação e serenidade.

Pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para comentar essa sua afirmação.

Presidente: O Sr. Deputado disse que o Sr. Deputado Aníbal Pires seria no circo o “homem de elástico”.

O Orador: A primeira acusação foi do Sr. Deputado. Eu não sou artista de circo e o Sr. Presidente não lhe disse nada e agora vem referenciar uma afirmação que fiz no seguimento do que o Sr. Deputado disse.

Presidente: Eu estou aqui para isso, Sr. Deputado.

O Orador: Tem que ter uma total isenção na condução dos trabalhos.

Presidente: E tenho.

O Orador: Não estou a ver essa condução.

Presidente: Eu estou aqui para que o debate ocorra com dignidade e elevação, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Defesa da honra.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não lhe vou responder no mesmo tom que V. Ex^a. fez.

Deputado José Lima (PS): Vamos levar toda a manhã nisto! Não respeitam os açorianos! Não respeitam o povo desta Região! Isto é uma vergonha!

O Orador: Vou apenas dizer o seguinte: V. Ex^a. pode considerar o que muito bem entender sobre o papel que me está a destinar, agora há uma coisa que me

parece que não há equívoco nenhum relativamente ao objeto deste Projeto de Resolução e que V. Ex^a., porque não quer, ainda não percebeu.

O objeto é a pronúncia própria da ALRAA sobre algumas dúvidas, sobre o destino a dar ao corte dos subsídios de férias e de natal.

Portanto, o PCP não abdicou de nenhuma posição. O PCP vem propor a esta Assembleia que...

Presidente: Sr. Deputado, já estamos a fugir um bocadinho da defesa da honra. O Sr. Deputado já disse isso, já percebemos a sua posição.

O Orador: Vou ficar por aqui, não quero alimentar este tipo de discussão, porque, de facto, não vale a pena.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo perfeitamente que aquilo que eu acabei de dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires, é do ponto de vista político algo bastante contundente, mas eu faço política com contundência política e quando um Deputado ou um partido político é colocado perante uma contradição, o Sr. Deputado pode achar que eu não sei ler, que não sei interpretar, etc, mas há uma coisa que é fundamental num Parlamento, é que exista a liberdade de discordar. A partir do momento em que um Deputado discorda, não sabe interpretar, não sabe isto, está aqui inventando números de circo, ...

Esse tipo de vocabulário já não é o meu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há real liberdade de mentir!

O Orador: Eu nunca entrei nessa questão.

A figura de retórica que utilizei há pouco foi devolvendo a figura que V. Ex^a. descreveu em relação à minha informação. Tão somente isso.

Presidente: Diga Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Deputado José Lima (PS): Ainda pede um intervalo? Isto é só palhaços aqui dentro? Isto é mais que um circo!

Presidente: É regimental. Eu pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares o favor de se acercarem da mesa.

Sras. e Srs. Deputados face ao pedido do intervalo regimental, terminamos os nossos trabalhos por agora. Vamos para almoço.

Retomamos às quinze horas.

Bom almoço e até lá.

(Eram 12 horas e 40 minutos).

Presidente: Boa tarde.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradecia às Sras. e Srs. Deputados o favor de ocuparem os respectivos lugares.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Vamos continuar com o nosso debate.

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Depois deste intervalo e retomando as questões de forma sintética, gostaria de dizer e reafirmar, em primeiro lugar, que o Governo dos Açores, não tem nesta matéria qualquer dúvida sobre o que estamos aqui a tratar.

Essa não existência de dúvida assenta num dado muito objetivo, é num documento oficial, onde a Anteposta de Decreto-lei foi comunicada que foi alterada, resultante da versão final do documento a aprovar em Conselho de Ministros, versão que consideramos correta e que defende os interesses da Região.

Portanto sobre esta matéria não há qualquer dúvida e ninguém deve ter qualquer dúvida, no caso concreto, do Governo Regional, porque como referi limitámo-

nos a ler aquilo que era documento oficial do Governo da República, mas com certeza o Governo da República é uma pessoa de bem e irá cumprir aquilo que está estipulado, de acordo, exatamente, com aquilo que é o procedimento de consulta em termos legislativos. Não estamos a falar duma proposta entregue numa Assembleia, estamos a falar duma competência legislativa no âmbito do Governo, do poder executivo e é esse o procedimento correto. Portanto sobre essa matéria não há qualquer dúvida.

Gostaria nesse aspeto de salientar mais uma vez aquilo que para nós é o mais relevante. O Governo Regional fez o seu trabalho, fez o seu papel em defesa da região e do resultado desse trabalho e dessa intervenção resultou o cumprimento da legislação e o cumprimento dos direitos da Região nesta matéria, sem que daí decorra, nesse aspeto concreto, prejuízo para a Região. O Governo da República, cumpriu também, nesse âmbito de relacionamento institucional, aquilo que é a sua função, corrigindo aquilo que carecia de correção.

Segundo aspeto em relação a algumas questões levantadas durante o debate da manhã, gostaria de esclarecer uma questão que para nós é fundamental.

Quem legislou, quem aprovou o não pagamento do subsídio de férias e do subsídio de natal, foram os Deputados da Assembleia da República, no âmbito da discussão e aprovação do Orçamento de Estado.

Deputado Zuraída Soares (BE): Alguns Deputados!

O Orador: A maioria dos Deputados da Assembleia da República.

Neste contexto o Governo considera que esta matéria é da competência exclusiva da Assembleia da República.

Se a maioria parlamentar na Assembleia da República tivesse intenção de excepcionar, no âmbito das suas competências, os funcionários da Região nessa matéria, teria feito, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Se eu apresentar a proposta o PS aprova?

O Orador: Tem que colocar isso na Assembleia da República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! É aqui!

O Orador: ... sendo essa matéria da competência óbvia do parlamento nacional.

Segunda questão que é importante, Sr. Deputado Artur Lima: destino do subsídio de férias e subsídio de natal

Desculpe Sr. Deputado, o senhor no final de Novembro discutiu nesta casa e aprovou o Orçamento da Região, onde está incorporado não só o destino, a aplicação, como todas as matérias relacionadas com essa questão.

Não acredito que o Sr. Deputado tenha debatido e viabilizado um documento que não tenha conhecimento dos valores e da incorporação que estava nesse mesmo documento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os açorianos é que não têm!

O Orador: Os açorianos têm, no âmbito em que essa matéria foi claramente esclarecida nessa altura e o Sr. Deputado sabe-o muito bem porque o senhor analisou, debateu esse documento na altura.

Como tivemos oportunidade de referir, o orçamento para 2012, representa um esforço muito significativo no que concerne ao contributo que a Região dá no âmbito da consolidação das contas públicas, sendo que em 2012 o défice da Região representará apenas 0,0000...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quantos zeros?

O Orador: Quatro zeros Sr. Deputado!

... do PIB nacional, ou seja, o contributo que a Região dá por via da aplicação desta medida, é o compromisso que assumiu, que irá cumprir na íntegra de não contribuir em termos percentuais para o défice do Estado.

Em 2012, como já tivemos oportunidade de referir do ponto de vista percentual, em relação ao PIB nacional e para que Portugal cumpra as suas metas orçamentais, não haverá nenhum contributo percentual dos Açores no défice que o Estado irá ter.

Foi esse o compromisso assumido e foi essa a conjugação que fizemos no âmbito do orçamento, adicionado a um reforço, como foi referido, que permitirá um aumento do financiamento dos hospitais e EPE na Região, na ordem dos 36 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 36?

O Orador: 36!

É da conjugação destes dois aspetos que resulta a estrutura orçamental que incorporou esta legislação que estamos agora a analisar.

Em relação a esta matéria eu gostaria de dizer que teremos em 2012, como tivemos em 2011, aquilo que para nós é o mais importante.

Os Açores não irão, como no passado (em 2012 o desafio que ao País se coloca, ainda é superior) contribuir percentualmente, para qualquer défice das contas do Estado, nem conseqüentemente para qualquer situação em que o Governo da República não possa cumprir os compromissos que assumiu perante as instituições internacionais.

As notícias que têm saído nos últimos dias sobre essa matéria são preocupantes, efetivamente. A Unidade Técnica de Apoio Orçamental à Assembleia da República identificou muito recentemente um significativo desvio orçamental das contas do Estado, no segundo semestre do ano passado.

Ainda hoje, um semanário nacional dá conta dum documento interno, do Ministério das Finanças, com a preocupação da impossível possibilidade do Estado cumprir aqueles que eram os seus compromissos em termos de equilíbrio das contas públicas, identificando alguns ministérios que tem essa responsabilidade, conjugado também com a redução previsível, aliás como tivemos oportunidade de alertar, da arrecadação de receita fiscal, por via da contração económica do País, acima dos padrões que estavam definidos.

Mas a verdade é que os açorianos, e nós, nesta Assembleia devemos ter como orgulho, como confiança e como contributo para o País, é reforçar a certeza e a convicção que os Açores não irão contribuir para o desequilíbrio das contas públicas em 2012 e que o orçamento aprovado nesta Assembleia, em Novembro passado, assegura que quer do ponto de vista percentual, quer do ponto de vista quantitativo os Açores não terão qualquer contributo para o défice do Estado.

Assim, os Açores darão em 2012, como deram em 2011 e em 2010, o seu contributo positivo para que o Estado e para que o País cumpra as suas obrigações.

Neste contexto é este o nosso património, é esse o nosso capital de confiança, por isso penso que nesta matéria somos um exemplo a dar ao País e o País tem a

certeza que não será pelos Açores que não irá cumprir os compromissos que assumiu.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Duas ou três notas, quer sobre algumas afirmações feitas da parte da manhã, antes de irmos almoçar, quer sobre também agora a intervenção do Sr. Vice-Presidente.

Já aqui foi dito que os trabalhadores açorianos sabem bem quem é que lhes confiscou o subsídio de natal e o subsídio de férias.

É verdade, sabem bem que foi o Governo da República, mas os trabalhadores açorianos também sabem quem é que poderia nesta Região impedir esse confisco e não o fez.

Isto para o BE é que é surpreendente e vou explicar porquê.

Se o dinheiro deste confisco fosse para a república, à revelia de toda a legalidade, à revelia das nossas competências e dos nossos direitos enquanto região autónoma, nós ainda poderíamos compreender que esse dinheiro confiscado iria dar um contributo de 0,0000... infindáveis zeros, para o abatimento do défice e da dívida. Mas a verdade é que cumprindo aquilo a que está obrigado, ou seja, a lei, esse dinheiro fica cá.

Ora, se fica cá não vai contribuir em nada para a diminuição da dívida e do défice na república.

Portanto, o dinheiro fica cá e vai para as mãos do Governo Regional.

Quando nós dizemos que o PS nos Açores poderia ter impedido este confisco, é exatamente porque este subsídio de férias e de natal, ficam nas mãos do Governo Regional, que de acordo com todas as afirmações que tem vindo a ser feitos e que o BE nesta câmara tem subscrito porque não tem razões para duvidar, não precisa desse encaixe extraordinário.

A pergunta que se impõe é esta: então porque é que os trabalhadores da função pública na nossa região têm que perder o subsídio de natal e o subsídio de férias?

Por outro lado, o PS tem dito desde sempre e disse-o mais uma vez, hoje da parte da manhã, que só se sente obrigado a cumprir o Memorando da *Troika*, naquilo que está objetivamente inscrito no memorando. Tudo aquilo que extravasa o memorando o PS sente-se solto para não cumprir.

Ora, o confisco do 13.º e 14.º meses não estão no emorando da *Troika*.

A pergunta que se impõe é: então por que é que o PS se sente obrigado a confiscá-lo nesta Região?

Mais, por que é que o PS defendeu, e bem, na República que no mínimo se deixasse na mão dos trabalhadores um destes subsídios extraordinários e nesta Região, que é a única Região do país onde o PS é poder, não aplica aquilo que defendeu na Região?

Agora comprovadamente, se alguém tivesse dúvidas, todos nós já percebemos que o tal desvio colossal que obrigava a todas estas confiscos afinal não era assim tão colossal no sentido de obrigar a estas medidas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o mínimo, o máximo e o médio!

A Oradora: Agora, compreendo bem que o PS está numa situação difícil, o BE é o primeiro a reconhecê-lo. Está! Não queria utilizar este termo mas de momento, Sras. e Srs. Deputados, não me ocorre outro, estão “entalados” e nós percebemos bem isso. Estão “entalados” com o Memorando da *Troika* que subscreveram...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A senhora percebeu mal!

A Oradora: Eu explico Sr. Secretário.

... estão “entalados” com o Orçamento de Estado para 2012, ao qual só fizeram uma abstenção violenta, nenhum açoriano ou açoriana sabe o que é que isso quer dizer, abstenção violenta, estamos todos para descobrir.

Estão “entalados” com o acordo laboral, que sim, mas não. Não mas sim. Fica no “nim”.

Agora até está entalado, peço desculpa com a afirmação da autonomia, porque neste projeto de resolução diz que é inconsequente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é!

A Oradora: Ora, nada de mais consequente do que nós afirmarmos aqui, com clareza, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isso foi feito pelo Governo!

A Oradora: Não. Foi feito em troca de meios, entre o Governo Regional e o Secretário de Estado. Não foi feito nesta casa, Sr. Secretário Regional. Não foi feito nesta casa.

Deputado Berto Messias (PS): Eu já expliquei isso duas vezes!

A Oradora: Outra nota que também gostaria de deixar é que se porventura este confisco do 13.º e do 14.º. meses, aos trabalhadores açorianos, fosse para a República, a verdade é que os nossos trabalhadores seriam duplamente penalizados.

Eram confiscados diretamente e depois indiretamente porque este dinheiro não teria nenhuma possibilidade na República de ser aplicado nesta Região em favor das necessidades óbvias, quer do ponto de vista da economia, quer do ponto de vista social, com que a nossa Região se confronta.

Esta é uma boa razão para este projeto de resolução.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isso já está resolvido!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já está resolvido?

A Oradora: Finalmente Sr. Vice-Presidente, iria fazer uma declaração de voto, mas vou dar mais uma oportunidade ao Sr. Vice-Presidente, de por favor esclarecer esta câmara sobre o Acordo de Cooperação e Entendimento que está a ser negociado e que está a ser decidido entre o Governo Regional e o Governo da República. Não é o BE que o diz, tem sido o Governo Regional a dizê-lo, há meses, pelo menos há 3 meses, tanto quanto as notícias têm vindo a público e que até hoje não passou uma única linha por esta casa, a não ser de manhã, o tal telegrama, ou o mail, trocado ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não tem nada a ver!

A Oradora: Não tem nada a ver, mas é das tais coisas que não passam por esta casa, Sr. Vice-Presidente, só passa *in extremis*, que é quando alguém traz esse problema e no mínimo pede esclarecimentos ao Governo Regional.

Portanto mais uma vez, Sr. Vice-Presidente, onde é que está esse acordo? Quando é que esta câmara poderá conhecê-lo? Quando é que os açorianos e açorianas vão saber o que é que está a ser negociado em nome das suas vidas e do seu futuro?

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, lembrando apesar de tudo que se lembrem por favor do objeto da nossa resolução.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente devo enfim, concordar com a sua última intervenção que foi, aliás, esclarecedora, mas o problema não é eu saber, ou os Deputados desta casa saberem, como vão ser aplicadas as verbas.

O problema são os açorianos que nos estão a ouvir saberem e isso nunca é de mais esclarecer, Sr. Vice-Presidente.

Agora, devo dizer que subscrevo na íntegra a sua última intervenção, aliás, sensata e ponderada, mas efetivamente é preciso defender a autonomia, afirmar a autonomia, que é também um dos propósitos desta Resolução do PCP e cabe-nos a nós, Sr. Vice-Presidente, defendê-la e afirmá-la. Defendê-la e afirmá-la no seguinte sentido.

Registo e fico muito satisfeito e até com orgulho, que os Açores não vão contribuir com rigorosamente nada para o défice das contas de Portugal. Isso é um motivo de satisfação para nós açorianos, para a nossa região e para o nosso Governo.

Estamos de acordo nessa matéria, aliás, cada vez mais importante numa altura em que Portugal está sobre o protetorado externo e numa altura em que uma

região autónoma está sobre um protetorado nacional, numa altura em que o regime autonómico e a autonomia começam a estar em causa.

Temos que estar alerta porque temos que saber que de Lisboa se puderem acabar com a autonomia acabam.

O CDS dos Açores e da Madeira alertou em devido tempo para essa questão do perigo que foi, aliás prontamente seguido pelo PS, pelo Sr. Deputado Berto Messias, quando se deslocou também à Madeira. Nós temos que defender a autonomia e afirmá-la é não nos deixar cair na situação que chegou a Madeira, estar de mão estendida ao continente.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito rápido, para que a Sra. Deputada Zuraida Soares não fique sem resposta à sua questão, que é muito simples.

Sobre essa matéria não temos nada a acrescentar em termos de evolução processual, nem àquilo que acrescentámos aquando da audição.

Portanto o processo está no mesmo ponto que estava. É uma matéria que é um Protocolo de Colaboração e Entendimento, não é nenhum programa específico, aliás, tem vindo a ser desenvolvido no âmbito das nossas competências de cada uma das entidades. Não tem resultado, como sempre dissemos, qualquer acréscimo de situações penalizadoras para a Região.

Como referi, o cerne da questão é esse, não podemos estar a comparar de maneira nenhuma o processo que se passou e que se está a passar na Madeira em termos de programa de ajustamento, porque enquanto a Madeira é um problema para o país, é um problema para as contas públicas nacionais, é um problema...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): A Madeira é um jardim!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Era!

O Orador: ... em termos de equilíbrio das suas contas e particularmente de necessidades de financiamentos urgentes, nós não contribuindo em 2012 para o

défi ce de estado em termos percentuais, tendo cumprido integralmente sem qualquer derrapagem quer em 2010, quer em 2011, os nossos compromissos com a República, a relação é de perfeitamente normalidade nesse âmbito, não decorrendo dessa mesma relação algum acréscimo de necessidade de contratualização de curto prazo do que aquilo que tem sido feito normalmente.

Portanto é um processo que não teve, nem tem, neste contexto, uma evolução em relação àquilo que foi referido na última reunião.

As coisas decorrem com normalidade, decorrem com tudo aquilo que é o respeito entre as instituições, cumprindo cada parte as suas responsabilidades e neste momento aquilo que são as questões que têm sido colocadas, são as questões que têm evoluído normalmente. Percebo a vossa preocupação

Aquela preocupação que o Sr. Deputado Artur Lima identificou é uma preocupação existente, a Madeira pode servir para que aqueles que são inimigos da autonomia tenham argumentos para pôr em causa a autonomia, mas também a verdade é que 2011 e este período, demonstrou que a maior parte dos portugueses passaram a perceber que não podiam falar em regiões autónomas.

As regiões autónomas não têm um significado único: há uma realidade que é a Madeira, há uma realidade que é os Açores.

Se repararem os próprios debates na televisão, até há um ano atrás falavam: e as regiões autónomas?

Se repararem agora, quer a comunicação social, quer a opinião pública, quer os comentadores passaram a substituir a palavra, regiões autónomas, por Madeira quando falam de problemas orçamentais e de peso para o país.

Esse foi um património de responsabilidade, foi um património que deve orgulhar todos os açorianos e foi um património que nós soubemos e merecemos conquistar. Isto foi uma grande vitória para os Açores.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto que penso que é muito importante também nesta matéria que tem a ver com este relacionamento normal.

Nós temos, ao longo do tempo, não só essa referência nacional como se tiver oportunidade de ver, com certeza poderá consultar, o ultimo relatório de

avaliação da *Troika*, relatório trimestral, reparará que também a *Troika* substituiu regiões autónomas, por Região Autónoma da Madeira.

A única vez que vem referido em todo o relatório de avaliação os Açores é para fazer um elogio, elogio nomeadamente que os Açores cumpriram, iniciaram como se comprometeram e são exemplo no âmbito do processo de reestruturação do sector público empresarial. É a única vez que a palavra Açores é referida. De resto quando se fala em regiões autónomas, fala-se apenas em Madeira.

Quando se impõe medidas em relação às regiões autónomas, ao contrário do que vinha no documento inicial, deixa-se de falar em regiões autónomas e passou-se a falar apenas em Região Autónoma da Madeira.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Deputado Aníbal Pires quando falou de saco azul não se referia à Madeira!

O Orador: Isto é mais uma prova do rigor, que penso que nos deve orgulhar a todos e ser uma confiança para o prestígio da Região no futuro.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Tribunal de Contas já falou!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que venha o Tribunal de Contas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação na generalidade deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Entendemos que este projeto de resolução não devia ser aprovado, em primeiro lugar, porque vem fora de tempo.

Era público e notório que no dia 16 de Janeiro de 2012, já se sabia das intenções do Governo da República, confirmadas dia 18 oficialmente por mail ao Governo Regional dos Açores, que essa questão não se colocava e que o dinheiro dos vencimentos ficaria na RAA.

Por isso não pudemos aprovar uma coisa que não tem nenhuma consequência, nem nenhum efeito prático.

O nosso voto foi no sentido de reprovar esta matéria, dando também ênfase no entanto ao bom relacionamento que deve existir entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República e como tal a última coisa que os Açores precisavam no espírito de defesa da autonomia e de mostrarmos a diferença de responsabilidade em relação a outros, era numa matéria dessas afrontar descaradamente o Governo da República e o Ministério das Finanças.

Nós temos que nos entender pela força dos nossos argumentos e não por comportamentos acintosos, aprovando uma proposta destas que em nada iria dignificar esta casa e os órgãos de governo próprio no relacionamento entre o Governo Regional e o Governo da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta iniciativa que o PCP trouxe aqui tinha como objeto resolutivo a afirmação dum direito autonómico e o respeito pela autonomia regional.

O facto de haver uma declaração de intenção relativamente à resolução do problema que esteve na génese da apresentação deste projeto de resolução, por um lado não garante que o problema seja resolvido, e por outro porque o relacionamento deve ser feito no quadro institucional.

Aliás, não é por acaso que o PSD apoia o projeto de resolução do PCP, sendo que o Ministro das Finanças é da responsabilidade dum Governo do PSD e do CDS/PP.

Portanto o PSD colocou aqui claramente a questão onde ela deve ser colocada. Era um problema institucional, era uma posição institucional.

É evidente que percebo a posição de voto do PS, percebo-a, enfim, não querem criar nenhum tipo de problemas em relação ao relacionamento de corredor e de gabinete que têm com o Governo da República. Julgo que isso de facto não faz a afirmação da autonomia que deve ser feita, no quadro institucional.

Quanto à posição de outros partidos designadamente do CDS/PP, pois nós percebemos que o CDS/PP, não está muito preocupado nem com a autonomia regional, nem com aquilo que está a acontecer a este país, até porque o CDS/PP luta pelo poder, sem nenhum objetivo que não seja esse.

Aliás, o histórico é claramente demonstrativo, ora encostamos à direita, ora encostamos à esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sempre agindo bem!

O Orador: Os açorianos e açorianas em Outubro irão certamente dar uma ajudinha ao COMPAMID do CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não tenha dúvidas!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Na intervenção que realizei anteriormente ficaram identificados, precisamente, os três motivos que levaram a Representação Parlamentar do PPM a votar contra esta iniciativa do PCP.

O que é importante definir e estabelecer é o seguinte: de facto há uma coisa não no conteúdo daquela que foi a iniciativa do PCP, mas é algo que também surgiu e que se tornou patente ao longo e no âmbito da discussão que aqui realizámos, é que o Governo dispõe neste momento de canais de informação que não são partilhados com a ALRAA.

O que é importante definir é que o sistema parlamentar açoriano é um sistema democrático em que o Governo depende para o exercício das suas funções deste parlamento.

O que ficou patente é que há cá informação que não temos e nós que representamos as pessoas, teríamos que ter esta informação que é fundamental para a tomada de posição em relação a muitos dos assuntos que são fundamentais na nossa Região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PPM votou a favor a proposta?

O Orador: Por isso nesta declaração de voto, já tive oportunidade de explicitar os motivos que me levaram a chumbar esta iniciativa do PCP...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pensei que tinha votado a favor pelo que estava a dizer!

O Orador: ... e também porque continuo fiel àquele que foi o meu discurso e aos meus compromissos perante os trabalhadores dos Açores.

Há outra questão que aqui foi levantada e aproveito para anunciar, que o PPM irá provocar um debate de urgência no mês de Fevereiro sobre o Memorando de Entendimento que está a ser negociado entre o Governo da República e o Governo dos Açores.

Isto não se trata de uma negociação secreta, como no âmbito da I Guerra Mundial, que estão a negociar nas costas do povo.

Presidente: Sr. Deputado terminou o seu tempo.

O Orador: Nós queremos e exigimos toda a informação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PPM votou a favor ou contra a minha proposta?

O Orador: Os senhores estão a negociar em nome do povo dos Açores e toda a informação, todos os *emails* trocados, tem que ser uma informação pública, não se trata dum segredo de Estado. É o Governo da República e o Governo da Região que estão a negociar e nós queremos saber o que é que estão a negociar, o que é que estão a decidir. Queremos participar nessa decisão.

Deputada Catarina Furtado (PS): Isto é uma declaração de voto?

O Orador: Fica o anúncio, nós vamos provocar um debate de urgência; nós queremos todos os emails; nós queremos toda a informação.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas para duas afirmações breves.

Se para afirmar e defender a autonomia nós tivermos que afrontar o Governo da República, ninguém terá dúvidas, pelo menos o BE não tem, em fazê-lo, sem medo e sem cerimónia.

Se, para não deixar dúvidas a todos os “relvas” que andam à solta na República, nós tivermos que reafirmar (não é afirmar, é reafirmar) os nossos direitos e aquilo que a lei nos permite, o BE está disponível para o fazer.

Finalmente registar que o BE pede nesta câmara informações e explicações ao Governo Regional sobre o famigerado acordo de entendimento que é desconhecido.

Lamentamos que o PSD/Açores que o pode fazer nesta casa, prefira fazê-lo lá fora, pela boca da sua líder, com uma condicionante, só o PSD e que tem direito a conhecer o acordo. O acordo é só para o PSD. Os outros partidos não representam democraticamente ninguém.

Portanto, o BE lamenta essa visão curtíssima da democracia e sobretudo da legitimidade dos representantes do povo açoriano nesta casa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então o CDS não tem conhecimento do acordo? Sr. Deputado Artur Lima, devia tomar uma posição!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Serei muito breve porque julgo que a posição do PS foi muito clara ao longo de todo o debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claríssima, nítida e cristalina!

O Orador: Concordamos com os princípios que constam na parte inicial deste projeto de resolução, sobre os quais jamais cederemos, ou jamais recuaremos na defesa da nossa autonomia e na defesa dos Açores e dos nossos interesses políticos institucionais e financeiros.

No entanto uma coisa é inquestionável, aquilo que é recomendado neste projeto de resolução, não tem qualquer tipo de efeito prático, não tem qualquer tipo de consequência porque já foi absolutamente esclarecido, quer pelo Sr. Presidente do Governo, antes até desta proposta ter dado entrada, quer também ao longo do debate por parte do Sr. Vice-Presidente.

Portanto, sem pôr em causa, naturalmente, os princípios que estão inerentes a esta proposta, aquilo que recomenda não tem qualquer tipo de efeito prático, não tem qualquer tipo de consequência e daí o PS ter votado contra este projeto de resolução.

Permita-me Sr. Presidente a utilização indevida da figura regimental que estou a utilizar, mas tendo em conta as afirmações que me antecederam, eu não posso deixar de recordar que sobre o tal documento que está a ser negociado, mas que ainda não existe, ainda não foi materializado, o Sr. Presidente do Governo já afirmou publicamente que todos os partidos açorianos serão devidamente ouvidos sobre essa matéria.

Deputada Zuraida Soares (BE): E não só o PSD!

O Orador: Portanto não podia deixar de dar esse esclarecimento e de recordar essas afirmações públicas do Sr. Presidente do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Era só para reafirmar aquilo que dissemos ao longo do debate sobre este diploma e dizer que concordamos naturalmente com todos os princípios, independentemente da forma como eles estão considerados. Concordamos com esses princípios, consideramos que é importante que esta Assembleia assegure a defesa intransigente dos princípios da autonomia e julgamos que esta defesa intransigente (assegurar totalmente a questão da autonomia em termos financeiros contida no Estatuto, na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, na

Constituição) só é compatível com o voto e esse voto seguramente é o voto favorável desta iniciativa.

Por isso foi aquilo que o PSD responsabilmente fez.

Nós estamos neste momento descansados, porque relativamente a uma iniciativa que defende intransigentemente a autonomia, o nosso voto foi a favor.

Estamos portanto no caminho certo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O caminho certo é continuarem sentados aí!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir na nossa agenda.

Passamos para o ponto seguinte: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012 – “empréstimo de manuais escolares”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.**

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Vem hoje aqui este pedido de urgência sobre o empréstimo de manuais escolares, por duas ordens de razão: a primeira prende-se com o facto de em 2010, para o orçamento de 2011, já ter sido aprovado verba no plano e orçamento que, por circunstâncias várias, não foi possível materializar em proposta no ano de 2011.

Isso por si só era motivo suficiente para se justificar esta urgência na aprovação deste diploma.

O segundo aspeto é que é um diploma com alguma complexidade de implementação, é preciso fazer reuniões com os conselhos executivos, é preciso implementar uma bolsa de manuais por cada escola, cada escola terá a sua bolsa de empréstimo, cada escola tem que se organizar nesse sentido, por isso é necessário, porque já passou tempo de mais, para que tenhamos a regulamentação e a legislação aprovada, para que se possa rapidamente implementar no terreno este Decreto Legislativo Regional e a legislação que

permita ao Governo Regional e às escolas implementarem com rapidez, para que não cheguemos a Setembro e dizer-se que não houve tempo para implementar o projeto.

Portanto não queremos nenhuma desculpa nesse sentido, queremos rapidamente aprovar e implementar esta legislação.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O pedido de urgência da iniciativa que o CDS/PP hoje traz aqui, não é para nós pertinente, até parafraseando o que disse o Sr. Deputado Artur Lima.

Para já a aplicabilidade do diploma só terá os seus efeitos no ano letivo de 2012/2013.

Como Sr. Deputado disse, requer alguma complexidade.

É necessário também aqui clarificar duas ou três coisas, relativamente a essa iniciativa.

De facto esta iniciativa sendo um diploma importante, não é uma novidade no nosso sistema educativo regional.

Ele vem trazer novos critérios e novas regras, mas não é novo, já existe a disponibilidade de manuais escolares aos nossos alunos no sistema educativo regional.

Agora, da mesma forma que isso é aludido no preâmbulo do diploma, que é de facto um alargamento, esta implementação é um alargamento do que existe e também fala de uma outra questão que o Sr. Deputado faz questão de lembrar, que é de facto permitir uma maior autonomia das unidades orgânicas.

Também é preciso lembrar que há legislação regional nesta matéria, o nosso diploma da gestão e autonomia das escolas, que só não está em prática e só não há patamar de autonomia maior, porque as próprias unidades orgânicas se têm coibido de avançar nesta matéria.

Por tudo isto e porque é preciso conformar esta iniciativa com a legislação existente, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Sra. Deputada não leu o diploma!

A Oradora: Li o diploma de fio a pavio. Sr. Deputado a gente depois pode ver isso.

... e com o sistema de empréstimo que já temos, até para permitir enriquecer o diploma no que concerne ao fundo bibliográfico e à forma como as unidades orgânicas vão fazer essas articulações e esses empréstimos e também sendo coerente com o que tem sido defendido pelo PP em Comissão de Assuntos Sociais, que é ouvirmos quem vai trabalhar nesta matéria, nós cremos que isso deve baixar á Comissão de Assuntos Sociais, para que as unidades orgânicas, na sua autonomia, possam também ter alguma coisa a dizer sobre a matéria.

Sendo assim vamos votar contra o pedido de urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PPM irá votar favoravelmente este pedido de urgência.

Isto tem a ver com a urgência de implementar este sistema. É necessário que as coisas se planifiquem a tempo e é fundamental que no início do próximo ano letivo, que não demora assim tanto, esteja tudo preparado, esteja tudo montado.

Ora, neste momento nós estamos a viver uma situação de engarrafamento da nossa agenda e estamos a viver uma situação em que temos muitíssimos diplomas para discutir.

Eu temo que esta discussão não vá a tempo de montar, que seja realizada daqui a uma série de meses e não vá a tempo de montar um sistema suficientemente eficaz, para começar a funcionar com eficácia no início do novo ano letivo.

Por isso considero que é uma matéria urgente, é uma matéria em que já existe uma série de consensos, a nível regional, bastante abrangente e portanto nesse sentido justifica-se perfeitamente esta urgência e nós vamos votá-la favoravelmente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar negativamente este pedido de urgência porque considera que de facto, pelas razões que foram aludidas pela Deputada Catarina Furtado, que aliás é presidente da Comissão de Assuntos Sociais, são suficientes para que justifiquem a descida à comissão desta iniciativa.

Não poderia deixar de dizer que relativamente ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, há de facto aqui alguma confusão entre o calendário eleitoral e o calendário escolar.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos à 16 horas e 20 minutos.

Até já.

(Eram 15 horas e 52 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 16 horas e 25 minutos).

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Vamos reiniciá-los com o ponto seguinte da agenda **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução - Resolve recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que no âmbito das suas competências apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de reforma da Administração Local na Região**, apresentado pelos Srs. Deputados Artur Lima, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, e Berto Messias do Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É realmente urgente e parece que já vamos com o tempo a esgotar-se, porque por imposição da *Troika*, como se sabe, e também do Governo da República, até Junho deste ano há que haver a nível nacional, uma proposta de reestruturação do mapa autárquico e era conveniente que a RAA se pronunciasse em tempo útil, para podermos definir as nossas condições e dizermos aquilo que queremos para não nos sujeitarmos a que nos imponham aquilo que não queremos.

Portanto parece-me que é urgente que a Comissão de Política Geral comece a trabalhar o mais depressa possível.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Exatamente pelas razões que foram expostas pelo Deputado Artur Lima a Representação Parlamentar do PCP vota contra a urgência, assim como votará contra a iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O BE também não vê qual é a urgência e passamos a explicar porquê.

As imposições da *Troika* e do Governo da República colidem com uma coisinha muito importante, que ainda não desapareceu do nosso País, que se chama legalidade democrática.

Há dois documentos que ainda não foram alterados que se chamam Constituição da República e Estatuto Político Administrativo da RAA e os dois dizem a mesma coisa.

Os únicos órgãos que têm competência para uma reforma e para uma alteração da administração local na região e do nosso mapa autárquico são o Governo da Região e este órgão, a Assembleia Legislativa.

Tanto quanto eu sei não houve ninguém que tivesse pedido uma reforma nesta Região.

Apetece mesmo perguntar: foi você que pediu uma reforma da administração local nos Açores?

Toda a gente dirá: não! Nós não fomos!

Os autarcas, não foram; esta casa, não foi; o Governo Regional, não foi.

Portanto qual é a urgência de discutir o não problema?

É porque a imposição do Governo da República não existe.

Se esta for aprovada é porque nós não perguntámos, ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a sua?

A Oradora: Permite-me a resposta Sr. Presidente, já agora, que estou a ser diretamente interpelada?

Nós não perguntámos à maioria como é que vai votar a urgência. Estamos a dar conta como nós a vamos votar.

Agora se a maioria votar esta urgência, o que parece lógico, uma vez que a subscreveu na pessoa do seu líder parlamentar, então nós concomitantemente temos uma urgência juntamente com esta.

Se esta não for aprovada nós retiramos a nossa, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Tem todo o cabimento!

A Oradora: Tem, tem. Tem todo o cabimento.

De qualquer maneira o voto contrário ao pedido de urgência está justificado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Da minha parte em relação a este projeto de resolução o que eu acho é que existe neste momento na sociedade açoriana muita preocupação em relação a esta questão.

Há um documento nacional e vários partidos políticos aqui da Região, também já referenciaram que pretendem proceder a uma adaptação regional das regras.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ai, foi? Foi o PPM?

O Orador: Portanto nesse sentido o que eu considero é que se faça o debate o mais depressa possível, que se tranquilizem as pessoas e que este debate seja feito já.

Por isso nós vamos votar favoravelmente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP,

Presidente: Passamos de imediato para o diploma na sua substância. Presumo que o Sr. Deputado Artur Lima vai apresentá-lo

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Efetivamente parece-me que é urgente, discutir este diploma e que a Comissão de Política Geral possa rapidamente começar a trabalhar.

Devo dizer que se estamos na situação em que estamos, não podemos enfiar a cabeça na areia e fazer de conta que não nos está a acontecer nada.

Estamos, infelizmente sobre regras impostas pela *Troika* e das duas, uma: ou temos a capacidade de a tempo e horas defender a autonomia, defender a nossa própria reformulação autárquica e dizer o que é que queremos, ou então sujeitamo-nos a levar com aquilo que não queremos e sujeitamo-nos a não ter argumentos palpáveis para poder contradizer. Vão-nos dizer: os senhores não se pronunciaram porque não quiseram, tiveram todo o tempo do mundo, para se pronunciarem. Têm órgãos de governo próprio, o que é que fizeram? Têm tutela sobre as autarquias, o que é que fizeram? E nós íamos responder: nada...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não queremos fazer nada!

O Orador: ... porque não nos sujeitamos à *Troika*!

Quer queiramos quer não, temos que ser realista. Não gostamos da *Troika*, mas ela está cá e como ela está cá, temos que fazer o que ela manda, porque se não, não há dinheiro para pagar ordenados, mais uma vez.

É isso que a esquerda ainda não explicou, como é que resolvia o problema.

Deputado Berto Messias (PS): Não é toda a esquerda!

O Orador: A esquerda radical, Sr. Deputado Berto Messias.

Agora na parte que me toca e ao CDS, devo dizer que em Setembro de 2010, ainda não estava cá a *Troika*, nem se falava em *Troika*, o CDS defendeu a necessidade de se repensar o mapa autárquico dos Açores.

Na altura fomos insultados. Na altura fomos mal compreendidos.

Aliás, ainda recentemente, num programa de televisão, foi manifestada essa discordância, que não era necessário. É necessário e temos que o fazer!

Antes da *Troika* Sra. Deputada Zuraida Soares, no que ao CDS diz respeito, nós já defendíamos essa necessidade de se reformular o mapa autárquico, para dizermos o quê e como, se for caso disso, deve ser extinta alguma freguesia.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Até participei no programa de rádio que o senhor defendeu isso!

O Orador: Não me preocupa muito as freguesias rurais, mas preocupa-me, por exemplo, quando há freguesias urbanas em que a sede de uma delas é no rés-do-chão de uma câmara.

Se faz algum sentido vou lá e já venho.

Portanto, temos que dizer aos senhores da *Troika* que não conhecem os Açores e a muito senhores do continente que nunca cá vieram como é que são as nossas ilha, como é a nossa geografia, como é o nosso povo, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E ao Ministro Relvas!

O Orador: Ao Ministro Relvas, com certeza! Sobretudo a esse.

... como é que se distribui e como é que se faz.

Deputado José Lima (*PS*): O senhor já mudou de ideias, já mudou de pensamento!

O Orador: Agora, dizer: nós não fazemos nada, nós recusamo-nos a fazer alguma coisa, é que não pode ser, quando ouvimos todos os dias notícias desagradáveis para o poder local. Infelizmente para o poder local.

É muito interessante. Nós somos municipalistas, sempre o fomos, o CDS sempre foi um partido municipalista. Agora uma coisa também é verdade, quem foi dando cabo do poder local, foram os próprios autarcas. Querem ser presidentes de câmara, defendem o municipalismo e depois criam empresas municipais que é precisamente o contrário do que deve ser o municipalismo.

Portanto isso foi andando nesse sentido e chegamos à situação de ouvirmos, como ouvimos ontem, que se deve 8 mil milhões de euros e que temos 38 autarquias em situação de falência.

Agora, se me disseram: são as juntas de freguesia que contribuem para o défice do País? Não são.

Deputado José San-Bento (*PS*): Algumas delas são dos Açores!

O Orador: Agora temos que reformular tudo e esse projeto é bem mais amplo do que isso, vai desde a eleição dos presidentes de câmara, vai desde a reestruturação das empresas municipais, vai desde a reestruturação das assembleias municipais...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Há alguma coisa que eu não tenha compreendido Sr. Secretário?

Era para ver a utilidade de introduzir na minha declaração o aparte do Sr. Secretário e o seu também.

Tenho sempre muito gosto quando posso introduzir os vossos apartes desde que sejam um contributo válido e positivo.

Portanto, acho que é de toda a importância nós nos pronunciarmos sobre isso e esta casa ouvir a Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias e ouvir a Associação Regional de Municípios AMRAA, porque já deve ter mudado de opinião a esse respeito e nós queremos saber que opinião tem agora e o que é que defendem e como é que se vai mitigar esse problema.

Posso ler as declarações do Sr. Presidente João Ponte sobre essa matéria. Aliás, de há um ano e meio atrás ou dois posso ler-lhe as declarações do Sr. Presidente da AMRAA.

Temos que evoluir no sentido de efetivamente sermos nós a defender o nosso municipalismo, as nossas autarquias, as nossas juntas de freguesia e o contributo que elas trazem ou não, quer sejam urbanas ou rurais.

Uma coisa não podemos negar: vai ter que haver, quer por um lado, extinção de algumas delas, quer por outro fusão de algumas delas. Isso é inevitável.

Agora temos que ter aqui um plano de fazer a reformulação o melhor possível e que traga o menor prejuízo às populações.

Reconheço o excelente papel que as juntas de freguesia desempenham. Agora três freguesias urbanas na cidade da Horta, não será excessivo? cinco freguesias urbanas na cidade de Angra, não será excessivo?

Em Ponta Delgada acho que são cinco, não será excessivo?

Deputado José San-Bento (PS): Quatro em Ponta Delgada!

O Orador: Portanto as freguesias onde está o município, acho que devemos ponderar se efetivamente deverão existir, como devemos ponderar Sr. Deputado e vereador José San-Bento, que se dedica muito a estas coisas, tal como eu, se algumas empresas municipais fazem sentido. Temos que ponderar isto tudo.

Nesse sentido propormos nós a reformulação, porque se há empresas municipais que fazem a mesma coisa que a autarquia, se há empresas municipais que gastam o dobro do dinheiro que a autarquias gastava e se há

empresas municipais que servem para desorçamentar e promover os presidentes de câmara, então vamos ter que discutir isso tudo.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Não pense mais nisso! O homem já se demitiu!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O PSD gostaria de em primeiro lugar saudar esta iniciativa do CDS/PP, que é também subscrita pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS ...

Deputado Berto Messias (PS): Pela bancada do PS!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que encarrega a Comissão de Política Geral de acompanhar a implementação da reforma do poder local, uma das reformas mais importantes e talvez mais estruturantes que o Governo da República tem que cumprir.

Sobre esta matéria a preocupação já está na rua, como dizia o Deputado Paulo Estêvão, há uma preocupação já instalada na sociedade açoriana sobre esta reforma, mas também é verdade que se diga que tem havido alguma especulação e até alguma dramatização.

É bom lembrar neste momento e nesta casa que esta reforma corresponde a uma obrigação que o Governo da República tem que cumprir que resulta de termos o Memorando da *Troika* que foi assinado em Abril de 2011 e que resultou dum pedido de ajuda externa que Portugal teve que fazer por causa da grave situação financeira a que o nosso País chegou.

Convém realçar, no entanto, também um aspeto que é o facto do Grupo Parlamentar do PS, subscrever este requerimento, o que evidencia a necessidade deste Parlamento acompanhar esta matéria, como também havia, e há necessidade de acompanhar outras matérias que resultam da aplicação do Memorando *Troika* à nossa Região e que também dava conta duma necessidade de se ter na Região uma Comissão que acompanhasse permanentemente todos esses aspetos da aplicação do Memorando da *Troika* aqui aos Açores.

O PSD há uns meses atrás apresentou a intenção de se constituir uma comissão de acompanhamento para esse fim, que foi chumbada pelo PS, mas agora é o próprio PS que vem reconhecer a necessidade de acompanhar esta matéria em particular.

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente. Da mesma forma que o PSD propôs para a Comissão de Economia acompanhar, hoje, propomos que seja a Comissão de Política Geral a acompanhar!

O Orador: Espero que venha a reconhecer a necessidade de acompanhar outras matérias também importantes que neste âmbito se não de aplicar aos Açores.

É importante que assumamos todos, as nossas responsabilidades políticas, quer no presente, quer em relação ao passado, quer em relação ao futuro.

É muito importante que sempre, mas sempre, sejam quais forem as circunstâncias e as conjunturas políticas na República e na Região, temos que de acautelar a nossa autonomia e acautelar os interesses da região e do povo açoriano.

Em relação ao projeto de resolução aqui em causa o assunto é da maior importância para a Região Autónoma dos Açores e em particular para o poder local regional.

O PSD considera que a reforma do poder local não deve ser apenas encarada como uma obrigação ou uma imposição, mas antes como uma necessidade.

Quem acompanha a vida autárquica e sobretudo quem tem experiência do exercício das funções autárquicas, reconhece com facilidade a necessidade de uma reforma de poder local, quer quanto ao modo de funcionamento dos diversos níveis da administração local, ao seu quadro legal, em matéria de atribuições e de competências, à composição dos órgãos autárquicos e ao seu financiamento.

É preciso perceber, na abordagem a esta matéria e sobre o modelo de poder local que hoje temos e que é pouco diferente do quadro legislativo que o poder local tinha há vinte, ou vinte cinco anos atrás, que a complexidade que rodeia hoje o poder local regional e os desafios a que está sujeito, requerem uma reformulação profundo desse quadro legal e sobretudo do quadro financeiro das

diferentes instituições da administração local para que possam dar cumprimento cabal àquilo que lhes é pedido pelas populações.

O assunto está, portanto, na agenda, está na ordem do dia, como se usa dizer, esta reforma vai ser aplicada na Região, provavelmente já não até Junho, mas até ao final do ano e naturalmente que a Região Autónoma dos Açores não passará ao lado desta reforma.

É por isso importante e até urgente que se inicie na Região um debate sério e responsável, feito com prudência e ponderação.

Um debate que tenha como resultado, encontrar-se uma solução o mais consensualizada possível, sobre como na Região se aplicará a tal reforma, sobretudo adequada às nossas especificidades.

Isto é deveras importante porque não podemos aceitar de ânimo leve que o modelo de reforma a aplicar no continente português, se aplique de igual modo e com os mesmos critérios na nossa Região.

A título de exemplo os critérios que estão expostos no Livro Verde, a aplicar diretamente na Região Açores, provocaria um desastre. Não se trataria de uma reforma, mas sim de uma revolução no poder local regional, na medida em que desapareceriam mais de metade das 154 freguesias que temos atualmente na nossa Região.

É, portanto, uma proposta incoerente a aplicar-se com estes critérios na nossa Região, porque as características demográficas, geográficas, históricas, culturais, patrimoniais, sociais e políticas na RAA não são idênticas às características correspondentes na realidade continental.

Entendemos que para situações e realidades diferentes devemos ter, também, soluções diferentes.

Embora o que esteja mais aceso no debate público que já se iniciou sobre esta matéria seja a reestruturação do mapa autárquico, nomeadamente a polémica já instalada sobre a extinção, fusão ou aglomeração de juntas de freguesias, importa relembrar os objetivos desta reforma e os eixos onde ela vai incidir.

Esta reforma tem como principais objetivos promover a proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a descentralização administrativa e reforçando o papel do poder local.

Tem também o objetivo de valorizar a eficiência na gestão dos recursos públicos; de melhorar a prestação do serviço público; de reforçar a coesão social e territorial sempre na preocupação de que se considerem as especificidades locais.

Os quatro eixos de intervenção desta reforma são desde logo no sector empresarial local, onde se pretende uma redução do número de empresas municipais que atualmente existem (no caso concreto da Região, temos atualmente 31 empresas municipais) e adequar a missão estratégica destas empresas para aquilo que foram inicialmente criadas.

Neste contexto há que redefinir um conjunto de regras e a missão estratégica dessas empresas às reais necessidades da nossa Região e a cada um dos nossos concelhos.

O segundo eixo de intervenção tem a ver exatamente com a organização do nosso território onde se insere esta necessidade de reestruturação do mapa autárquico.

No caso concreto das freguesias, existem no País 4 259 freguesias e também sobre esta matéria já houve as mais diversas notícias, quanto ao número de freguesias que deixariam de existir como freguesias (já se falou em 1800, já se falou em 1500, já se falou em 1000), o que prova também que este processo está em permanente diálogo institucional, está em maturação, digamos e portanto ainda há que refletir profunda e seriamente sobre o modo como se vai intervir neste domínio.

O terceiro eixo de intervenção tem a ver exatamente com a gestão municipal, intermunicipal e o financiamento dos diversos níveis da administração local.

É preciso alterar o quadro legislativo por forma a reformar as competências de cada um dos órgãos e é preciso fundamentalmente uma nova Lei de Finanças Locais, porque a atual lei de finanças locais, não serve as necessidades e os

interesses da maioria dos órgãos autárquicos deste país, desde logo os municípios, mas também o quadro de financiamento das freguesias.

Também neste contexto acho que se deve aproveitar o momento para clarificar, no âmbito da Lei de Finanças Regionais e da Lei de Finanças Locais, esta célebre e tão problematizada questão dos 5% do IRS a distribuir às autarquias...

Deputado José San-Bento (PS): Aí estamos todos de acordo!

O Orador: ... é preciso clarificar, digamos, as águas, entre estas duas leis: a Lei de Finanças Regionais e a Lei de Finanças Locais.

No quarto eixo da democracia local, há aqui também um interesse nobre, quanto a mim, e estratégico, para o futuro do poder local, que é desde logo a necessidade que há em termos uma nova Lei Eleitoral para as Autarquias Locais.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Tábua de salvação!

Muito embrulhado mas lá chegámos!

O Orador: Esta é uma questão basilar para o poder local regional.

Há também a necessidade de rever o próprio estatuto dos eleitos, a formação e a composição dos órgãos executivos e deliberativos autárquicos, redefinir o quadro de atribuições e de competências desses diversos níveis dos órgãos autárquicos, porque é inconcebível que nos tempos que correm e na democracia que já hoje vivemos, já com alguma maturidade, termos situações que não fazem sentido em determinados municípios, como é por exemplo, termos câmaras municipais presididas por uma determinada cor partidária e nesse mesmo órgão executivo haver uma maioria que pode opor-se permanentemente à gestão dessa câmara municipal.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pluralidade democrática é uma chatice!

O Orador: Como também quanto a mim não faz sentido no mesmo município os dois órgãos do município, a câmara municipal e a assembleia municipal, serem suportados por maiorias partidárias diferentes.

Penso que em nome da boa governação e da estabilidade governativa dos concelhos e das freguesias, há necessidade urgente de rever a forma como os

eleitos são eleitos (passe a redundância) e como são compostos os diversos órgãos autárquicos, sejam executivos, sejam deliberativos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, nesta minha primeira intervenção e sintetizando, gostava de dizer que a posição do PSD sobre esta matéria é que concordamos que se inicie o debate político e institucional sobre os diversos aspetos desta reforma, com ponderação e prudência e que esse debate não se reduza à questão do mapa autárquico. Que esse debate reflita a partilha de responsabilidades e que os comprometa a todos para que encontremos as melhores soluções para o poder local regional, para que desta reforma saia um poder local mais reforçado, mais capacitado e melhor preparado para dar resposta aos desafios que todos temos pela frente, muito em especial neste tempo de crise económica que temos de dar resposta.

Um poder local mais forte nos Açores, melhor preparado também enriquece e valoriza a nossa autonomia.

Muito obrigado.

Deputados Mark Marques e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Nós entendemos que a reforma do poder local é necessária e oportuna.

O PS tem uma visão reformista do poder local. Estamos do lado da estabilidade e da responsabilidade.

O PS não se esconderá atrás das conveniências e da demagogia para se furtar a discutir o essencial e a tomar uma posição sobre uma reforma tão importante.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Nós achamos que seria um erro deixarmos marginalizar este processo e depois mais tarde sermos apanhados e confrontados perante factos consumados.

Portanto é com empenho e com convicção que naturalmente subscrevemos essa resolução e estamos prontos para trabalhar.

O PS é um partido municipalista, respeita a autonomia do poder local e também afirma a importância do poder local no aprofundamento da democracia participativa, no desenvolvimento do nosso País e particularmente no desenvolvimento dos Açores.

Nós reconhecemos esta grande importância ao poder local e portanto o PS estará convictamente a dar o seu contributo para melhorarmos ainda mais a prestação e o papel fundamental que o poder local tem em desenvolver as nossas comunidades.

Isso tem que ser dito com toda a clareza, numa altura em que o governo central dá sinais de não respeitar a autonomia do poder local e de ter uma visão que afronta o poder local e as autonomias.

Em tempo de austeridade nós temos que saber cortar, mas cortar com critério, com ponderação. Rejeitamos as reformas de regra, esquadro, cortar a direito que são profundamente injustas, que não merecem o nosso apoio.

Não vou aprofundar muito mais a nossa posição sobre esta questão.

O que tenho a dizer, de certa forma, já foi aqui dito. Esta reforma é muito importante, estrutura-se em quatro eixos, vai muito para além da mera questão de mexer no mapa autárquico.

Nós temos a possibilidade e acreditamos que é possível, através dessa reforma, resolver problemas que são amplamente consensuais na vida política nacional.

Há muitos anos que estão consensualizadas reformas que não avançam de ano para ano e achamos que esta oportunidade deve servir para resolver esses problemas, questões que estão pendentes há muito tempo.

Também é bom que se diga que há um conjunto de reformas e de alterações de modernização do poder local que não acarretam custos, que permitirão em alguns casos até poupar, que é um dos sentidos desta reforma, mas reformas que terão um grande impacto no funcionamento do poder local e na melhoria do desempenho dos órgãos autárquicos.

Queria também deixar uma última nota para uma questão que o Deputado Cláudio Lopes abordou, para deixar claro que do nosso ponto de vista não há qualquer incoerência. Nós achamos que a Comissão de Política Geral deve

acompanhar esta questão, tal como achamos que a Comissão de Economia deveria fazer um outro acompanhamento também no âmbito do acordo da *Troika*.

É tão simples quanto isso e portanto da nossa parte foi perfeitamente coerente.

Os senhores tinham uma outra visão, nós não tínhamos. A nossa perspetiva era essa e por isso chumbamos a iniciativa que os senhores tinham, que no fundo visava criar mais uma Comissão, mais despesa para a Assembleia. Nós achamos que a Comissão de Política Geral tem todas as condições para abordar essa questão, até porque o Sr. Deputado Cláudio Lopes faz parte dessa comissão.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Relativamente a esta questão eu tenho seguido a argumentação que tem sido aqui colocada pelos diferentes intervenientes em representação dos seus grupos partidários e tenho aqui algumas dúvidas sobre alguma da argumentação.

Falou-se aqui da necessidade duma reforma administrativa.

Bem, eu até admito que possam ter sentido essa necessidade, mas eu não tenho conhecimento ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh senhor Deputado!

Deputado José Lima (PS): Isso é de uma infantilidade!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não tem conhecimento

Deputado José Lima (PS): Até é de admirar não ter conhecimento!

O Orador: Diga Sr. Deputado!

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado. Por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Já se falou aqui quer na justificação quer para a votação da urgência, quer agora na argumentação relativamente à aprovação desta iniciativa, duma suposta necessidade de reforma administrativa.

Até admito que essa necessidade exista, a verdade é que eu não tenho conhecimento de nenhuma iniciativa, de nenhum grupo parlamentar ou

representação parlamentar, que tivesse correspondência a essa necessidade sentida, que Vs. Exas. aqui colocaram.

Pode até haver essa necessidade, não duvido que haja, agora nunca teve a correspondência política de uma iniciativa para se dar início a uma reforma da administração do mapa autárquico na RAA, o que me leva a concluir que esta iniciativa resulta diretamente do Memorando de Entendimento, isto é, de uma imposição que foi colocada a Portugal e está consagrada naquilo que eu designo por pacto de agressão externa.

Portanto Vs. Exas. não estão a responder a uma necessidade sentida, nem pelos autarcas, nem pela população. V. Exas. estão a responder a uma imposição externa, o que é grave. É grave e o PCP não pode de maneira nenhuma subscrever.

Mas há aqui uma outra questão que eu queria colocar relativamente a esta matéria.

Já hoje aqui falámos, designada e profusamente, sobre o suposto acordo, um Memorando de Entendimento, entre o Governo da República e o Governo Regional, que nós ainda não o conhecemos porque entretanto ele ainda não está concluído ao que parece, mas que o Deputado Berto Messias ainda há pouco nos lembrou, que o Sr. Presidente do Governo Regional nos daria conta do conteúdo desse entendimento, desse acordo. A verdade é esta: não sei se nesse acordo há alguma coisa relativamente à questão da reforma administrativa imposta pela *Troika*.

Portanto há aqui um conjunto de circunstâncias que estão por clarificar e aquilo que me parece que esta iniciativa no fundo pretende, não é claro e não resulta claro, que a intenção seja a da defesa dos interesses do poder local, seja a defesa dos interesses da autonomia regional, mas que é sobretudo e acima de tudo a satisfação subserviente de uma imposição da *Troika*, de uma imposição externa.

Aliás o Deputado Artur Lima utiliza muito bem esta expressão, “Portugal está sobre um protetorado”, isto quer dizer que Portugal perdeu a sua soberania.

Portanto o Deputado Artur Lima, de facto, não sei se o faz propositadamente ou não, mas a verdade é que utiliza a expressão adequada.

Eu não aceito isto, nem me submeto, o meu partido não se submete nem aceita nenhuma imposição externa.

Portanto Vs. Exas. estão a cumprir aquilo que vos mandaram cumprir.

Tenho muita pena, não vos acompanho, nem o PCP vos pode acompanhar, nessa posição de cócoras que Vs. Exas. têm, face à agressão estrangeira.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que vos faça um convite e que vos peça para fazermos um exercício de memória e nos lembremos do que foi o nosso discurso ...

Deputado José San-Bento (PS): É para dar as mãos?

A Oradora: Não é preciso dar as mãos Sr. Deputado, pode ser cada um no seu lugar.

... hoje de manhã nesta câmara e o discurso agora à tarde.

O discurso de manhã de todas as bancadas foi assim: defenderemos a autonomia, se for preciso de espada em punho! Defenderemos o nosso Estatuto Político-Administrativo! Defenderemos contra a República, contra os ditames do Ministro Miguel Relvas, contra as imposições do Governo da República e se for preciso, até, contra a *Troika* se for injusto!

Isto foi da parte da manhã, Sras. e Srs. Deputados, porque da parte da tarde aquilo que aqui tem sido dito é: temos que obedecer à *Troika* (isto são palavras ditas aqui, não são do BE), temos que obedecer ao Ministro Miguel Relvas, não há alternativa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é falso não!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que disse isso?

A Oradora: Não é falso, faz parte do diário das sessões.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados vão me perdoar mas eu tenho que ser franca. A parte da manhã foi retórica, a parte da tarde é que é a sério. Para nós não nos

enganarmos, a parte da manhã foi retórica. Esta é que é a parte a sério e vou explicar a sério de duas maneiras:

Primeira maneira: o PSD e o CDS, compreendo perfeitamente, têm que trazer para a RAA aquilo a que estão obrigados, por força do Governo e da coligação da República e se não vier doutra maneira há de vir de submarino até aqui. Atravessa o atlântico, vem de submarino e chega aos Açores e até podemos embrulhar muito bem embrulhadinho e fingir que o verdadeiro objetivo desta reforma é extinguir freguesias, extinguir municípios e depois dá-se um pulinho grande no documento verde e chega-se às leis eleitorais.

É aqui que o BE compreende a adesão e o ir a reboque do PS, porque para nós era inadmissível, que o PS, autonomista convicto, pudesse aceitar que por submarino as ordens da República, as ordens do Ministro Relvas e as ordens da *Troika*, aqui chegassem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há dúvidas! A Deputada Zuraida está inspiradíssima!

A Oradora: Não é inocente. Veio a reboque porquê? Porque agora mudam-se as leis eleitorais para o poder autárquico e mais à frente, apanhando a embalagem mudam-se as leis para a eleição da Assembleia da República, garantindo-se o quê?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esquerdar!

Deputado José San-Bento (PS): E sobre a questão da reforma autárquica o que é que tem a dizer?

A Oradora: O Sr. Deputado também devia estar preocupado. Se eu estivesse no seu lugar preocupava-me também.

Aquilo que os senhores querem, e quando digo os senhores digo o PS e o PSD, na República, e vem muito bem explicado no documento verde, nas alterações à Lei Eleitoral para as Autarquias, vai dar aos ciclos uninominais para a eleição na Assembleia da República, que é aquilo que garante a alternância permanente entre PS e PSD.

Deputado José San-Bento (PS): É aquilo que aprofunda a democracia!

A Oradora: É por isso que eu digo que o CDS devia estar preocupado. Só se parte do princípio que a coligação vai ser eterna. Aí então não tinha que estar. Portanto para terminar, dizer que a retórica da manhã foi muito bonita, agora a prática da tarde é lamentável, desde o início, aliás foi o primeiro partido nesta Região a tomar posição pública sobre o documento verde...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Falso!

A Oradora: Verdade! Verdade!

O senhor veio um dia depois.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Falso!

A Oradora: ... e o BE mantém agora aquilo que disse desde o primeiro momento: a reforma do mapa autárquico numa Região que é 97% rural, no seu território e nas suas autarquias, não tem necessidade nenhuma, não é uma urgência.

Daqui não se infira que o BE está pura e simplesmente para qualquer tipo de reforma. Está contra ela...

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sra. Deputada!

A Oradora: Posso terminar?

... da maneira como ela está pensada na RAA, porque o BE está aqui nesta Assembleia e esta Assembleia é a Assembleia Legislativa dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): E tem possibilidade de estar na Comissão de Política Geral para defender essa posição!

A Oradora: Aqui, dissemos no princípio e continuamos a dizer: não à extinção, não à fusão.

É preciso dar autonomia, dar mais competências, dar mais meios financeiros aos nossos presidentes de junta e garantir que eles estão lá para responder às necessidades e aos problemas das pessoas. Lamento, em nome do BE Açores, que o PS, mais uma vez, vá a reboque da direita.

É o “nim” desde a *Troika* até agora.

Muito obrigada S. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros (Srs. Membros não) Sr. Membro do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O outro já desapareceu!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Governo está aqui.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): No tempo de Mota Amaral era censurável!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Governo está aqui. Esteve sempre aqui.

O Orador: Sr. Presidente, desconte-me este tempo.

Presidente: Faça favor de continuar.

A questão aqui é a seguinte: nós, os Açores, somos uma parte muito importante do território nacional. Nós integramos uma grande e gloriosa nação, a nação portuguesa, Portugal.

Esta nação é uma nação com grande história. Os municípios fazem parte desta grande história. Não estou a dizer que somos melhores ou piores que os outros, estou a dizer é que orgulho-me muito de ser português, orgulho-me muito da história do nosso país e orgulho-me muito do povo português.

O que vos quero dizer em relação a isto é que é lamentável a situação em que a nossa nação vive. A nossa nação neste momento, como há pouco foi dito, vive efetivamente sobre o protetorado estrangeiro e o que o protetorado estrangeiro obrigou-nos (alguns aceitaram, mas da parte do PPM também não aceitamos, porque nós defendemos em todas as matérias a integridade da decisão nacional) foi a assinar um tratado, um tratado desigual como aqueles que eram assinados entre a metrópole, e os protetorados.

Nesse Memorando da *Troika*, o que foi estabelecido foi um conjunto de soluções que foram impostas ao País ocupado, ao país que deixou de ter uma decisão própria sobre uma grande parte dos assuntos nacionais. Esta é a verdade!

Bom, o que é que eles nos impuseram, o que é que impuseram ao país? Impuseram a redefinição do poder local, a redefinição do nosso mapa autárquico.

O que acontece é o seguinte: esta receita é velha como o tempo. Se olharmos para o mapa de África, vemos aqueles mapas que não respeitaram os povos e as populações e que foram desenhadas a regra e a esquadro e estão lá.

Se olharmos para o médio oriente, olhamos para a mesma situação, aquelas retas que separam as fronteiras, que separam povos que têm afinidades, que separam povos que têm história, porque as fronteiras dos territórios tem a ver com vontade das populações e com a história efetiva dessas populações. Isso tem que ser respeitado, e quando não foi respeitado vejam os problemas enormes que isso trouxe à África e ao Médio Oriente.

Essas fronteiras desenhadas a regra e a esquadro, sem respeitar a vontade das populações, olhando com espírito burocrata, como é que vão maximizar a produtividade aqui neste território? É juntando, separando esta gente, fazendo uma linha de divisão artificial. Depois alguém poderia perguntar: e a população?

Bom, a população não tem nada a ver, aqui o que é preciso é pensar na produtividade, pensar em termos economicistas.

Nada disso! Não resultou e não vai resultar porque o que é importante no que diz respeito às fronteiras dos territórios históricos, essencial e o que é produtivo, o que é democrático é respeitar a vontade das populações. Tem que ser o primeiro critério.

Alguém ouviu alguma freguesia desta região a pedir: eu quero ser extinta! Nós, habitantes desta freguesia, achamos que isto provoca muita despesa, não é funcional! Alguém ouviu este discurso?

Eu não ouvi. Não ouvi nenhuma população a manifestar-se desta forma. Só vejo esta decisão ser imposta pela potência ocupante, ao país ocupado e agora são os políticos que assinaram esses acordos que vão implementar aquilo que os outros decidiram sobre o território nacional. Isso na minha perspetiva é traição ao povo e as populações portuguesas. Neste caso concreto as populações açorianas.

Quero dizermos finalmente o seguinte: não é esta a solução dos problemas, isto é chutar para o lado. Como há pouco dizia também o BE, de facto isto é o elo

mais fraco, porque as freguesias representam apenas 0,1% do esforço orçamental que é feito por este País. Não é isto que é significativo. Onde é que estava a despesa nas parcerias público privadas, nas empresas municipais, nesta despesa tremenda? Nisto já alguém mexeu? Ninguém mexeu! Ninguém teve a coragem de mexer a sério.

Onde é que começa? Nas freguesias, nas freguesias onde já foram retirados os serviços de saúde, onde já foram retiradas as escolas. Depois falem em despovoamento dos Açores, quando lhes retiram tudo e agora querem retirar-lhes a última coisa que lhes falta, a representatividade democrática, o direito a decidir e o direito a viverem naquelas freguesias.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Daqui a pouco o que falta é deportar aquela gente que vive nas freguesias rurais dos Açores.

Por isso é que é necessário defender e a nossa perspetiva é esta: qualquer definição do mapa autárquico não é definido por nenhuns burocratas, é o povo que tem que decidir a sua organização, porque esta organização nasceu antes do Estado. Foi o Estado que impôs e absorveu, do ponto de vista institucional, a organização das pessoas. Não foi o Estado que as criou. Foi exatamente o contrário: as pessoas é que se organizaram, criaram as suas organizações do ponto de vista das paróquias e depois o Estado colou-se à organização territorial das pessoas.

Foram elas que as criaram e agora é necessário que sejam elas que decidam o seu futuro. Isto é que é viver em democracia.

O que gostava que deste debate surgisse era que os senhores assumissem que não vão impor nada a nenhuma população dos Açores e que vão respeitar a sua vontade, que vão ouvir aquela freguesia e vão ouvir o povo daquela freguesia, antes de decidirem extinguir e antes de decidirem criar regras que levem à sua extinção.

O que eu quero é que os senhores assumam esse compromisso. Isso é que é democracia.

Portanto nesse sentido é esse o compromisso, é esse o desafio que aqui deixo e ao Sr. Secretário que aqui está deixo-lhe esta pergunta: respeitará a vontade das populações ou compromete-se também a dar a sua cota parte, na extinção de uma freguesia, sem que as populações sejam respeitadas?

É esta a pergunta, responda-me por favor.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Gostava, nesta segunda intervenção, fazer mais dois ou três comentários sobre esta matéria, porque este momento vai servir certamente apenas para marcar o início de um debate longo, um diálogo profundo, sério e responsável sobre tão importante matéria e portanto caberá de hoje em diante à Comissão de Política Geral acompanhar mais de perto todo este processo, mas gostaria de dizer algumas coisas relativamente às intervenções que aqui foram feitas, mesmo agora.

Relativamente à Sra. Deputada Zuraida Soares e ao Sr. Deputado Aníbal Pires gostaria de dizer que a necessidade é óbvia e é mais óbvia certamente para quem já conviveu com o exercício das funções autárquicas ou pelo menos tem uma grande sensibilidade para o exercício das funções autárquicas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso não está em causa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas há presidentes de câmara e assembleias que dizem que não!

O Orador: Quem conviveu com o exercício das funções autárquicas ou tem uma grande sensibilidade para elas compreende a necessidade desta reforma.

Gostava também de vos dizer que uma reforma é sempre algo difícil, de recolher consenso unânime, mas como aqui já se viu, pelo ambiente das intervenções que esta reforma nos Açores a aplicar-se vai receber um amplo consenso, obviamente que não se espera que receba um consenso unânime, mas é bom que os principais partidos, representados neste Parlamento, se entendam nesta matéria, se entendam em tão importante matéria e que as soluções que possamos encontrar e que sejam, digamos, confirmadas neste parlamento sejam

sempre uma ótica de servir a Região, de servir os interesses dos açorianos e de respeitar a nossa autonomia.

Gostava de em particular dizer aquilo que me vai na alma em relação ao poder local.

Considero que o poder local é a face dourada da democracia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos de acordo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Em relação ao poder local as juntas de freguesia são a face dourada do poder local.

Nesse sentido, acho que esta reforma deve também servir para reforçar as competências e as atribuições das juntas de freguesia, porque hoje se atendermos ao mero quadro de competências e atribuições, não fazem nada, não podem fazer nada. São entidades que andam permanentemente a mendigar junto dos outros poderes e estão permanentemente na dependência dos bons humores dos outros poderes, seja da república, seja regional, seja autárquico.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Refiro que há aqui necessidade de reforçar em muito o quadro de competências e atribuições da juntas de freguesia, porque as juntas de freguesia, numa região arquipelágica como a nossa, têm um papel fundamental naquilo que acho que devemos ter como de sagrado na nossa autonomia e no nosso desenvolvimento regional harmónico que é conseguirmos tanto quanto possível a coesão social e territorial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu até subscrevo, mas não é isso que o seu Governo da República quer!

O Orador: Daí o poder local ter tido e terá no futuro um papel fundamental na coesão territorial na nossa região.

É também por via das juntas de freguesia, sobretudo das juntas do meio rural que se combate a simetria que o próprio desenvolvimento induz e que se promove também um combate à desertificação das nossas terras mais afastadas dos centros de decisão.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Há coisas que nós podemos fazer como aqui foi dito, e bem, sem esta reforma e para além desta reforma e é aqui mesmo na Região que se pode fazer mais em favor do poder local regional, nomeadamente das instituições mais frágeis deste poder local, que são as juntas de freguesia, que é intensificar e aprofundar a cooperação técnica e financeira com as juntas de freguesia, mas num quadro de transparência e de equidade, através das cooperações financeiras, seja entre o governo regional e juntas de freguesias, seja também entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia. Que não sejam apenas meras delegações de competências baseadas no bom ou mau humor do presidente da câmara em causa, mas sim que sejam institucionalizadas determinadas delegações de competências para que as juntas de freguesia possam saber com que meios é que contam para poder dar resposta cabal às solicitações que, permanente e diariamente, lhes são postas à porta de casa e em qualquer lugar ou sítio onde se encontre o autarca, nomeadamente o presidente da junta de freguesia.

Gostava, finalmente, de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Presidência qual é o posicionamento do Governo sobre esta matéria, na medida em que na comunicação social regional, a 14 de Dezembro de 2011, veio um título dum jornal que diz assim: “Executivo vai criar legislação própria para definir novo mapa das freguesias”.

Gosta de saber e perguntar diretamente ao Governo, o que é que o Governo está a fazer nesta matéria, (se está ou não)?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor lê jornais, caros!

O Orador: Se está, o que é que está a fazer, o que é que já fez, porque na minha opinião não faz sentido, dois órgãos de governo próprio, o Parlamento e o Governo Regional, estarem a trabalhar a mesma matéria, de costas viradas. Acho que temos que reunir esforços e trabalharmos em conjunto.

Portanto era só esta pequena dúvida que eu gostava de ver esclarecida da parte do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

O PSD tem um segundo

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Apenas para prestar um esclarecimento, não estava a pensar voltar a falar, mas é bom que recentremos essa questão e que se diga que nós estamos a falar aqui de encarregar a Comissão de Política Geral de um acompanhamento e da definição de diretrizes que salvaguardem os interesses da Região, da autonomia Sra. Deputada Zuraida Soares, no âmbito desta comissão.

Portanto, mais cego é o que não quer ver e isso foi bem perceptível aqui. Esta reforma é uma oportunidade que nós devemos aproveitar para reformular as nossas autarquias.

O documento verde é uma boa base de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma boa base de trabalho?

O Orador: Conforme referi, nós somos pela estabilidade e pela responsabilidade Srs. Deputados.

Nós não nos escondemos atrás das conveniências e da demagogia como foi aqui visto.

Nós estaremos a assumir as nossas responsabilidades.

A linha política que os senhores defendem, essa sim, retira qualquer influência e marginaliza os Açores e este parlamento de poder influenciar.

Aí sim, Sra. Deputada, estaríamos sujeitos ao ditame do Ministro Relvas, do Governo da República, de quem a senhora entender.

Portanto esta reforma acautela, aprofunda e defende a autonomia. Como sempre o PS está do lado certo, do lado da defesa da autonomia, do lado da defesa do poder local, do lado da melhoria do nosso arquipélago.

Portanto essa intransigência e esse imobilismo da vossa parte é muito confortável, mas é completamente desmascarado.

Para terminar, queria deixar aqui duas notas que não posso deixar passar em claro.

A primeira nota é para o Sr. Deputado Aníbal Pires: a nossa subserviência, aqui neste Grupo Parlamentar, é à autonomia, ao aprofundamento da democracia e ao progresso dos Açores. É a essa a nossa subserviência.

A sua é ao centralismo democrático, e ao comité central do PCP.

Quanto à Sra. Deputada, deixe-me que lhe diga, a senhora vir aqui levantar o fantasma que o PS quer fazer uma reforma da lei eleitoral, para afastar...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não quer? Diga que não quer, Sr. Deputado!

O Orador: Nós queremos melhorar a representatividade e se for possível, e se passar com a alteração da legislação, nós estaremos aqui para dar a cara, assumir as nossas responsabilidades e apresentar as nossas propostas.

Foi para isso que nos elegeram e nós achamos que estamos mandatados com esse poder e com essa confiança para fazer esse tipo de reformas.

Mas deixe-me que lhe diga Sra. Deputada, a senhora levantar esse fantasma, recorde-lhe que se não fosse o PS nos Açores não tinha havido um círculo regional de compensação e muito provavelmente a senhora não estaria aqui sentada neste parlamento.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agradeça Sra. Deputada!

Presidente: Sra. Deputada pede a palavra para um protesto?

Deputada Zuraída Soares (BE): Exatamente.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento deixe-me dizer-lhe o seguinte: em democracia todas as opiniões são legítimas desde que sejam com lealdade e boa-fé e até à última parte do seu discurso, discordando completamente dele todo, ouvi-o com respeito.

A última parte Sr. Deputado José San-Bento, faz-me lembrar o tempo do feudalismo, em que os senhores obrigavam os servos a agradecer, beijando o chão que eles pisavam, as dádivas, as benesses e os benefícios.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado José San-Bento, deixe-me dizer-lhe uma coisa: fica muito mal ao seu Grupo Parlamentar, que pela sua voz acabou de reivindicar a bandeira da democracia, chamar aqui a esta casa, a atenção para que há Deputados de primeira e outros de segunda e de que há Deputados que estão nesta casa por obra e graça do PS.

Deputado José San-Bento (PS): Já dissemos isso várias vezes!

A Oradora: Deixe-me dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado, a Zuraida Soares e o Mário Moniz, estão aqui sentados, porque o povo açoriano votou para eles estarem.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não devem nada ao Sr. Deputado José San-Bento, não devem nada ao PS, não devem nada a não ser ao povo açoriano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não vou, nem este Grupo Parlamentar tem que agradecer a esse Grupo Parlamentar.

O senhor tem que ter cuidado com aquilo que diz, ...

Deputado Marque Marques (PSD): Com a língua!

A Oradora: ... não estou a falar de estilo, Sr. Deputado, (já percebemos que o senhor tem um estilo próprio, como todos temos) estou a falar de decência, naquilo que se diz.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e BE)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem 3 minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Sra. Deputada, vamos ver se nos entendemos.

A senhora gosta muito de manipular as coisas de forma a vitimizar-se. A Sra. Deputada está aqui porque o seu partido obviamente teve um conjunto de votos que foram traduzidos por um determinado sistema eleitoral.

O que eu relembrei foi o que o PS propôs na altura e que assumiu grandes custos políticos pela proposta que apresentou, que permitiu melhorar a representatividade e aprofundar a democraticidade nos Açores.

Isso, Sra. Deputada, é uma bandeira que nós nos orgulhamos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mudou de estilo!

O Orador: Não mudei de estilo! Deixe-me concluir! Não mudei de estilo!

O que eu fiz, foi lembrar à senhora nos termos que afirmei e que reafirmo, depois da senhora ter levantado aqui o véu (isso sim gravíssimo) que nós procuraríamos, através de uma eventual reforma do sistema eleitoral autárquico, encapotadamente reduzir a democracia e alterar a representatividade nos órgãos locais.

Deputada Zuraída Soares (BE): E repito!

Deputada Aníbal Pires (PCP): E é Mentira?

O Orador: Isso não é verdade Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): É verdade!

O Orador: O que eu quis salientar é que o PS tem um património político e tem um passado que nos permite salientar que nós estaremos sempre, porque temos estado, na defesa da democracia e da representatividade da nossa democracia.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não foi isso que disse!

O Orador: Foi isso que eu quis dizer Sra. Deputada, a senhora percebeu perfeitamente e veio aqui armar-se em vítima, porque confesso essa discussão de facto não está a correr nada bem ao seu grupo, como aliás tem acontecido ao longo desta semana.

Tenho dito.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está muito enganado, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, do CDS e dos partidos democráticos, a senhora conta com debate de ideias e com o esgrimir de argumentos e apresentação de razões.

Nós não vamos usar espada em punho para combater alguma coisa. Não é esse o nosso estilo e Sr. Deputado Aníbal Pires muito menos Kalashnikov.

Portanto nós usamos efetivamente argumentos com razão e é por isso mesmo que aqui estamos.

Vir dizer que se deve ouvir as populações (como o Sr. Deputado Paulo Estêvão, aqui referiu) isto é o maior atestado que eu já vi passar às assembleias de freguesia e às juntas de freguesia.

Se a assembleia de freguesia não representa aquele povo que a elegeu, eu não sei quem representa aquele povo.

As assembleias de freguesia legitimamente de quase todas as freguesias, se não todas, através do seu representante regional, manifestaram-se contra a reforma autárquica.

Então o senhor presidente de junta não ouviu o povo da sua freguesia? Então o senhor presidente da assembleia municipal não ouviu o povo da sua freguesia? Naturalmente ouviu.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Estamos a discutir o referendo!

O Orador: Quem falou nisto foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sra. Deputada Zuraída Soares, portanto eu arrego-me no direito de agora lhe dar a resposta, sem prejuízo de no próximo diploma também insistir na minha resposta.

Portanto os senhores passam o maior atestado de menoridade democrática às assembleias de freguesia e às juntas de freguesia.

Os Senhores Deputados nesta casa foram eleitos pelo povo, representam o povo, quando querem fazer uma coisa vão fazer um referendo ao povo que os elegeu? Não. Os senhores têm legitimidade própria.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão para propor as medidas que propôs para o Corvo, aqui no Plano e Orçamento, fez um refendo no Corvo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já foram referendados!

O Orador: Fez um referendo no Corvo a perguntar se queriam um museu? Fez um referendo no Corvo a perguntar se queriam aumentar o cais? Fez um referendo no Corvo para apresentar aqui essas medidas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fiz!

O Orador: Não fez Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fiz!

O Orador: Então mostre-me o resultado desse referendo, para eu saber qual foi a opinião dos corvinos sobre as suas propostas que fez aqui nesta casa.

O senhor fê-lo pela legitimidade que o povo lhe concedeu. É isso que lhe permite representar aqui o povo.

Agora, vamos centramo-nos noutra coisa. Esta reforma também tem aspetos positivos e como bem disse o Sr. Deputado Cláudio Lopes (não consigo explicar tão bem quanto ele com a sua experiência de autarca) ninguém propõe aqui que se extinga freguesias, a sua identidade histórica e cultural. Ninguém propõe isso aqui!

Portanto, quem diz isto das duas, uma: ou não sabe o que é que está a dizer, ou está a ser demagogo e populista. Das duas uma, não há outra.

O que se propõe aqui em alguns casos é a junção a um agrupamento de freguesias e quando eu disse aqui há uns tempos que os presidentes de junta pedinchavam às câmaras, ouvi isso aqui hoje da voz de um autarca.

É preciso criar poder e se nós tivermos numa junção de 3 freguesias, por exemplo, que consigamos ter um presidente de junta a tempo inteiro, ou um executivo a tempo inteiro, que lhe sejam delegadas maiores e melhores competências, que possam servir melhor aquele agrupamento territorial, é ou não melhor do que ter 3 juntinhas, cada uma a pedir para si, quando sabemos que nos Açores as freguesias até nem estão, muitas delas, separadas fisicamente. São contínuas algumas delas.

Sabemos que há presidentes de junta que moram quase na fronteira entre as duas freguesias.

Portanto, por que é que um autarca da freguesia A, não conhece a freguesia B e C? Por que é que tendo maior capacidade de recursos, o que se propõe é haver um único órgão administrativo para gerir eventualmente um agrupamento de 2 ou 3 freguesias, que não são extintas na sua identidade histórica? É isso que se tem que fazer perceber.

Tudo o resto que se queira fazer passar às pessoas é, em primeiro lugar, populista, demagogo e desprezar o poder local no seu nível mais dourado como bem disse o Deputado Cláudio Lopes e o seu nível mais dourado é o poder da freguesia, da assembleia de freguesia, junto das suas populações que cooperam e trabalham com a casa do povo, com as associações desportivas, etc., etc. Esses sim, conhecem o sentir e o pulsar do povo da sua freguesia.

Vir pedir aqui para se referendar qualquer coisa, é uma tremenda irresponsabilidade quando País está em contenção de despesas e estes senhores vão dizer quanto custa burocraticamente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uuiii!

O Orador: ... e em termos financeiros fazer referendos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eleições já acabaram! CDS e PSD ficam eternamente no Governo!

O Orador: Da política do BE nós já nos habituamos, é a política do bota abaixo, é a política do nada presta, é a política de que está tudo mal neste País, mas nunca ouvi aqui que o BE propusesse uma solução melhor do que aquela que está a ser implementada em Portugal e nos Açores.

Nunca ouvi uma proposta do BE que fosse construtiva nessa matéria.

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor também não tem!

O Orador: É muito fácil fazer oposição dessa maneira.

Deputada Zuraída Soares (BE): É muito fácil mas é ir de submarino!

O Orador: Se for para ir de submarino e for para fazer as coisas em profundidade e bem estudadas, em vez da superficialidade que a senhora aqui apresenta e o seu grupo parlamentar, nós também vamos de submarino se for preciso desde que seja para sair daqui uma boa proposta e a defesa da autonomia que é coisa que a senhora propaga, mas não faz. É coisa da sua

propaganda, mas não faz, como é exemplo disso a atuação do seu grupo parlamentar que se dedica quase exclusivamente à política nacional.

Deputada Zuraída Soares (BE): Agora não! Já foi tempo!

O Orador: Sra. Deputada jamais ouvirá dizer deste grupo parlamentar, ou dos partidos democráticos representados nesta casa. com orgulho e entusiasmo, para as câmaras da televisão da Autoeuropa, hoje não saiu um único carro...

Deputada Zuraída Soares (BE): Da Autoeuropa?!

O Orador: Foi o seu líder nacional!

... e depois querem melhores condições de trabalho, mais vencimentos, melhores ordenados. Propostas? Zero. É isso que o povo já começou a perceber do BE...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! Olhe que é o contrário!

O Orador: ... e foi por isso que o povo na Região Autónoma da Madeira, já disse ao BE o que pensava, depois de também já ter dito na República, onde foram reduzidos a metade da sua existência.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pronto! E tão contente e preocupado que está por cá estarmos!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou participar neste debate começando pelo acessório para depois ir realmente ao que é essencial esclarecer.

O acessório é relembrar aos senhores deputados que o Governo está cá, nunca deixou de estar, esteve toda a semana com representações, umas vezes maiores outras mais reduzidas, mas também não ficou nada por esclarecer nem nada por responder.

Aliás tem sido esta a prática do Governo desde o início desta legislatura e é um compromisso que será a prática do Governo até ao final desta legislatura.

Nenhum Deputado ficou por esclarecer por ausência da representação do governo neste parlamento, portanto não percebo porque é que agora haveriam de duvidar desse compromisso.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o presidente do Governo?

O Orador: Indo ao essencial, o Governo é parte interessada neste debate, é parte responsável deste debate e foi curiosamente até, dos dois órgãos em ação nesta questão, o primeiro a tomar uma posição.

Recordo, é público, foi anunciado, foi divulgado não só pelo gabinete de apoio à comunicação social, como por vários meios de comunicação social, que cobriram esse evento, que o Governo recebeu os representantes da Associação Regional de Municípios e a Delegação da Associação Nacional de Freguesias para debater o assunto, para ouvir a opinião desses responsáveis que são representantes legítimos dos órgãos autárquicos da Região e para em articulação com eles procurar perceber que adaptação poderia ou não ser feita à Região daquilo que se pretende fazer a nível nacional.

Disse também na altura que fazia todo o sentido que essa posição fosse também articulada com o Parlamento e que este devia também iniciar o seu processo que é aliás o que está aqui em debate. Essa é que é a questão essencial.

Quando os senhores deputados têm hipótese de debaterem analisarem e decidirem, que atuação terá a Assembleia sobre esta matéria, vêm fazer a pergunta ao Governo, de como é que o Governo responde ou não responde, pensa ou não pensa sobre esse assunto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a responsabilidade aqui é sua. O Governo já disse o que ia fazer, já fez, já anunciou, já tomou iniciativa, já agiu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A pergunta é muito concreta!

O Orador: A responsabilidade agora aqui é sua. Lá pelo debate não estar a correr propriamente bem, lá pelo assunto não ser daqueles que talvez lhe permita tirar maiores dividendos eleitorais, não se vire para o Governo. Decida Sr. Deputado! Diga a esta casa qual é a sua opinião.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só quero saber qual é a sua opinião!

O Orador: É uma perda de tempo perguntar ao Governo uma coisa que o senhor já sabe, porque foi divulgada publicamente, porque é conhecida, porque foi explicada a todos os açorianos. Faça o seu papel, que é decidir. Decida! Diga o que é que quer, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já disse!

O Orador: ... exponha as suas ideias, mas não se preocupe com a posição do Governo, porque essa é pública. Foi anunciada e não há sobre essa matéria qualquer tipo de dúvidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu também tenho muitas dúvidas!

O Orador: Também não há nenhuma suspeita de que o Governo Regional pretenda abordar este assunto sem atender à posição e ao trabalho que vier a ser desenvolvido no seio do Parlamento sobre esta matéria.

Portanto estamos todos no mesmo barco, todos unidos neste objetivo comum, que é de encontrar a melhor solução na adaptação duma iniciativa que é em primeira instância de âmbito nacional.

Isso é algo que parece que é importante destacar. Quem ouve este debate chega a um ponto que começa a esquecer-se que tudo isto parte de uma iniciativa de um Governo da República, que não só diz que é preciso neste momento, em virtude até de compromissos assumidos com entidades externas, repensar a divisão e organização autárquica do país, como aponta caminhos e caminhos em muitos casos, parece-nos a nós também, errados. Esse debate deve ser feito, deve ser esse o ponto central e inicial do debate e não procurar misturar-se intenções eleitorais de âmbito regional e não perguntar ao Governo Regional o que é que este pretende ou não fazer, porque não é essa a essência da questão. Para isso as respostas já existem.

O que é preciso pensar-se é que isto parte de uma iniciativa de um Governo que tinha certas obrigações do ponto de vista do compromisso que tinha assumido perante entidades externas, mas não se ficou por aí e propôs em concreto critérios de abordagem do problema que merecem uma censura, parece-me a mim, pelo que percebi do debate, generalizada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Não!

O Orador: É com esse enquadramento que se deve trabalhar.

O seu problema Sr. Deputado Paulo Estêvão, é que o senhor não só é monárquico como também é do tempo da monarquia. Infelizmente esse é o seu maior problema.

Muito obrigado.

Deputado Zuraída Soares (BE): Um documento é uma boa base de trabalho!
Entendam-se!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A questão fundamental é esta: se eu tivesse que escolher a editorial deste debate, escolhia esta frase luminosa: “o documento verde é uma boa base de trabalho”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é! O Sr. Secretário diz que não é!

O Orador: Quem é que disse isto? O Sr. Deputado José San-Bento.

Vou repetir porque é um editorial ótimo: “o documento verde é uma boa base de trabalho”.

O que é uma boa base de trabalho? É um documento que arrasava, se fosse aplicado, com mais de metade das freguesias dos Açores.

Isto é o que o senhor acha que é uma boa base de trabalho? Um documento que arrasa com mais de metade das freguesias dos Açores.

Por isso é que eu acho que se o senhor considera que isto é uma boa base de trabalho estou cheio de medo do que é que o senhor vai fazer com a sua lupa para a comissão, onde representa o PS, dizer: “bom, isto é uma ótima base de trabalho e vamos então agora desenhar o mapa autárquico”.

O que é que aí vem? Quantas freguesias o senhor vai arrasar, sem perguntar nada às populações?

O senhor vai com o método neocolonialista redesenhar as fronteiras das populações rurais dos Açores. Isto é que aí vem.

Dizia o Governo Regional que o documento verde não era uma boa base de trabalho, afinal há aqui uma discordância muito grande por isso é que valeu a pena eu fazer a pergunta.

Quando eu faço a pergunta faço-a a partir do momento em que o senhor diz isto: o Governo Regional não acha isso.

Bom, é algo que eu considero que já é uma vantagem, embora seja de facto um problema para a vossa bancada. Têm que se entender. É ou não uma boa base de trabalho?

Os países da Europa mais progressistas, que até são monarquias, são do meu tempo, eu sou também monárquico, mas a questão essencial aqui é a seguinte: vejo o instrumento do referendo local a ser utilizado na Suécia, na Noruega, na Bélgica, na Holanda. É utilizado constantemente. Isso significa que estas democracias acreditam na viabilidade do ponto de vista económico, social e também na justiça de ouvirem, referendarem as suas opiniões, ou as decisões que têm que ser tomadas, junto das populações.

Sei que há muita gente no nosso País que acha que a população portuguesa e a população açoriana é ignorante e não pode decidir. Tem que se decidir nos gabinetes.

Já ouvi pessoas a dizer isto: se lhes perguntarem alguma coisa vão dizer que sim que querem a sua freguesia. Pois é um problema! É um problema! Se lhes perguntarem eles vão dizer que querem a sua freguesia. Os senhores acham que isto é irracional, quando isto tem uma despesa insignificante?

O problema económico deste país e desta região não foi criado pelas freguesias dos Açores.

Termino respondendo a duas breves notas:

O Sr. Deputado Berto Messias, perguntou se tenho uma grande experiência autárquica. Não tenho. Tenho 15 anos de experiência autárquica, fui membro da assembleia municipal aqui na Horta. Como vê o senhor há 15 anos estava para aí na 4^a. classe.

Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, a sua argumentação é a seguinte: existem as assembleias de freguesia que podem dar a sua opinião. Pois, o problema para mim é esse, é que se as juntas de freguesia desaparecem, deixam de dar a sua opinião. É isto que eu considero muitíssimo negativo.

O que eu quero garantir é que antes do seu desaparecimento aquelas populações ratificaram o que os burocratas e as gentes que estão nos gabinetes vão fazer

sem auscultar a sua opinião e a sua vontade e eu quero que essa vontade seja respeitada.

Tenho a certeza que muita gente que se senta nessa bancada (estou a olhar para muitos autarcas, que são autarcas prestigiados na sua terra) gente que eu respeito, sei que pensam da mesma forma que eu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Não tinha ideias de vir mais uma vez ao debate, uma vez que a posição ficou clara na primeira intervenção, mas entretanto houve aqui algumas considerações que me fizeram voltar a terreiro.

Há uma cosia que fica claro. Voltou-se outra vez aqui a falar muito da necessidade mas a questão é esta, aliás o Deputado Artur Lima disse-o no princípio e já o reafirmou, esta iniciativa hoje proposta pelo CDS/PP e pelo PS, decorre não da necessidade que eventualmente sinta, mas decorre da imposição da *Troika*.

É evidente que o Deputado Artur Lima depois fez aquilo que é habitual que foi uma variação, em ré menor, ou qualquer coisa assim, mas isso deve ser por causa da profundidade do submarino e do espaço confinado dos submarinos que lhe deve eventualmente estar a perturbar a criatividade no discurso. Mas isso é uma questão marginal.

Sr. Deputado José San-Bento é evidente que eu, como V. Ex^a., fazendo parte duma estrutura partidária temos algumas obrigações com essa estrutura partidária.

Deputado José San-Bento (PS): O centralismo democrático é uma coisa!

O Orador: Portanto, a questão do centralismo democrático obriga de facto a uma coisa que é muito importante e que evita que o PCP nos Açores, sobre a autonomia, diga uma coisa e na República diga outra...

Deputado José San-Bento (PS): Nem sempre!

O Orador: ... coisa que Vs. Exas. não podem dizer o mesmo.

Deputado José San-Bento (PS): Somos um partido democrático!

O Orador: Não podem dizer o mesmo e têm no vosso partido, designadamente na Assembleia da República muitos camaradas vossos que da autonomia gostam muito pouco.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Temos todos. Só o PPM é que não!

O Orador: Portanto Vs. Exas. têm pouco que se preocupar com o facto do centralismo democrático do PCP.

Ainda assim, mesmo que eu fosse subserviente, à questão do centralismo democrático e ao Comité Central do PCP, sempre será preferível ser subserviente aos meus conterrâneos e a Portugal do que à *Troika*.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia!

O Orador: V. Exa. está de cócoras ao loiro de olhos azuis. V. Exa. está de cócoras. Eu estou solidário com Portugal e com os portugueses.

Mais Sr. Deputado, relativamente à Lei Eleitoral a Sra. Deputada Zuraida Soares deu-lhe a resposta em termos de protesto e fez muito bem, mas eu vou lembrar-lhe uma outra coisa.

A Lei Eleitoral resulta e foi construída na legislatura 2000/2004, pelos partidos que aqui tinham assento.

Deputado José San-Bento (PS): 2004/2008!

O Orador: Desculpe, foi publicada aí, mas foi construída na legislatura 2000/2004.

Deputado José San-Bento (PS): Não, não!

O Orador: É verdade ou não Sr. Deputado Hernâni Jorge?

(Aceno afirmativo do Deputado Hernâni Jorge)

Olhe ali para o seu camarada.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Portanto não é o PS. A Lei Eleitoral Regional é um património da autonomia regional, não é um património do PS e foi construído pelos partidos que aqui

estavam representados. Eram aqueles. Toda a gente sabe quais os que aqui estavam, nem sequer os vou enunciar.

O senhor além de ser grosseiro, a sua intervenção não foi rigorosa.

Deputado José San-Bento (PS): Foi rigorosa!

O Orador: Não, não foi.

Sr. Deputado José San-Bento, sabemos perfeitamente que aquilo que Vs. Exas. pretendem é de facto ir mais longe, do que apenas mexer no mapa autárquico.

Aquilo que Vs. Exas. pretendem é ir às leis eleitorais para as autarquias e para a Assembleia de República, aliás como o vosso líder da bancada parlamentar, em aparte, acabou por confirmar.

Deputado Berto Messias (PS): Eu concordo com a alteração à Lei Eleitoral Autárquica!

O Orador: Portanto, deixemo-nos de brincadeiras.

Uma coisa fica clara o PS e o CDS/PP tomaram esta iniciativa não por interpretarem a vontade dos autarcas ou do povo açoriano, mas sim porque são subservientes ao loiro de olhos azuis.

Presidente: Fazia um apelo à câmara. Começo a ficar um pouco cansado de dizer isso. Acho que nós temos a estrita obrigação de nos portarmos, manifestando as nossas diferenças, com lisura e com elevação.

Faço um apelo a esta câmara. Ninguém ganha nada com o contrário, podem disso ter absoluta certeza.

Vamos continuar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Tenho que admitir em nome da bancada do BE, que estou profundamente enternecida com as preocupações aqui manifestadas com os diferentes resultados do BE pelo País fora. Enternece-me essa preocupação até porque ela prova que esses mesmos partidos seguem o caminho do BE e estão preocupados com os seus resultados.

Não vou falar disso nos Açores porque penso que a resposta dá-la-á os cidadãos e as cidadãs desta Região, em Outubro deste ano.

Já que falámos aqui bastante de demagogia e de populismo, gostaria de dizer ao povo açoriano que de facto a demagogia e o populismo existe para todos os gostos e vou exemplificar, pelos vistos existe na esquerda, foi a acusação do Sr. Deputado Artur Lima, agora vou provar que também existe na direita.

O Sr. Deputado Artur Lima vem de uma forma suave, tipo “lobo mau vestido de avozinha” dizer o seguinte: ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Lobo bom!

A Oradora: ... “açorianos e açorianas (isto é o lobo mau) fundir e extinguir são a mesma coisa. A fusão e a extinção de juntas de freguesia vão dar no mesmo, não se preocupem com isso”.

Nós dizemos: “não são não! Fundir é uma coisa, extinguir é outra”.

Demagogia e populismo é querer enganar as pessoas.

Diz ainda mais: “um referendo local é uma coisa caríssima, açorianos. Nós estamos em crise”.

Deputado Berto Messias (PS): É inconstitucional!

A Oradora: Cuidado, açorianos e açorianas porque isto quer dizer que todos os instrumentos da democracia custam dinheiro, até as eleições e não tarda nada, vamos ouvir o Deputado Artur Lima, o CDS e o PSD, e sabe-se lá o PS, a dizer: a partir de agora não há mais eleições no nosso País, para lado nenhum, nem para as autarquias, nem para as assembleias legislativas, nem para a Assembleia da República, porque o dinheiro está muito caro. A *Troika* não deixa e o Ministro Miguel Relvas fica doente quando pensa no assunto (para não falar do Sr. Ministro Victor Gaspar.

Portanto, demagogia e populismo Sr. Deputado é isto. É este enganar, é este atirar areia para os olhos dos açorianos e açorianas.

Depois lembrar-lhe o seguinte: o desrespeito pelos órgãos eleitos nomeadamente pelos presidentes de junta e pelas assembleias de freguesia, não é do BE, é daquele documentozinho que é verde (vá-se lá saber porquê, verde até é uma cor bonita, é a cor da esperança), que é um bom documento e um bom

ponto de partida e que tem uma ameaça lá, é que o elo mais fraco (adeus, vá embora) são as juntas de freguesia.

O referendo local não é para desrespeitar ninguém, é para ratificar qualquer suscetível, provável, hipotética decisão que saia do livro azul a ser aqui construído nesta casa e que na realidade extinga uma junta e quando ela estiver extinta já não há presidente, já não há assembleia, mas há uma comunidade como identidade e essa comunidade como identidade dum história própria, tem o direito de se manifestar sobre o seu futuro e a sua extinção.

Portanto, em última análise é perguntar às pessoas. As pessoas não são tolas Sr. Deputado! É preciso explicar-lhes o que é que perdem, o que é que ganham e dar-lhes o direito delas decidirem. Isto chama-se democracia. Tem custos Sr. Deputado? Tem. Custa de vez em quando um bocadinho de dinheiro? Custa. É verdade. Mas o senhor está aqui eleito para defender isto.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário regional da Presidência: Serei muito breve até porque o Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já disse tudo!

O Orador: ... já manifestou e bem a posição deste Grupo Parlamentar sobre esta matéria.

No entanto não poderia deixar de participar tendo em conta aquilo que temos ouvido ao longo deste debate.

Se ontem falava de preconceito endémico de alguns partidos à direita, hoje julgo que posso falar do sectarismo endémico, dos partidos à esquerda do PS, sobre esta matéria.

Percebo que este assunto desperte paixões, percebo até, tendo em conta, o ano em que estamos, um ano eleitoral que potencie eloquentes intervenções no Parlamento, agora aquilo que está em causa nesta proposta é única e simplesmente mandar a Comissão de Política Geral, superiormente dirigida e presidida pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, que integra Deputados com grande

experiência autárquica, como o Sr. Deputado Cláudio Lopes, o Sr. Deputado José San-Bento, o Sr. Deputado Abel Moreira, garantindo que todos os partidos com assento neste Parlamento, podem nessa comissão dizer e afirmar exatamente aquilo que têm feito ao longo da tarde neste debate.

Deputada Zuraida Soares (BE): E os que não tiverem lá assento?

O Orador: Todos devem ter lá assento e todos podem e devem, naturalmente, participar neste grupo de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode votar!

O Orador: Isso é um *fait divers*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Votar é essencial numa democracia!

O Orador: É isso que está em causa.

Permitir e garantir que a Comissão de Política Geral ouça as entidades representativas dos presidentes de junta, através da Delegação Regional da ANAFRE, dos presidentes de câmara e dos municípios, através da Associação de Municípios dos Açores e ouvir, visitar e fazer as diligências que entender sobre esta matéria através das deliberações que tomarão sobre este assunto cumprindo os timings que são agora propostos e definidos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: É isso que está em causa.

Certamente que ao longo desse trabalho existirão seis posições diferentes. Existirão discordâncias. O PS concorda com coisas que foram aqui ditas, concorda com posições doutros partidos, discorda doutras, também com o PP, com o partido proponente. Enfim, tudo isso é normal e é saudável.

Isso deve ser amplamente debatido e discutido na Comissão de Política Geral.

É isso que está aqui em causa e é isso que é proposto nesta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma boa base de trabalho!

O Orador: Portanto estamos aqui há mais de uma hora, num debate que eu percebo que é naturalmente importante, que desperta muitas paixões a todos os partidos, agora não existam confusões. Aquilo que está proposto é que a Comissão de Política Geral desenvolva um trabalho sobre esta matéria, garantindo que todos os partidos com assento neste Parlamento, lá estejam,

deem a sua opinião e manifestem a sua posição sobre esta matéria, analisando o atual mapa autárquico dos Açores, fazendo e propondo as reformulações que entender, não fazendo propostas de reformulação, se assim entender e também (porque não) se for esse o entendimento desta comissão, abordando o Livro Verde que é proposto pelo Governo da República e que é a base de trabalho que temos sobre esta matéria.

Sr. Presidente, julgo que era importante fazer este esclarecimento e também parece-me importante recentrar o debate sobre aquilo que está efetivamente em causa, uma proposta para mandar a Comissão de Política Geral para desenvolver este trabalho.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Muito rapidamente, apenas para esclarecer aqui algumas questões, uma vez que fui diretamente abordado e pela forma como fui.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, sinceramente começo a não ter muita vontade (não há paciência), não é estimulante esse seu estilo de vir aqui criar esses incidentes...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Quais incidentes?

O Orador: ... com essa sua postura demagógica.

O senhor vem para aqui tentando explorar contradições, um diz uma coisa, outro diz outra.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isto é política!

O Orador: Deixe-me que lhe diga Sr. Deputado, eu acompanho (sei que o senhor também) a vida política, particularmente autárquica há muitos anos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Também eu! Há 15 anos!

O Orador: A sistematização que este documento verde traz ao longo destes quatro eixos, introduzindo aqui várias áreas de ponderação e de eventual reforma, consubstancia uma estrutura que de facto é uma boa base de trabalho.

Tenho essa convicção. Se o Governo não tem inteiramente essa convicção, é opinião dele, trataremos democraticamente na Comissão. Nem foi isso que o Sr. Secretário disse e é bom que se perceba.

Agora, há uma coisa Sr. Deputado que eu quero que fique bem claro e não admito que o senhor manipule e envolva todo o Grupo Parlamentar, até porque tive o cuidado de esclarecer essa questão, particularmente no aspeto do mapa autárquico, que é uma das questões de um dos eixos desta reforma. Tive o cuidado de dizer que nós não aceitamos reformas a régua e esquadro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso ficou absolutamente claro e portanto é uma matéria que não vou aprofundar mais. Nós na Comissão, como muito bem disse o meu líder parlamentar, trataremos e o que foi importante, foi reafirmar aqui a nossa posição para essa questão.

Por último Sr. Deputado Aníbal Pires, deixe-me que lhe diga uma coisa com toda a franqueza.

Aquilo que o senhor disse particularmente sobre mim e se calhar sobre o meu Grupo Parlamentar, foi manifestamente infeliz.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Manifestamente infeliz!

Eu tenho o meu estilo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que eu respeito e admiro!

O Orador: ... tenho uma certa energia, sobretudo quando estou muito convicto daquilo que digo, que se calhar o senhor não aprecia e respeito isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não, eu aprecio!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas também não gosta, mas eu consigo viver com isso, acredite que eu consigo viver com isso.

Agora há uma coisa que o senhor pensa e pensa mal, Sr. Deputado. O senhor pensa que por falar muito alto, por berrar muito, por se exaltar, passa a ter razão. Não passa, Sr. Deputado! Não passa e deixe-me que lhe dê só um conselho: os políticos também são avaliados pela forma como se tratam uns aos outros. Eu nunca me esqueço disso, Srs. Deputados, acreditem!

Deixe-me que lhe diga mais uma coisa. Se houve alguém neste debate que foi grosseiro não fui eu, nem foi o Grupo Parlamentar do PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Não contava intervir mais no debate, mas vou fazê-lo até para, de alguma maneira, comentar a observação de V. Ex^a. aqui, antes de dar a palavra, à Deputada Zuraida Soares.

Efetivamente está perfeitamente detetado de onde vem uma linguagem menos própria ou mais imprópria neste Parlamento.

Portanto a origem é quase sempre a mesma e não é da senhora, Sra. Deputada.

Agora, se me permite Sra. Deputada que me dirija a si, até com alguma graça, como teve a gentileza de fazer há bocado, efetivamente a Sra. Deputada tentou aqui fazer de Capuchinho Vermelho.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Pensei que era o caçador!

O Orador: Não. A Sra. Deputada veio aqui fazer de Capuchinho Vermelho. Já que eu faço o papel de lobo mau, V. Ex^a. faz de Capuchinho Vermelho, mas fique descansada porque o lobo mau comeu foi a avozinha e portanto não devorou o Capuchinho Vermelho.

Portanto a sua segurança está garantida, não terá nenhum problema.

Deputada Zuraida Soares (BE): Felizmente, porque apareceu o caçador! Não se esqueça!

O Orador: Portanto o Capuchinho Vermelho será salvo *in extremis*.

Agora Sra. Deputada digo-lhe uma coisa: não aceito que V. Ex^a. diga que o que nós queremos é acabar com as eleições, porque em primeiro lugar não tenho uma visão trotskista da sociedade ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem economicista que é bem pior!

O Orador: ... e em segundo lugar do país onde eu vivo na democracia que eu defendo, ao contrário da democracia albanesa, em Portugal ainda há eleições.

Portanto nessa matéria V. Ex^a. e o BE não darão lições a ninguém.

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor vem sempre com a Albânia!

O Orador: A Sra. Deputada fica sempre incomodada quando se fala de Trotsky e da Albânia e depois faz-se aqui de ingénua e de “fadinha sininho”, que não sabe onde fica a Albânia, nem sabe quem era Trotsky, não sabe nada disso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu nem consigo apontá-la no mapa!

O Orador: Vai se fazendo que não percebe, mas o povo percebe e sabe donde vem o BE e é isso que interessa. A senhora também sabe, embora não convenha.

Deputada Zuraída Soares (BE): O povo é que sabe! Sabe tudo!

Deputada Mário Moniz (BE): E de onde é que vem o CDS/PP!

O Orador: A senhora sabe donde é que vem e vai continuar felizmente a haver eleições em Portugal, como já houve no continente, como já houve na Madeira e vai haver nos Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Se o Miguel Relvas deixar!

O Orador: Espero, apesar de tudo, que V. Exa. esteja aqui para continuarmos a conversar democraticamente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Também eu, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Ficou claro neste debate que esta iniciativa do CDS/PP e do PS decorre não da vontade do povo açoriano, mas sim da imposição externa e do pacto de agressão a que Portugal está sujeito.

O PCP não pode pactuar nem com o pacto, nem com a subserviência que alguns partidos têm relativamente a esta agressão externa.

Sr. Deputado José San-Bento, admiro e respeito a forma como V. Exa. vem para o combate político. Como não tive oportunidade de dizer há pouco respeito e admiro a sua combatividade. Gosto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A posição do BE sobre a discussão deste Projeto de Resolução foi clara, não há nada a acrescentar.

Queria apenas dizer algo que gostava que ficasse registado.

A nossa oposição aos objetivos e ao desiderato desta iniciativa conjunta do CDS e o PS, que passam pela Comissão Parlamentar de Política Geral, a este projeto não tem nada a ver com o respeito e com a confiança que quer a comissão, quer o seu presidente nos merecem.

Portanto não há nenhum tipo de desconfiança sobre o trabalho da Comissão de Política Geral, mas sim sobre os conteúdos da discussão.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

A posição do PPM também ficou bem clara ao longo deste debate.

Gostaria apenas de referenciar mais três aspetos.

O primeiro está relacionado com as declarações do Sr. Deputado San-Bento.

O Sr. Deputado San-Bento considera que o Parlamento não é o sítio adequado, em que os Deputados da oposição possam relevar as contradições.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado já chega!

O Orador: O que eu considero é que ficou provado neste debate, por isso a minha votação foi naquele sentido.

Deputado José San-Bento (PS): Faça a declaração de voto!

O Orador: Se me dessem oportunidade de democraticamente poder terminar, eu agradecia.

Gostava de dizer o seguinte: isto é um Parlamento e no Parlamento existe debate; no debate existem argumentos e nos argumentos existem contradições e nas contradições que definiram o meu sentido de voto, porque eu vim para esta discussão de coração aberto e de mente aberto, o Sr. Deputado revelou enormes contradições com o Governo, enormes contradições com os Deputados da sua bancada que são presidentes de junta, que são autarcas...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não é não, porque as posições estão tomadas.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma asneira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não me obrigue a fazer um protesto!

O Orador: Essas contradições fragilizam a sua posição política e eu peço-lhe desculpa Sr. Deputado San-Bento, mas o que é que quer que eu lhe diga no seu partido, não sei quantos é que vão apoiar esta frasesinha: “o documento verde é uma boa base de trabalho”. Tenho que lhe dizer isto porque isto significa que as suas posições são profundamente erradas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que isso tem de declaração de voto?

O Orador: ... não só em relação ao seu partido, mas fundamentalmente e é o que interessa e é o que define o sentido de voto do PPM, neste debate, porque prejudicam gravemente o direito democrático do povo dos Açores, do povo das freguesias, a decidir livremente o seu futuro.

Portanto, tenho a certeza que o Sr. Deputado não demorará mais do que dois ou três meses a fazer marcha à ré.

Quero dizer-lhe também para terminar. Esta solução até do ponto de vista regimental, também é má, por isso votei contra.

Nesta Comissão de Política Geral dos seis partidos, há duas forças políticas que não têm direito a voto e o voto é a essência da democracia.

Os senhores dizem: somos todos iguais, podemos todos dar a nossa opinião. É verdade, podem dar todos a sua opinião, mas só quatro é que podem votar, os outros dois não podem.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vota aqui!

O Orador: Portanto isto fragiliza a vossa posição.

O Sr. Deputado Berto Messias dizia: “estão todos presentes”. Bom, não lhe importa porque ele pode votar, agora os outros não podem...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A isso chama-se democracia!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O senhor é mal-agradecido!

O Orador: ... e em democracia isso é, absolutamente, essencial.

Há duas forças políticas que nesta Comissão, não têm direito a voto. Repito, há duas forças políticas que não têm direito a voto.

Este não é um debate igualitário, em termos de Comissão. É isso que é preciso dizer.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Queiramos ou não, a reforma do poder local está aí, está na nossa agenda política e não vale a pena fingir de que nada vai acontecer.

O PSD votou a favor deste projeto de resolução na firme convicção de que esta poderá ser uma oportunidade para a reforma do poder local a aplicar-se na Região, seja uma forma de valorizar o papel do poder local regional e de o reforçar para bem da nossa autonomia, para bem dos Açores e dos açorianos.

Reitero, o tempo é de participação e não de renúncia; é de partilha de responsabilidades e de compromissos e se não podemos contrariar o futuro, há sempre uma possibilidade de o condicionar a nosso favor.

Saibamos todos nesta matéria estar à altura das nossas responsabilidades.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O PS votou a favor desta proposta como não poderia deixar de ser. Subscrevemos esta proposta e fizemo-lo com orgulho e responsabilidade.

Defender a autonomia, através dum trabalho intenso, sério e muito empenhado na Comissão de Política Geral, que permita defender o poder local nos Açores e a especificidade de todas as questões relacionadas com o poder local, mas particularmente atendendo àquele que é o poder local, numa região insular como a nossa, é uma prioridade para o PS.

Nós estaremos na primeira linha da defesa da autonomia, através dessa componente de reforma do poder local e naquilo que diz respeito às autarquias que estão instaladas nos Açores.

Queria por isso mesmo dizer que o PS tudo fará nessa Comissão de Política de Geral, como aliás sempre foi a nossa postura, para aprofundarmos esse trabalho. Nós estaremos empenhadamente nesses trabalhos e vamos procurar cumprir os objetivos que esta Resolução tem, os prazos que ela estabelece, porque quando se trata defender a autonomia, nas suas diversas e múltiplas dimensões, o PS diz sempre “presente”, o PS está sempre na primeira linha e continuaremos assim no futuro.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O CDS votou convictamente, favoravelmente, este projeto de resolução porque dignifica esta casa, dignifica este parlamento, dá voz ao nosso poder local, à associação de freguesias, à associação de municípios, ouvimos a democracia na sua essência e isso é motivo suficiente para votarmos a favor.

Sem mais delongas sai prestigiado este Parlamento por ter aprovado esta Resolução e saibamos, como disse o Deputado Cláudio Lopes, todos nós, despirmos de algumas quezílias partidárias, que saia daqui um documento de consenso, a mandar a Assembleia da República, para perceberem que nos Açores pomos os interesses dos Açores e do municipalismo em primeiro lugar e disso nós só podemos sair bem se todos soubermos dar o nosso contributo. Será esse contributo que o CDS vai dar nessa Comissão e é esse contributo e esse apelo que eu faço para que possamos chegar a um consenso e que desta casa saia um documento que dignifique o Parlamento dos Açores.

Deputado Luis Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental Sr. Deputado. Regressamos às 18 horas e 35 minutos.

(Eram 18 horas e 19 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 44 minutos)

Vamos continuar com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução nº 4/2012 - recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da reforma da Administração Local na Região,**

apresentado pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão da Representação Parlamentar do PPM e Zuraída Soares do Grupo Parlamentar do BE.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para justificar a urgência, primeiro subscritor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não.

Presidente: Não, não querem justificar a urgência.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Presidente: Muito bem.

Então creio que podemos votar

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Esperava ouvir os proponentes da proposta (passe o pleonasma) e também a justificação sobre a urgência. Julgo que se impõe que justifiquem o porquê desta proposta ser urgente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é obrigatório!

O Orador: Aguardei uns segundos para que o fizessem, não o fazem.

Sra. Deputada Zuraída Soares, permita-me a brincadeira, até percebo o seu silêncio ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu? Somos dois!

O Orador: ... porque provavelmente terá medo de usar aqui os mesmos argumentos que usou para chumbar a urgência no diploma anterior, seria adaptável.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tenho medo!

O Orador: Sei que a Sra. Deputada não tem medo.

Portanto, não tendo medo, esperava que justificasse devidamente este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão e o seu colega de propositura

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas porquê eu?

O Orador: Surpreendentemente não havendo uma justificação, julgo que pela primeira vez nesta legislatura, ...

Deputado Mário Moniz (BE): Uma vez é a primeira!

O Orador: ... ter a obrigação de justificar aquela que é a posição deste Grupo Parlamentar.

Nós não aprovaremos esta urgência até tendo em conta aquilo que foi aprovado no ponto anterior.

Julgo que estarão reunidas as condições para que esta proposta baixe à Comissão de Política Geral e poder ser apreciada, até porque existem muitas dúvidas sobre esta matéria, dúvidas de âmbito constitucional, tal como consta muito claramente, no artº. 115º., que depois remete para o 164º, da Constituição da República Portuguesa.

Portanto não só por isso, mas também por toda a questão mais global que pudemos abordar no ponto que discutimos anteriormente, o PS não apoiará este pedido de urgência, sem prejuízo, naturalmente, de analisar depois a questão em causa quando for abordada em sede de comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós já tivemos oportunidade ao longo do debate desta tarde de explicar porque é que considerávamos que era adequado e urgente, assegurar que as populações locais teriam o direito de se pronunciar sobre a extinção das suas freguesias.

Aliás, Sr. Deputado, tive oportunidade de votar a sua urgência. Seguindo a sua lógica se o senhor considera que é urgente (efetivamente é), discutir a questão do poder local dado o alarme social que já foi criado, o alarme na opinião pública que já foi criado, eu votei favoravelmente a sua urgência.

Por maioria de razão, considero que neste momento estão reunidas as condições para dizermos urgentemente à população dos Açores, que nenhuma freguesia dos Açores será extinta, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é isso que diz a proposta!

O Orador: É isso que diz a proposta.

... sem que seja realizado um referendo local. É tão simples como isto.

Para mim a democracia é urgentíssima. Dar a palavra às pessoas, dar a possibilidade das pessoas referendarem uma decisão burocrática e administrativa vinda de fora, é urgente, urgentíssimo. Sabe o que é mais urgente? É urgente a liberdade; é urgente o respeito e a dignidade das populações dos Açores.

São tantas as urgências. Queria que eu lhe dissesse que é urgente a urgência? É isto que é fundamental. É urgente a democracia! É urgente a liberdade! É urgente e inadiável que as populações dos Açores digam o mais depressa possível e que este Parlamento garanta às populações dos Açores, às populações das freguesias dos Açores, que nenhuma freguesia dos Açores será extinta, contra a sua vontade.

É isto que é urgente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas registar, e peço aos açorianos e açorianas que o façam, que para o PS dos Açores ouvir as populações e auscultar a sua vontade não é urgente, obedecer aos ditames do Governo da República e da *Troika*, em coligação com o CDS é urgentíssimo.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, isso foi o mais básico da demagogia que assistimos nos últimos dias

Não justificou absolutamente nada!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Vou ler o Projeto de Resolução, a sua epígrafe, o seu título: “o Projeto de Resolução do BE (da esquerda, enfim, e da direita, que já foi aqui adjetivado por estas duas bancadas, aquela direita foi suficientemente adjetivada, não deixando de achar estranho) recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, ...”.

Ora bem, os senhores estão a apresentar urgência por uma coisa que ainda não foi aprovada, ou seja, a urgência não é nenhuma.

Deputada Zuraida Soares (BE): É igual aos seus manuais, Sr. Deputado!

O Orador: Se já estivesse aprovado, então justificar-se-ia um pedido de urgência.

Agora, dizer que é preciso uma urgência para uma coisa que vai ser aprovada, que ainda não se sabe a que conclusões vão chegar...

Deputada Zuraida Soares (BE): E aprovar uma urgência que vem de 2010?

O Orador: ... democraticamente é uma falta de respeito democrático pela Comissão desta casa ao impor-lhe uma condição. Os senhores fazem o trabalho, mas nós impomos isto.

Portanto não é urgente e até é despropositado.

Por isso nós votaremos contra esta urgência.

Deputado Berto Messias (PS): Uma proposta infeliz, profundamente infeliz!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 13 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima é muito importante referendar o seguinte: o que existe (por isso votei a favor) o que este voto tem é que, se na eventualidade ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Se...

O Orador: Se na eventualidade dos senhores, como ficou hoje aprovado na Assembleia Legislativa e era evidente que podia acontecer (Sr. Deputado Artur Lima, deixe-me fazer matemática) o voto era apresentado pelo PS e pelo CDS

(parti do princípio de forma pouco lógica e pouco racional que teria a maioria, não sei se poderia acontecer outra coisa do que aquilo que aconteceu), tendo em conta que a votação era muito previsível - deixe-me utilizar a lógica cartesiana - que passasse, o que o BE e o PPM quisemos acautelar...

Deputado José San-Bento (PS): Acautelar?

O Orador: Acautelar! Acautelar!

... foi que as populações fossem ouvidas, que a democracia fosse exercida e que o primeiro critério à frente da caneta, da tesoura e da régua, que os burocratas e os senhores administrativos vão fazer para desenhar as freguesias do povo açoriano, que essa tesoura tivesse à frente uma regra.

Estou preocupadíssimo, porque um Sr. Deputado que diz que aquele documento verde é uma boa base de trabalho, um documento verde que arrasa mais de metade das freguesias açorianas, é um bom documento, é uma boa base de trabalho, ...

Presidente: Sr. Deputado essa questão já está ultrapassada.

O Orador: ... pois eu quero dizer-lhe nós quisemos introduzir esta cautela, que as populações teriam de ser ouvidas.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia barata!

O Orador: Foi isto que nós tentámos garantir e é em relação a esta matéria que nós não vamos desistir de garantir que este direito constitucional destas populações, que a democracia tenha lugar neste debate, que as populações e as vozes das populações tenham presença neste debate e mais do que isso, seja o primeiro de todos eles, que anule todos os outros, a vontade das populações. É isto que é a democracia.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia!

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda.

Passamos para o **Pedido de autorização para prestação de depoimento do Deputado Artur Manuel Leal de Lima, na qualidade de arguido, no processo de inquérito n.º 3796/11.OTDLSB, que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.**

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Gostaria de explicar a este Parlamento o motivo por que pedi ao Sr. Presidente da Comissão e à Comissão de Assuntos Parlamentares que me autorizasse a ir depor na qualidade de arguido.

Nas minhas funções políticas de presidente do CDS e como vereador na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o CDS denunciou aquilo que considera ser um negócio lesivo do Estado.

O CDS denunciou uma situação de mau uso de dinheiros públicos. O CDS denunciou isso com convicção e com provas públicas apresentadas.

Infelizmente há quem na política não saiba debater com argumentos políticos. Infelizmente há quem na política, há falta de outros argumentos, queira judicializar o combate político.

Nessa perspetiva denunciámos que um terreno que tinha sido avaliado entre 20 a 25€ o metro quadrado pelos serviços técnicos pelos serviços técnicos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e não tendo obtido acordo do proprietário, o então presidente José Pedro Cardoso, mandou expropriar por utilidade pública o respetivo terreno.

O que acontece é que passado um ano, quando a nova autarca toma posse compra o terreno. Manda anular o processo de expropriação e compra o terreno a 40€ o metro quadrado. A quem é que comprou? Ao Sr. Prof. Dr. Francisco Cota Rodrigues, titular dum cargo político, administrador executivo da Praia Ambiente, nomeado pelo PS e casado à altura da escritura com a Sra. Prof. Lina Mendes, então Secretária Regional da Educação deste Governo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Cota Rodrigues, viria a ser candidato e eleito nas listas do PS, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Deputado Berto Messias (PS): Fazer um esclarecimento, tudo bem, agora isso...

O Orador: E é enquanto titular desse cargo que o Sr. Prof. Dr. e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo se queixa da denúncia política feita por um vereador.

Por isso mesmo, pedi a esta Assembleia, e peço que me autorize, quero ir ao Ministério Público, esclarecer o porquê da nossa acusação e vamos frontalmente esclarecer por que é que o fizemos, porque não temos nada a dever.

Nós denunciaremos sempre todas as atitudes que nos parecerem incorretas.

A nossa intenção é que se esclareça totalmente esse processo.

É isso que vamos fazer e vamos apresentar as provas a quem de direito e no lugar de direito.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Quando a classe política é tantas vezes criticada devido ao conjunto ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não tem nada com isso!

O Orador: ... de questões que podem levar até à utilização, por exemplo, de imunidade parlamentar (e é o que tenho a ver com isso) ...

O Orador: ... eu quero dizer o seguinte: quero enaltecer...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não tem nada a ver com isso!

O Orador: Tenho tudo a ver por isso é que estou a votar.

... a posição do Sr. Deputado Artur Lima que não se tentou refugiar na imunidade política e deu um exemplo de civismo, deu um exemplo de como é a política, como deve ser feita, assumindo as declarações que fez, não se refugiando através de nenhuma imunidade, dando este gesto que só engrandece a política, um gesto que considero de uma enorme nobreza.

Penso que este tipo de atitudes de quem não se protege na imunidade política e na imunidade parlamentar é de enaltecer.

Por isso o que eu tenho a ver com isto é dizer que considero a sua atitude de grande nobreza e dou-lhe os meus parabéns, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Peço a palavra para na sequência desta última intervenção do Sr. Deputado Estêvão esclarecer, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, um aspeto que me parece extremamente relevante.

Se há parlamento neste país que pelo menos desde há uma dúzia de anos a esta parte tem regras claras e perfeitamente definidas relativamente à matéria em questão, ou seja, quando é que devem ser autorizados, ou não, a prestação de depoimentos nas diversas situações em processos judiciais, é esta casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu disse!

O Orador: Essas regras estão perfeitamente definidas, como disse, pelo menos desde há uma dúzia de anos, autorizando sempre, independentemente da vontade do Deputado em questão, quando a matéria nada tem a ver com o exercício do mandato de Deputado e não autorizando como também já o fizemos quando a matéria está diretamente relacionada com o exercício do mandato de Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Este Parlamento é exemplar e tem sido exemplar pelo menos ao longo da última década neste domínio,

Era este esclarecimento que eu gostaria de fazer neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: É verdade Sr. Deputado, aliás, há uma coisa que este Parlamento se pode orgulhar: nenhum Tribunal neste País pode dizer que alguém está para ser julgado, por exemplo, porque o Parlamento não responde e fica meses com o pedido.

A prova disso é que é raro termos um Plenário que não tenhamos pedidos para nas diversas figuras processuais, as Sras. e Srs. Deputados participarem e colaborarem com a justiça.

Creio que posso pôr à votação o relatório que autoriza este pedido.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manterem como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tenho mais três pedidos de autorização para prestação de depoimento na qualidade de testemunha da Sra. Deputada Benilde Oliveira, do Sr. Deputado Carlos Alberto Mendonça e do Sr. Deputado Francisco Vale César, todos na qualidade de testemunha.

Creio que não há problema, nem haverá oposição da câmara se colocar os relatórios à votação em conjunto.

Não havendo oposição da câmara vamos votar os restantes três relatórios em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manterem como se encontram.

Secretário: Os relatórios apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Tenho uma proposta de deliberação para pôr à consideração da câmara: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Janeiro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, terminaram os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos. Boa noite.

Bom regresso a vossas casas e até sempre.

(Eram 19 horas e 05 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Piedade Lima Lalanda** Gonçalves Mano

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projectos de Lei:

Assunto: Estabelece as Bases da Política de Ambiente (Revoga a Lei n.º 11/87, de de Abril, que aprovou a "Lei de Bases do Ambiente") n.º 143/XII - N.º 174/XII

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – fevereiro – 14;

Assunto: Aprova medidas para incentivar o crescimento económico nas áreas da reabilitação urbana e do mercado de arrendamento – n.º 144/XII - n.º 175/IX

-

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 25

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – fevereiro – 14;

Assunto: Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro (Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência) n.º 146 – n.º 176/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 25

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – fevereiro – 14.

2 – Projectos de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução do Regulamento (CE) n.º 1102/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008, relativo à proibição da exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio e o armazenamento seguro de mercúrio metálico. MAMAOT - (Reg. DL 38/2012). n.º 146 – n.º 185/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 26

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – fevereiro – 26.

3 – Projecto de Resolução:

Assunto: [“Recomenda a obrigatoriedade do referendo local no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da Reforma da Administração Local na Região” n.º 4/2012](#)

Autores: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM, e Zuraida Soares e Mário Moniz do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 26.

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que o senhor Manuel Herberto Rosa será substituído pelo senhor Deputado José Gabriel Freitas Eduardo na Comissão de Política Geral

Autor: O Secretário do Grupo Parlamentar do PS, Luís Rosa

Data de Entrada: 2012.01.25;

Assunto: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 4/2012 “Recomenda a obrigatoriedade do referendo local no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da Reforma da Administração Local na Região” n.º 4/2012

Autores: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM, e Zuraida Soares, do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 26.

5 – Diários:

Consideram-se aprovados os Diários n.º s 112 e 113 114, 115 e 116, bem como as Separatas n.º s 1 e 2.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco